

JULIANA DOS SANTOS PEREIRA

**A PRESENÇA DOS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS NA ECONOMIA
DOURADENSE: EXPANSÃO E DESAFIOS NOS ANOS 70**

DOURADOS - 2013

JULIANA DOS SANTOS PEREIRA

**A PRESENÇA DOS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS NA ECONOMIA
DOURADENSE: EXPANSÃO E DESAFIOS NOS ANOS 70**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza

DOURADOS - 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

330.981 Pereira, Juliana dos Santos.
P436p A presença dos incentivos governamentais na economia douradense : expansão e desafios nos anos 70 / Juliana dos Santos Pereira. – Dourados, MS : UFGD, 2013.
 123 f.

 Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza
 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

 1. Economia - Brasil 2. Desenvolvimento econômico (Dourados). I. Título.

JULIANA DOS SANTOS PEREIRA

**A PRESENÇA DOS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS NA ECONOMIA
DOURADENSE: EXPANSÃO E DESAFIOS NOS ANOS 70**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

João Carlos de Souza (Dr. UFGD) _____

2º Examinador:

Lisandra Pereira Lamoso (Dr^a. UFGD) _____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr. UFGD) _____

*Aos meus pais, Wilson e Sandra,
e ao meu esposo Daniel.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e a minha família, em especial aos meus pais que sempre me mostraram o real valor da vida e me incentivaram a buscar o conhecimento como único caminho capaz de nos transformar e ir além daquilo que sempre acreditamos. Aos meus irmãos, Willian e Alessandra pelas alegrias que me proporcionaram ao longo da minha vida desde a nossa infância aos dias atuais.

Ao meu esposo Daniel, que me compreendeu em cada dia dedicado a essa pesquisa, afinal, juntos vivemos os mesmos momentos nesses anos dedicados a escrita de nossas dissertações, com algumas angústias, mas com muitas risadas também. Há cinco anos nos conhecemos em virtude de nossos estudos, ainda na graduação, e desde então continuamos estudando, só que dessa vez juntos, no curso de Bacharelado e depois na pós-graduação. Eu o agradeço por isso, por ter recebido meu incentivo, acreditado em mim quando se mudou para Dourados e por me incentivar a continuar e querer mais quando em alguns momentos desanimei.

À família Brunetto Cari que em nossas viagens à Cascavel, me apoiou e me ajudou de alguma forma a estudar arrumando sempre um lugarzinho para realização de minhas leituras.

Aos meus professores da graduação e aos professores do Bacharelado, Nauk, Cimó, Losandro e Eudes. Ao programa de pós-graduação que me permitiu a realização dessa pesquisa, assim como aos professores, Eudes, João Carlos, Cimó e Eliazar. Agradeço também à Capes que financiou a pesquisa.

Dedico especial agradecimento ao Professor João Carlos de Souza, que na sua paciência e dedicação me orientou desde o ano de 2008, ainda no projeto de Iniciação Científica, como também em minha Monografia e igualmente nesta dissertação. Devo agradecimentos também ao Professor Paulo Roberto Cimó de Queiroz, que além de ter me passado valiosíssimas instruções na qualificação me ajudou também a encontrar algumas fontes que aqui utilizei. À Professora Lisandra Pereira Lamoso, que muito contribuiu em minha banca de qualificação com seus apontamentos e sugestões.

Ao Carlos Barros Gonçalves que desde o primeiro ano da graduação se mostrou muito amigo, e no final desta pesquisa me acalmou com seus conselhos. À Ivanir Martins de Souza, que junto com o Carlos, me proporcionou acesso à fontes e bibliografias do Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD).

Aos meus colegas e amigos da graduação e da pós-graduação. Em especial à Ana Paula e Simone, que de simples colegas de classe se tornaram grandes amigas. Os conselhos, sempre

presentes em nossas conversas formais ou informais, tornaram-se o combustível essencial para que não desanimássemos, mas que continuássemos a seguir sempre em frente, nesse caminho tão fascinante que é o do conhecimento.

RESUMO

A agricultura como base econômica do município de Dourados data desde a época da instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, em 1943, quando migrantes de diversas regiões do país rumaram ao município em busca de oportunidades. Dourados se transformaria nos anos seguintes em polo econômico regional devido ao seu crescimento acelerado. No início da década de 1970, quando ainda se assistia a um *boom* econômico no Brasil e estava em execução o I Plano de Desenvolvimento Nacional, o município de Dourados passava por outro momento de transformações na agricultura, que o elevaria à condição de “celeiro nacional”. Novas técnicas agrícolas foram sendo implantadas principalmente por migrantes gaúchos que viram uma oportunidade de crescimento no sul do antigo Mato Grosso. Na segunda metade da década de 1970, o governo federal lançou o Programa Especial da Região da Grande Dourados com o intuito de aumentar a área agrícola produtiva de Dourados e região, obter maior produtividade através de incorporação de novas técnicas e tornar a produção competitiva e destinada à exportação. Em contrapartida, o êxodo rural foi outro fenômeno do período, com impactos imediatos na cidade de Dourados, entre outros, crescimento demográfico, ampliação do setor de serviços, mas também necessidade de replanejamento e melhoria de sua infraestrutura.

Palavras-chave: Programas governamentais; economia douradense; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

The agriculture as economic base of Dourados city is dated since the installation of Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, in 1943, when migrants from several regions of country went to the city seeking opportunities. Dourados would become in the following years in regional economic pole due to its accelerated growing. At the beginning of 1970's, when Brazil was having an economic *boom* yet and was in execution the I Plano Nacional de Desenvolvimento, Dourados city was having another moment of transformations in agricultural area, which would raise it to a “national granary” condition. New agricultural techniques were being implanted by gaúchos migrants that saw an opportunity of growing in south of old Mato Grosso. In the second part of 1970's, federal government launched the Programa Especial da Região da Grande Dourados, with the intention of increasing the agricultural productive area of Dourados and region, obtaining bigger productivity through the incorporation of new techniques and making the production competitive and destined to the exportation. On the other hand, the rural exodus was another phenomenon of the period, with immediate impacts in Dourados city, such as, demographic growing, enlargement of service sectors, and also the necessity of replanning and improvements on its infrastructure.

Keywords: Governmental programs; economy of Dourados; economic development.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Área total de pastagens e lavouras, e volume da produção de algodão, feijão, milho e café em Dourados e Mato Grosso – 1950

TABELA 2 - Número de habitantes dos principais municípios da região do atual Mato Grosso do Sul em 1940

TABELA 3 - Número de habitantes dos principais municípios da região do atual Mato Grosso do Sul em 1950

TABELA 4 - Área das principais culturas produzidas no município de Dourados – primeira metade de 1970

TABELA 5 - Produto, área cultivada e produção no município de Dourados - 1970 a 1973.

TABELA 6 – Produção anual das principais culturas produzidas na Grande Dourados

TABELA 7 - Distribuição da pecuária por espécie em Mato Grosso - 1970.

TABELA 8 - Dados sobre a pecuária no município de Dourados - 1972/1973.

TABELA 9 - Indústrias em Dourados – 1970.

TABELA 10 - População ativa em Dourados nos três setores econômicos.

TABELA 11 – Venda de tratores no município de Dourados - 1971-1973.

TABELA 12 – Venda de trilhadeiras e automotrizas no município de Dourados - 1968-1973.

TABELA 13 - População – município de Dourados.

TABELA 14 – Número de veículos no município de Dourados - 1972.

TABELA 15 - Comparativo da população douradense entre 1970 e 1980: área urbana e rural.

TABELA 16 - Evolução populacional do município de Dourados.

TABELA 17 – Distribuição dos recursos por subprograma.

TABELA 18 - Soja: evolução da área plantada no sul do atual Mato Grosso do Sul - 1975 a 1979.

TABELA 19 - Comparação da produção de policultura entre o Estado de Mato Grosso e a região da Grande Dourados - de 1974 a 1977.

TABELA 20 – Trechos beneficiados pelo PRODEGRAN.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCAR** - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.
- ACAR** - Associação de Crédito e Assistência Rural.
- ACARMAT** - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Mato Grosso.
- CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados.
- CASEMAT**- Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso.
- CDR** – Centro de Documentação Regional.
- CEMAT** - Centrais Elétricas Mato Grossense.
- CETEB** - Centro de Ensino Técnico de Brasília.
- CIBRAZEM** - Companhia Brasileira de Armazenamento.
- CMD** – Colônia Municipal de Dourados.
- COBAL** – Companhia Brasileira de Alimentos.
- COOTRISOJA** - Cooperativa Regional Tritisoja.
- DECRAM** - Departamento de Coordenação Regional e Articulação com os municípios.
- DERMAT** - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso.
- DNER** - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
- DNOS** - Departamento Nacional de Obras e Saneamento.
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso.
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- EMBRATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- FCH** – Faculdade de Ciências Humanas.
- FD** – Folha de Dourados.
- MOBRAL** - Movimento Brasileiro de Alfabetização.
- NOB** – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.
- PPGH** – Programa de Pós-Graduação em História.
- PERGEB** - Programa Especial da Região Geoeconômica De Brasília.
- PLADESCO** - Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste.
- POLOAMAZÔNIA** - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
- POLOCENTRO** - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.
- PRODEGRAN** – Programa Especial da Região da Grande Dourados.
- PRODEPAN** - Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Pantanal Mato-Grossense.
- PRODOESTE** - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

PRONAZÉM - Programa Nacional de Armazenamento.

SANEMAT - Companhia de Saneamento de Mato Grosso.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SMT – Sul do antigo Mato Grosso.

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

TFPP – Território Federal de Ponta Porã.

UEPAE - Unidade de Execução de Pesquisa a Nível Estadual.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE DOURADOS E OS NOVOS DESAFIOS – 1940 A 1970	20
1.1 As atividades do extrativismo e da pecuária do povoado de Dourados	20
1.2 Implantação da CAND e seu papel na atração de imigrantes e no Desenvolvimento econômico.....	26
1.3 As transformações urbanas em Dourados: da década de 1940 aos anos 60.....	36
1.4 - Os desafios da economia na década de 1970 e o planejamento como alternativa	41
CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA DOURADENSE NA DÉCADA DE 1970: OS INCENTIVOS DO GOVERNO E A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA	49
2.1 A consolidação da agropecuária como base econômica de Dourados: a modernização do campo.....	49
2.1.1 A distribuição dos três setores econômicos no município de Dourados	56
2.1.2 A questão do Setor de Transportes	60
2.2 Do campo à cidade: os novos desafios urbanos	61
2.3 Criação da SUDECO: programações e implicações na região de Dourados	70
2.3.1 PRODOESTE	75
2.3.2 PLADESCO	78
CAPÍTULO 3 - AVANÇOS E LIMITES DO PROGRAMA ESPECIAL DA GRANDE DOURADOS	81
3.1 O contexto regional nos anos de 1970	81
3.2 Incentivo de um programa para a Grande Dourados.....	84
3.3 As promessas de investimentos em infraestrutura.....	87
3.3.1 Transportes.....	88
3.3.2 Energia	91
3.3.3 Armazenamento	94
3.3.4 Erosão	96
3.3.5 Pesquisa, Assistência Técnica, Promoção E Apoio Logístico	98
3.4 A atuação do PRODEGRAN e a Modernização Conservadora	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

Durante minha experiência acadêmica na graduação (2006/2009) sempre me encantava com questões políticas e econômicas dos acontecimentos históricos, principalmente com aqueles relacionados ao Brasil. Na oportunidade que tive em desenvolver um projeto de Iniciação Científica (2008/2009), fui questionada pelo meu orientador sobre o que gostaria de pesquisar e escolhi então trabalhar com questões econômicas em um período que também tenho grande interesse, a Ditadura Militar (1964/1985). Com todo apoio recebido, faltava escolher o recorte temporal, que me foi sugerido o “Milagre Econômico Brasileiro” (1969-1973).

Desenvolveria minha pesquisa utilizando como fonte a Imprensa. Andando pelos corredores da Faculdade de Ciências Humanas, me deparei com um pequeno comunicado, de que o Centro de Documentação Regional da UFGD acabara de receber o acervo completo do jornal *Folha de Dourados*, desde o ano de sua fundação até quando o periódico tornou-se online, ou seja, 1968-2008. Tinha tema e fonte para que a pesquisa se iniciasse e o apoio de uma bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFGD) ofereceu o suporte necessário.

A proposta seria analisar os “efeitos” do período de *boom* econômico no contexto nacional e especialmente na cidade de Dourados. Digitalizei artigos relacionados à economia douradense, relacionados ao período, para que fosse efetuada a análise e assim compreender aquele momento.

Meu Trabalho de Conclusão de Curso, para obter grau de Bacharel em História, foi dar continuidade ao tema de minha Iniciação Científica, só que a problemática foi melhor discutida devido meu amadurecimento acadêmico.

Com o desejo de ingressar na Pós Graduação, elaborei um Pré-Projeto de pesquisa e submeti ao Programa de Pós-Graduação de História – PPGH/UFGD. A intenção era trabalhar o período do “Milagre Econômico”, utilizar como fonte a imprensa douradense, reelaborar a problemática, ampliar o período e as fontes. Trabalharia, portanto, com outros periódicos e aumentaria o recorte temporal de 1969 a 1975.

Na disciplina de “Seminários de Projetos de Pesquisa”, já no mestrado, ministrada pelo Prof. Dr. João Carlos de Souza, em discussão à minha proposta, foram-me sugeridas algumas mudanças. Primeiramente, que analisasse aspectos econômicos do município de Dourados em toda a década de 1970. Além disso, o Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz sugeriu que eu analisasse também o acervo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a SUDECO, para realização da pesquisa.

Passei a pesquisar o acervo da SUDECO, que se encontra no Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/FCH/UFGD). No decorrer das investigações fui me surpreendendo da imensidade do mesmo e da riqueza que ele possui, afinal foram 23 anos de atuação no Centro-Oeste¹, lançando e desenvolvendo projetos para a região.

Analisando planos, projetos e programas realizados pela SUDECO fui percebendo que aquele material seria indispensável em uma pesquisa de viés econômico da região. Digitalizei inúmeros documentos e comecei a cruzar tais fontes com as que eu já possuía, do periódico *Folha de Dourados*.

A presente pesquisa se constitui em um estudo que visa abordar as questões econômicas da região sul do antigo Mato Grosso, em especial a cidade de Dourados. Trato das relações entre a sociedade douradense e sua economia, assim como do crescimento demográfico do município decorrente das novas práticas econômicas, bem como do desenvolvimento tecnológico nas técnicas agrícolas favorecendo uma grande transformação na estrutura regional.

Escolhi como enfoque principal, analisar os anos de 1970, pois foi um período de grandes mudanças no município de Dourados, devido à modernização nas técnicas agrícolas que proporcionaram um aumento produtivo muito significativo. Além disso, foi neste decênio também que o governo federal desenvolveu um programa de desenvolvimento econômico específico para Dourados e região, o Programa Especial da Região da Grande Dourados - PRODEGRAN, a fim de garantir altos índices de produtividade para a exportação.

Neste sentido, tenho como objetivo analisar o processo de adoção de novas técnicas na produção agrícola do município de Dourados, bem como os programas desenvolvimentistas lançados pelo governo e as consequências dessas transformações na região, como a denominada “modernização conservadora”.

A década de 1970 foi um período de grande interferência do governo federal no que tange o planejamento econômico do país, caracterizado pelo lançamento do I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, (1972-1974 e 1975-1979, respectivamente). Como objetivo de melhorar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico do país, o governo desenvolveu programas, baseados nos PNDs, destinados à regiões específicas do país que atendessem setores que garantiriam o crescimento da economia.

¹ A Sudeco foi extinta em 1990, durante o governo Collor, mas voltou com suas funções em 2009.

Neste sentido, a região sul do antigo Mato Grosso se enquadrava na perspectiva acima apontada. Assim, analisarei o município de Dourados e a região da Grande Dourados no contexto nacional de atuação dos PNDs, para apreender se é possível identificar, reconhecer por meio de planos e programas como o PLADESCO, PRODOESTE e especialmente o PRODEGRAN, em que medida houve atuação do governo federal e que papel exerceu no desenvolvimento econômico regional naquele momento.

A produção desta pesquisa consiste em partir da dimensão Econômica da História, mas não somente isso. Apresento no decorrer do trabalho as relações econômicas com o campo social e político da região e também com o contexto nacional.

Ao tratarmos a economia, não podemos nos vincular apenas aos números, às estatísticas, mas sim proceder a uma discussão problematizadora em torno de dados. Refiro-me à nova História Econômica cuja abordagem não fica relacionada apenas a dados, tabelas e gráficos, hoje se rompe com o factual e se insere contextos em sua discussão. Assim como nos mostra Fragoso e Florentino que “para entender alguns fenômenos da história, não podemos buscar inteligibilidade apenas em dados econômicos ‘puros’, seria necessário uma análise globalizante do caso” (1997, p. 35).

Ao trabalhar nesse campo da História, utilizo autores como Paul Singer, que ao contextualizar a economia brasileira das décadas de 1960 e 1970, enfatiza o período que alguns autores denominam de “milagre econômico”. Torna-se importante essa análise, pois esse momento, de alta na economia brasileira, coincide com o início das utilizações de novas práticas agrícolas no sul do antigo Mato Grosso.

Tratando das abordagens em relação à História Regional, articulei obras de autores que escrevem sobre a região e a cidade de Dourados. Neste aspecto, Albuquerque Júnior nos aponta que “o historiador do regional, deve acima de tudo, evitar aderir a qualquer discurso regionalista” (2008, p. 65-66). Escrevo, a partir de análise crítica, realizada de forma científica, pois o discurso regionalista, ainda recorrendo às palavras do autor, é um discurso de produção, de invenção de uma dada versão para o regional.

Indispensável de análise sobre a história sul mato-grossense é Paulo Roberto Cimó Queiroz. Em seu artigo “Breve Roteiro das Transformações no Campo Sul-Mato-Grossense (1970-1985)”, explana aspectos da economia agrícola da região no período deste recorte temporal. Utilizarei alguns de seus textos para contextualizar Dourados e região durante o período abordado.

A fim de abordar o período econômico de implantação da Colônia Agrícola de Dourados e Colônia Municipal de Dourados, me basearei nos textos de Maria Aparecida

Ferreira Carli, José Antônio Fernandes, Ana Paula Menezes, assim como sobre o aspecto urbano de Dourados naquele período, o autor Mário César Tompes da Silva. Sobre o processo colonizador e as políticas varguistas não poderia deixar de utilizar Alcir Lenharo.

Vários trabalhos que contextualizam o período militar tanto nacionalmente quanto regionalmente, foram utilizados, como o de Evaldo Vieira, Daniel Aarão Reis e Silvana de Abreu.

Walter Guedes da Silva, assim como a já citada Silvana de Abreu, forneceram dados importantes sobre os programas desenvolvimentistas lançados pelo governo federal no período militar, bem como o PRODEGRAN, destinado especificamente para Dourados e região.

Fontes

A maior parte de minhas fontes foi encontrada no Centro de Documentação Regional, da Universidade Federal da Grande Dourados. Em minha pesquisa faço cruzamento de fontes, como entre artigos e reportagens do jornal *Folha de Dourados - FD*, com os relatórios das programações da SUDECO, com vários diagnósticos sócio-econômicos do município de Dourados.

Ao longo da pesquisa digitalizei inúmeros artigos do jornal *FD*, desde o ano de 1970 até 1977. As transformações econômicas do município de Dourados iam sendo relatadas nas páginas do periódico, bem como os programas do governo para o município e região. Em época de censura aos meios de comunicação pelo governo militar, a *Folha de Dourados* dedicou páginas e até edições ao governo. Em análises às reportagens, fui notando o quanto Dourados crescia no passar dos anos, economicamente e em igual proporção em seu aspecto físico: ruas sendo asfaltadas, energia elétrica e telefone se fazendo presentes no cotidiano das pessoas e no campo econômico a agricultura recebendo cada vez mais incentivos para seu desenvolvimento.

Ao trabalhar a imprensa como fonte, me orientei pelas recomendações metodológicas de autores que refletem sobre esse fazer, entre eles Tânia de Luca. Tomei o cuidado de não me ater somente à transcrição dos fatos ou de usá-los para constatar aquilo que já se presumia. Enquanto fonte histórica, os artigos dos jornais foram objeto de problematização e análise, ou seja, procedi às interrogações necessárias no trato dos documentos.

Outro fator importante na pesquisa histórica por meio dos periódicos é fazer uma análise sistematizada, em decorrência do discurso ideológico presente nos jornais. É

fundamental nos atentarmos a isso, mas em nenhum momento desvalorizar tal fonte. Rodrigues enfatiza que nos artigos podemos encontrar “a mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (RODRIGUES *apud* Luca, 2005, p.116).

Nossa pesquisa relaciona-se com o período da Ditadura Militar, da censura aos meios de comunicação. Desta forma, temos conhecimento das influências que existiam na imprensa. A esse respeito, citamos Glénisson, quando diz que:

sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo (GLÉNISSEON *apud* LUCA, 2005, p. 116).

Os relatórios da SUDECO permitiram verificar os inúmeros programas por ela elaborados que visavam à integração regional por meio de seu desenvolvimento. Para entendermos o contexto regional econômico, analisei o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste – PLADESCO, primeiro plano elaborado pela SUDECO, que além de fornecer riquíssimas informações socioeconômicas da região, objetivava inúmeras ações desenvolvimentistas. O Plano, diante de seus diagnósticos, selecionou treze áreas que receberiam incentivos do governo, entre elas o extremo sul do antigo Mato Grosso, onde localiza a cidade de Dourados.

A SUDECO elaborava periodicamente relatórios sobre suas ações, por meio dos quais pude acompanhar sua política de comunicação, sua legislação, os relatórios de atividades de cada ano e os resultados que tais ações vinham trazendo. Esses documentos possibilitaram entender suas metas na região Centro-Oeste e na região da Grande Dourados.

Como sendo uma das treze áreas selecionadas pela SUDECO, por meio do PLADESCO, Dourados e região passaram, a partir de 1976, a receber incentivos diretos do governo federal por meio do PRODEGRAN, que objetivava aproveitar as potencialidades que a região oferecia para o desenvolvimento agrícola. Analisei relatórios sobre tal programa, desde sua criação, com a exposição de motivos nº 007/76, até o Relatório Final. Tive a oportunidade de verificar as ações desenvolvidas na Grande Dourados, bem como os inúmeros setores beneficiados na programação.

Além da SUDECO, trabalhei com vários documentos da década de 1970 que apresentam dados referentes ao município em seus mais variados aspectos, bem como relatórios sobre a estrutura urbana do município, anuários estatísticos, entre outros.

Organização da dissertação

Capítulo 1

Iniciarei tratando do contexto histórico e econômico de Dourados, no momento anterior à instalação das colônias agrícolas no município, apresentando suas primeiras práticas econômicas. Após a instalação da Colônia Municipal de Dourados e, sobretudo da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, o município apresentou mudanças significativas em sua economia e também em seu aspecto físico. Aqueles anos, que correspondem às décadas de 1940 e 1950, a prática da agricultura transformou Dourados de simples povoado a centro econômico regional.

Na década de 1960, período de diminuição do processo de colonização, a maior parte da população do município trabalhava direta e indiretamente com a agricultura, fosse com atividades primárias, secundárias e terciárias. Na passagem dos anos de 1960 para 1970, o Brasil apresentou um elevado crescimento na economia, denominado por alguns autores de “milagre econômico”. Discutirei esse momento contextualizando-o com a região de Dourados, tendo em vista que a agricultura naquele período passava por um processo de modernização em relação à utilização de suas práticas.

Capítulo 2

Novas práticas foram sendo incorporadas às atividades agrícolas nos anos de 1970, proporcionando um aumento produtivo muito significativo para o município. A tecnificação agrícola provocou o destaque da região nos mercados consumidores do país. Entretanto, ao mesmo tempo causou a exclusão de produtores que sem se adequarem às novas técnicas, se viram obrigados a rumar até as cidades.

Apresentarei o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e sua proposta desenvolvimentista na região. Por meio de planos e programas a Superintendência tinha como objetivo desenvolver economicamente e integrar o Centro-Oeste com as outras regiões brasileiras. A partir da SUDECO, o SMT foi tido como uma área especial que receberia investimentos por meio do Programa Especial da Região da Grande Dourados.

Capítulo 3

O Programa Especial da Região da Grande Dourados – PRODEGRAN - foi desenvolvido pelo governo federal com o intuito de aproveitar as potencialidades da região de Dourados, a fim de garantir uma alta produtividade voltada para a exportação. Apresentarei os

objetivos da programação, bem como os setores que seriam beneficiados, como o de Infraestrutura (construção e melhoramento de estradas, energia elétrica, construção de silos para armazenagem), o de prevenção e combate à Erosão e de investimentos de Pesquisa e Assistência Técnica.

Darei sequência à discussão apontando as implicações do PRODEGRAN em Dourados e região, bem como sua atuação nos setores. Apresentarei tabelas com comparativos econômicos, cumprimento ou não das metas e análise do alcance e limites da atuação desse Programa para a região.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE DOURADOS E OS NOVOS DESAFIOS – 1940 a 1970.

1.1 - As atividades do extrativismo e da pecuária do povoado de Dourados

A região onde se constitui a atual cidade de Dourados era, nas primeiras décadas do século XIX, uma região de pastagens, aonde criadores de gado, vindos de Minas Gerais, procuravam novas áreas para a realização de tal prática. Após a Guerra do Paraguai, uma nova atividade foi sendo desenvolvida: o extrativismo da erva-mate. A extração de tal planta, de imensa quantidade na região, era monopolizada pela Companhia Mate Laranjeira, de propriedade de Thomaz Laranjeira.

No entanto, no decorrer da instalação e atuação da empresa, alguns problemas foram sendo travados entre a mesma e os habitantes locais. Primeiramente, migrantes mineiros, paulistas e gaúchos, iam chegando à região constantemente, pois recebiam terras devolutas do governo do Estado para a realização de atividades pastoris, iniciando uma intensa luta de interesses com a empresa que não admitia o início do processo de ocupações em terras que monopolizava (SILVA, M., 2000, p. 83-84).

Outro aspecto conflitante foi a concorrência que a empresa passou a ter, mesmo que pequena, com os habitantes locais não indígenas. Aquela população local também realizava a extração da erva, já que era um processo simples, de extração e desidratação. Travaram-se conflitos políticos e armados entre a empresa e esses produtores independentes².

Sendo assim, podemos constatar as duas atividades econômicas na região onde atualmente se constitui o município de Dourados: o extrativismo e o pastoreio. Essas duas atividades foram promovendo, no passar dos anos, o povoamento da região, mesmo com o descontentamento da Companhia Mate Laranjeira, e também definindo a economia local.

Os criadores de gado que chegavam ao local estabeleciam fazendas e iam, aos poucos, aumentando o número dos habitantes na região. Além deles, o número da população somava-se aos trabalhadores da Cia Mate, que não eram poucos, afinal a área de monopólio era muito

² Cf. JESUS, 2004.

extensa. Desses trabalhadores ligados à empresa, muitos eram de nacionalidade paraguaia, uma preocupação para o governo brasileiro, já que se constituía uma área fronteiriça.

Apresentaremos algumas datas que marcaram o início do povoamento da região de Dourados. No final do século XIX, a região já apresentava um considerável contingente populacional, mesmo que baseado em algumas fazendas de criadores de gado. No ano de 1900 é criada a Paróquia de Dourados e nove anos depois data o embrião urbano, resultado da disputa de uma gleba entre dois fazendeiros, Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves (SILVA, M., 2000, p. 88).

Sobre esse acordo entre os dois fazendeiros, o autor nos aponta que,

Marcelino Pires, por ter sido o autor da ideia de doação da gleba em disputa para a fundação do patrimônio, passou a ser considerado o fundador da cidade. A área do patrimônio, porém, só foi oficialmente homologada bem mais tarde por meio do Decreto nº 402 de 03 de setembro de 1915 do governo estadual que reservou 3.600 hectares de terra para o patrimônio de Dourados (SILVA, M., 2000, p. 88).

Em 1914, foi criado o Distrito de Paz de Dourados, subordinado a Ponta Porã. Naqueles anos a terra não era uma mercadoria, então qualquer pessoa poderia se estabelecer no local, adquirindo uma porção para si. Todavia, havia irregularidades nas posses, que não eram medidas, acarretando terrenos disformes. Desta forma em 1924, Ponta Porã estabelece a necessidade de requerimento para ocupações em seu distrito.

O povoado era resultado das aglomerações de fazendas locais, e sua economia dependia das atividades desses fazendeiros, assim como sua expansão e desenvolvimento também dependia desses moradores. Sendo assim, a economia da região ainda era baseada no extrativismo dos ervais e também na pecuária extensiva. Além disso, nos mostra Silva, havia evidentemente uma agricultura de subsistência, em que plantavam arroz, feijão, milho e mandioca, exclusivamente para o auto-abastecimento (2000, p. 91-92-93).

Ainda de acordo com o autor, a extração da erva-mate não rendia muitos lucros para esses produtores. A pecuária sim proporcionava um lucro um pouco mais significativo para os fazendeiros, sendo que estes vendiam o gado magro para criadores mineiros e paulistas, que os engordavam (SILVA, M., 2000, p. 93-94).

Os moradores da pequena vila faziam a extração de mate e entregavam nos ranchos da empresa Cia Mate, como uma forma de pequeno comércio. Tais ranchos se instalavam em locais de muitos ervais até a total exploração daquela área. Entretanto, não havia estímulos à população do povoado quanto à atividade. A pequena vila de Dourados ainda se encontrava “isolada” das cidades maiores e do comércio com outras regiões, já que as estradas ainda não

existiam. Até a década de 1920, não havia estradas regulares que ligassem o povoado aos municípios próximos. Havia somente trilhas que adentravam as matas (SILVA, M., 2000, p. 97-98).

Algumas mudanças ocorreram em Dourados na década de 1920, quando a Comissão Rondon chegou em 1923 para a instalação dos fios do telégrafo. Além do telégrafo, construíram também uma estrada onde pudessem transitar as carroças. Após 1926/27 transitaram nessa estrada os primeiros caminhões. Mesmo a tecnologia do telégrafo já sendo ultrapassada naquele momento, pois se tratava do telégrafo por fio, os mesmos possibilitaram o povoado sair da condição de “isolamento”, assim como a estrada construída, que possibilitou o comércio com Campo Grande (SILVA, M., 2000, p. 100).

Emancipado em 20 de dezembro de 1935, o município de Dourados ainda vivia economicamente do extrativismo, decorrente dos ervais naturais e também da pecuária extensiva. A erva e o gado também eram utilizados como moeda de troca por outras mercadorias – sal, trigo, arame, tecido, soda, entre outros. Mário C. T. da Silva relata que os fazendeiros e as pessoas que habitavam o pequeno povoado se abasteciam de mercadorias nas cidades vizinhas, como Aquidauana, Bela Vista e Ponta Porã (2000, p. 93).

Após a emancipação, o pequeno povoado não alterou sua fisionomia, uma vez que em 1940 a pequena área urbana possuía apenas 1.821 mil habitantes e a área rural 13.163 mil habitantes, num total de 14.984. Dourados, nesse momento, desempenhava o papel de “pequeno centro de abastecimento local que redistribuía bens de consumo que não podiam ser elaborados localmente para uma população predominantemente rurícola e rarefeita” (SILVA, M., 2000, p.101-102).

havia a incidência das atividades relacionadas à exploração ervateira no pequeno povoado. A extração do mate fornecia uma segunda base de sustentação para o singelo comércio do povoado. As casas comerciais abasteciam os ranchos da Companhia situados próximos a Dourados. A exploração dos ervais se constituía, assim, em uma segunda fonte fornecedora de meio circulante para o comércio local (SILVA, M., 2000, p. 95).

A partir da década de 1940 o quadro econômico douradense passa por consideráveis mudanças com a instalação de Colônias Agrícolas por incentivo dos governos federal, estadual e municipal, fazendo com que Dourados se transformasse em polo regional econômico.

A Companhia Mate Laranjeira foi se desestabilizando a partir do momento que o contrato de arrendamento não foi mais renovado, no governo do presidente Getúlio Vargas. A

Companhia era vista pelo governo como um empecilho à colonização de contingentes nacionais na região, já que muitos de seus trabalhadores eram paraguaios. Além disso, o governo passou a cobrar taxas sobre a erva cancheada e também apoiar os produtores independentes da erva (QUEIROZ, 2008, p.58). Com o incentivo do governo, foi criado o Instituto Nacional do Mate, para os ervateiros independentes da empresa, além de cooperativas para os mesmos.

Desde o projeto varguista *Marcha para Oeste*, elaborado durante o Estado Novo (1937-1945), a região Centro-Oeste passou a receber uma maior atenção do governo federal. Visto como um “espaço vazio” e carente de desenvolvimento, a *Marcha para Oeste* visava a ocupação de tal região, bem como do extremo sul de Mato Grosso, por meio de políticas desenvolvimentistas e de ocupação demográfica.

Diante deste contexto, o Centro-Oeste recebeu estímulos para seu desenvolvimento social e econômico, e especificamente a região sul de Mato Grosso foi contemplada com dois projetos, que foram a criação do Território Federal de Ponta Porã em 1943 e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados no mesmo ano. Outra colônia igualmente foi criada no sul do antigo Mato Grosso, também na década de 1940, mas por incentivo do governo estadual e municipal, a Colônia Agrícola Municipal de Dourados, em 1946.

A utilização do termo “espaço vazio” remete a uma ideia equivocada sobre a região Centro-Oeste e também do extremo sul do antigo Mato Grosso, espaço na qual estamos discutindo. Sobre isso, Queiroz aponta que:

É sabido que as vastas extensões do SMT³, embora esparsamente habitadas, não se encontravam propriamente “vazias”: a posse latifundiária, por exemplo, estava presente em quase toda parte, e nos terrenos devolutos da zona ervateira viviam numerosas comunidades indígenas (BRAND, 1993 e 1997 *apud* QUEIROZ, 2008, p. 58).

O discurso do governo sobre os “vazios” remetia à diferença do Centro-Oeste com o Sudeste brasileiro, em que a industrialização já se desenvolvia e que havia diversidades econômicas e, naturalmente, um número expressivamente maior de habitantes. No entanto, Alcir Lenharo aponta que tais espaços não eram vazios, uma vez que havia grandes propriedades rurais. Ao norte, local de exploração de ouro, diamante e da borracha, e no extremo sul a exploração do mate. O autor diz que havia também cidades surgindo em torno

³ Em 1977, a porção meridional do Estado de Mato Grosso foi desmembrada, criando-se o Estado de Mato Grosso do Sul. A porção sul de Mato Grosso, antes da divisão, é apresentada no texto como “sul do antigo Mato Grosso”, “antigo sul de Mato Grosso” ou simplesmente “SMT”. Tal sigla foi sugerida pelo pesquisador Paulo Roberto Cimó Queiroz.

da Ferrovia Noroeste do Brasil e evidentemente havia as comunidades indígenas. Desta forma, tal realidade não coincide com a retórica varguista dos “espaços vazios” (LENHARO, 1985, p.60).

A integração do Centro-Oeste com os grandes centros do país, presente também nos discursos do governo como sendo tão necessário, seria efetuada a partir de um significativo comércio do mercado produtor com o consumidor. Tal integração ocorreria por meio das estradas, precárias ainda na primeira metade do século XX no Centro-Oeste e na região do município de Dourados.

Lenharo aponta como estratégia do presidente Getúlio Vargas “armar um cerco ao latifúndio, e, aos poucos, instaurar a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia”, pois seu objetivo naquele momento era mudar a estrutura de organização latifundiária do Brasil (LENHARO, 1986, p. 21).

O papel da Companhia Mate Laranjeira no processo de abertura de vias na região foi muito importante, já que as primeiras existentes no sul do antigo Mato Grosso decorreram das realizadas pela empresa, nas quais comercializava o mate. A Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) também possuiu seu considerável e importante papel nesta questão desde as primeiras décadas do século XX, visto que, vindo de São Paulo “cortava” toda região sul do antigo Mato Grosso, passando por Campo Grande, chegando até Corumbá. Para sermos mais exatos, a ferrovia iniciava em Bauru e findava em Porto Esperança, em Corumbá, sendo concluída em 1914⁴. O que queremos apontar é que as vias de ligação entre os poucos municípios locais e aos grandes centros eram escassas, dificultando desta forma a tão desejada integração, presente nos discursos do governo getulista da década de 1940.

A ocupação demográfica passa a ocorrer por meio da colonização dessas regiões, por parte do governo e também de empresas colonizadoras. A colonização do Centro-Oeste não resultava somente pelo fato de integrar a região com as outras. Havia também a grande preocupação do governo federal, nos referindo especificamente ao antigo sul de Mato Grosso, em “levar” brasileiros para uma região fronteira, onde havia o monopólio da Companhia Mate Laranjeira, que por sua vez empregava trabalhadores paraguaios. Ou seja, a região não era habitada exclusivamente por brasileiros, e estava sendo, de certa forma, dominada por aquela empresa extrativista, preocupando o governo em garantir a defesa de seu território (MENEZES, 2011, p. 2).

⁴ Sobre isso cf. QUEIROZ, 1997 e 2004.

Queiroz aponta que a partir da década de 1940 passa a ocorrer o processo das *frentes pioneiras*⁵ na região do antigo sul de Mato Grosso, que até então se limitavam a São Paulo e Paraná. Tal processo tem relação com a política varguista de ocupação das áreas consideradas “vazias”. O autor aponta que as

frentes pioneiras emergiram em diversas porções do território do SMT, a partir da década de 1940, configurando um cenário marcado por uma notável intensificação do afluxo populacional, por um processo de febril apropriação de terras e por uma diversificação da produção regional, com grande destaque para o desenvolvimento da agricultura – abrangendo o café, gêneros alimentícios (arroz, feijão, milho etc.) e matérias-primas industriais (como o algodão e o amendoim) (QUEIROZ, 2008, p. 58).

Havia também empresas colonizadoras que agiram na região, como a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso, a Companhia Moura Andrade e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização, todas essas na região sul do antigo Mato Grosso.

Sobre tal processo colonizador, Silvana de Abreu indica um fator negativo. As terras indígenas foram desconsideradas no momento da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Todavia, em 1996, o Ministro da Justiça, Antônio Jobim, considerou boa parte da área como sendo de propriedade dos Índios Kaiowá, e a partir deste momento criou-se uma verdadeira “guerra” entre indígenas, fazendeiros e colonos remanescentes (ABREU, 2001, p.58). Sobre este aspecto, o desfecho saiu-se favorável aos indígenas.

Não obstante, fatores positivos também podem ser elencados. Silva cita Neiva quando demonstra tal positividade:

A colonização, na verdade, respondia as preocupações essenciais do projeto estadonovista, como a ocupação dos espaços vazios, o combate ao coronelismo e à sua base de sustentação, o latifúndio, através da promoção da pequena propriedade familiar dos colonos; a garantia de abastecimento familiar em um contexto de conflito mundial de duração e consequências incertas para o País; o redirecionamento das correntes migratórias internas descortinando uma nova rota de migração em direção ao Oeste, estabelecendo assim uma alternativa ao fluxo migratório majoritário em direção ao Sudeste industrializado; e finalmente o esvaziamento de tensões sociais e dos conflitos pela terra em regiões problema, como o Nordeste, através da transferência de contingentes demográficos dessas regiões para o Oeste (NEIVA, 1984, *apud* SILVA, 2000, p.105).

Com o decorrer dos anos, o sul do antigo Mato Grosso passou de fato a “apresentar” uma demografia maior em relação às décadas anteriores. O processo de colonização se

⁵ Processo de deslocamento de contingentes populacionais de várias regiões do país para outras regiões.

mostrou favorável à região douradense com a implantação das colônias agrícolas, que propagandeadas pelo governo atraía migrantes de todas as regiões do país.

1.2 – Implantação da CAND e seu papel na atração de imigrantes e no desenvolvimento econômico

Com o projeto *Marcha para Oeste*, desenvolvido no Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas, iniciou-se o processo de colonização no Centro-Oeste e, particularmente, na região sul do antigo Mato Grosso, intensificado com a criação de duas colônias agrícolas no município de Dourados ⁶.

Em setembro de 1943 foi criado na porção sul de Mato Grosso o Território Federal de Ponta Porã (TFPP), englobando o município de Dourados e outros próximos. Segundo Cavalcante e Medeiros, o Território tinha uma “função eminentemente colonizadora, no sentido de criar esses adensamentos, a serviço de uma política de distribuição de população e fixação do homem” (1945, p.39 *apud* CARLI, 2008, p.79). Os autores apontam também que além da função colonizadora, o Território tinha outros objetivos como incentivar maiores índices de natalidade, diminuindo os de mortalidade e tornar intenso o processo de imigração para tal território. Sobre isso, Queiroz aponta que a criação do TFPP tinha também uma função desarticuladora em relação à Cia Mate Laranjeira, pois “em 1943, o governo chegou a transformar em *territórios federais* as áreas de atuação da Companhia, no SMT e no oeste do estado do Paraná – respectivamente, os Territórios Federais de *Ponta Porã* e de *Iguaçu*” (QUEIROZ, 2008, p. 58).

Vargas, naqueles anos de Estado Novo, propagandeava intensamente no rádio a criação de colônias agrícolas pela região. Havia critérios, evidentemente, para aqueles interessados, como ter acima de 18 anos, comprovar que eram pobres e ter o mínimo de conhecimento em técnicas de agricultura. O presidente discursava sobre a união da agricultura com a indústria como forma de desenvolvimento da nação.

Meses após a criação do TFPP iniciaria o processo de colonização na região, com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, projeto do governo federal. Para Menezes, a implantação dessa colônia no município provocou profundas transformações em seu quadro demográfico, econômico, social, ambiental e cultural (MENEZES, 2011, p. 11).

⁶ Sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e seus colonos *cf.* NAGLIS, 2008.

É oportuno notar que a CAND, e mais tarde a Colônia Municipal de Dourados - CMD, não foram as únicas colônias implantadas no antigo sul de Mato Grosso no momento do Estado Novo. Sobre isso Queiroz aponta que:

A iniciativa do governo federal foi logo secundada por outras, em todo o SMT, por parte do governo estadual, de companhias particulares e até mesmo de governos municipais, e assim, ao longo das décadas de 50 e 60, multiplicam-se no SMT as colônias agrícolas – multiplicando-se, no mesmo passo, a produção (QUEIROZ, 2008, p. 59).

Em seu trabalho, Menezes mostra que os colonos da CAND, num primeiro instante, tinham como renda o comércio da madeira. Assim que chegavam à colônia, no momento da aquisição de seus lotes, encontravam matas fechadas e viram no processo de desmatamento, uma forma imediata de comércio. A autora mostra que:

Além da exploração da madeira – constante desde o início da colonização e que perpassou toda a história da CAND - os colonos também se dedicaram a outras atividades, como o pequeno comércio de artigos industrializados, muito bem representados pelos inúmeros “bolichos” que surgiram em toda a extensão da colônia (MENEZES, 2011, p. 5).

Os colonos da CAND comercializavam mercadorias com a cidade de Dourados e vice-versa. Os artigos que eram vendidos nos “bolichos” da colônia, aponta Menezes, certamente eram provenientes da cidade. Ou seja, a cidade neste momento já era capaz de abastecer os “bolichos” da colônia, demonstrando então seu crescimento neste setor.

As madeiras extraídas das florestas que iam sendo derrubadas eram comercializadas entre os próprios colonos, já que havia serrarias que faziam o beneficiamento das mesmas, mas feito principalmente com empresas madeireiras da região. A cidade também era um mercado consumidor significativo, uma vez que a maior parte das suas construções naqueles anos era feita de madeira. Menezes aponta que houve fiscalização e proibição desse comércio, “talvez na tentativa de coibir a proliferação de serrarias clandestinas”. No entanto a retirada da madeira era uma condição necessária para a ocupação dos lotes. A autora cita o depoimento de um sócio da Indústria Douradense de Madeira, que transparece sua preocupação diante da proibição da venda do produto, dizendo que:

Essa proibição de saída de madeiras da Colônia, virá afetar grandemente o município de Dourados, pois, sem essa fonte produtora de madeiras, que é a colônia, Dourados ficará praticamente sem tábuas de madeiras diversas para suas construções (MENEZES, 2011, p. 11) ⁷.

⁷ Termo de declaração de Felipe de Mattos, 04/8/1951, APE/MS, acervo: CAND, caixa: 02

Menezes diz que a proibição do comércio madeireiro se deu pelo fato da tentativa de evitar a proliferação de serrarias clandestinas pela CAND, todavia com a ocupação da segunda zona⁸ da colônia, não era mais controlável tal impedimento, já que a extração da madeira era a forma do colono “limpar” seu lote (MENEZES, 2011, p.11). Era difícil, continua a autora, uma fiscalização mais rígida nessa zona por parte da administração da colônia, pelos rumos que a colonização tomou. Ou seja, a ocupação da segunda zona foi sendo efetivada nos anos de 1950, momento que muitos migrantes vieram para Dourados. Com esse número extenso de colonos, a administração se viu diante de um problema para “abrigar” tanta gente e igualmente para fiscalizá-las nas práticas ilícitas de comercialização de madeiras.

Além da madeira, os colonos comercializavam com a cidade também a erva-mate, já que a CAND foi instalada na região ervateira. A erva se transformou em mais uma fonte de renda para os colonos. De acordo com Menezes, os produtos agrícolas da Colônia não tinham comércio local, uma vez que havia dificuldades no escoamento da produção, diferente da madeira que recebia grande estímulo, sendo vendidas na região e até mesmo no estado de São Paulo (MENEZES, 2011, p. 8).

Ao se adentrarem nas matas, os colonos se deparavam com muitos ervais nativos, vendo neles a possibilidade de comércio, assim como com a madeira. De acordo com o memorialista José de Azevedo, havia compradores do mate de terras da colônia onde atualmente é o município de Glória de Dourados. O autor aponta que esses compradores revendiam a erva em Dourados gerando “algum dinheiro no comércio local” (AZEVEDO, 1994 *apud* FERNANDES, 2012, p.120).

Além disso, em entrevista realizada por Fernandes com Astúrio Dauzacker, é apontado que o comércio da erva era muito significativo para a colônia, não faltando compradores.

Esse mate, era vendido para várias fontes... em Dourados tinha Cooperativa do Mate que comprava... certo? Daqui mandava para Campo Grande. E comércio não faltava.faltava erva, mas não quem comprasse! Por que o consumo, é... era muito, né?⁹ (FERNANDES, 2012, p. 120).

As culturas produzidas na CAND, como o feijão, arroz, milho e mandioca eram eventualmente enviados para o mercado, sendo quase que essencialmente para o consumo de seus próprios produtores. No entanto, Silva destaca que havia culturas produzidas especialmente para o comércio, que eram o algodão e o amendoim. O autor ainda aponta que

⁸ A Segunda Zona compreendia ocupações à margem direita do Rio Dourados. Ver FERNANDES, José Antonio. *Erva Mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970)*. Dourados, MS: UFGD, 2012.

⁹ Entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008.

após 1950 tais produtos eram enviados para indústrias de beneficiamento no Oeste paulista (SILVA, M., 2000, p.107).

Sendo assim, entendemos que na porção rural do município douradense a economia era basicamente de subsistência, uma vez que as culturas produzidas na CAND eram principalmente para abastecer os próprios agricultores e para eventuais trocas por outros produtos na cidade, mas também produtos específicos para o comércio com São Paulo. Ou seja, havia culturas produzidas especialmente para a comercialização, como mostra Fernandes,

Sabemos ainda que havia colonos plantando algodão, amendoim e mamona, produtos exclusivamente para comercialização. O primeiro desses produtos parece ter dado bons rendimentos e o último tido seu momento especialmente nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Ao que foi possível constatar através da documentação e de entrevistas, entre as culturas que mais frutificaram na CAND está o algodão, que parece ter trazido bons rendimentos a alguns colonos. Juntamente com o milho e o café ele estava entre os principais produtos planejados pelo Governo Federal para serem implantados na Colônia. (FERNANDES, 2012, p. 43).

O autor nos mostra que o café, após sua crise em 1930, teve um período de grande valorização justamente nas duas décadas iniciais de implantação da CAND. O investimento nessa cultura gerou bons lucros para os agricultores, pois “existia mercado e preços relativamente compensadores, entre as décadas de 1940 e 1960” (FERNANDES, 2012, p. 44-45).

Além da CAND, existia também a Colônia Municipal de Dourados. Criada em outubro de 1946, os lotes da CMD seriam destinados à fixação de agricultores brasileiros ou estrangeiros, com a função de formar um centro de produção agrícola para a região (CARLI, 2008, p.82).

Todavia, diferentemente dos colonos da CAND, os que se destinaram para a CMD tinham que pagar pelo lote para a prefeitura de Dourados. Mesmo sendo reconhecidos como pobres, os colonos pagavam uma taxa de 40 cruzeiros por ha, sendo a vista ou parcelado, caso isso não ocorresse perderiam suas terras.

A realidade enfrentada pelos colonos da CAND era também a mesma dos colonos da CMD, como a inexistência de vias de acesso entre a área rural e a área urbana do município. A falta de vias dificultava tanto o acesso entre regiões próximas quanto possíveis comércio de mercadorias entre área urbana e rural.

As precárias vias e estradas existentes muitas vezes eram construídas pela prefeitura, mas sua manutenção ficava por conta dos colonos. Além das taxas e impostos que os colonos

da CMD pagavam, a falta de estradas e os inúmeros deveres a serem cumpridos por determinação da prefeitura, eles ainda tinham que conviver com muitas doenças que assolavam a região, como a malária e a febre amarela.

Além disso, faltava também ajuda do governo em diversos aspectos, dificultando o sucesso desses migrantes como agricultores. Sobre esse aspecto Oliveira faz um apontamento sobre a CAND, quando diz que:

Entretanto, o que se percebe, também, é que as questões mais importantes para a estruturação dos colonos não eram tratadas como deviam, pois para que eles pudessem permanecer nos lotes, era necessário que a administração os orientasse sobre o que era possível ser plantado para a sobrevivência, bem como, para o que fosse destinado ao mercado. Vale lembrar que a Colônia era administrada por engenheiros agrônomos na sua maioria. Portanto, era possível fazer com que os trabalhadores rurais tivessem sucesso nas suas atividades. A terra, com raras exceções, era muito fértil e fácil de ser trabalhada. Todavia, na prática os colonos não conseguiriam prosperar como sonhavam (OLIVEIRA, 1999, p. 141).

As mudanças eram inevitáveis em Dourados, conforme iam se passando os anos, afinal migrantes de várias regiões do país se destinavam à cidade após a instalação das colônias. Aquele pequeno povoado, que vivia basicamente da pecuária extensiva e do extrativismo, vivia novos tempos, de grandes mudanças. Carli cita uma reportagem do jornal *O Progresso*, de 1951, intitulada *Dourados continua atraindo braços para o trabalho*, que diz:

A fama da nossa terra, dispondo das melhores terras de agricultura, continua atraindo a atenção dos homens do trabalho. Raro é o dia em que, isolados ou em grupos, deixem de entrar em Dourados numerosos trabalhadores da lavoura que aqui aportam, animados pela esperança de construir, pelo trabalho, um futuro melhor para seus filhos. (*O Progresso*, p.2, 1951 *apud* CARLI, 2008, p.131).

A economia douradense naqueles anos de colonização passava a receber incentivos para o seu desenvolvimento. Além da terra, também eram entregues aos colonos instrumentos para o trabalho, pelo menos aos que se destinavam para a CAND, pois os colonos da CMD, pelo que foi verificado no trabalho de Carli, receberam somente mudas de plantas, sementes e inseticidas ¹⁰.

Com o passar dos anos a agricultura se fortalecia a ponto de se comercializar com a área urbana de Dourados e com outras regiões as culturas produzidas. Ernandes aponta que “em 1948, a feira livre, sem dúvida, se transformou no ponto principal de intercâmbio da

¹⁰ Decreto nº 70, das atribuições dos colonos e das regras da Colônia.

população rural com a urbana e demandou a criação da Associação Comercial” (ERNANDES, 2009, p. 40).

Devido o intenso desenvolvimento econômico que Dourados vivia naqueles anos de 1940, a busca pelas terras da região era constante. No início de 1950, a terra passa de condição de devoluta para condição de mercadoria, devido a alta valorização da região. Sobre a terra vista como mercadoria, o jornal *O Progresso* traz a seguinte reportagem:

Repentinamente, da noite para o dia, iniciou-se a grande procura de terras que teve o seu clímax nos anos de 1948 e 1949 e atingiu a tal ponto que, em pouco tempo não mais havia terras devolutas no município. As matas foram tomadas de assalto pelos engenheiros encarregados de medição e demarcação de lotes, e num instante, como por encanto povoaram-se os mais longínquos rincões. Levas e levaras de colonos chegavam quase diariamente de todos os Estados, colocando-se nas Colônias Agrícolas, ou comprando terras para a agricultura. Vieram depois os grandes capitalistas, dentre os quais se destaca a figura de Geremia Lunardelli que adquiriu 100.000 hectares de matas dispondo-se imediatamente a aplicar nessas terras vultoso capital, no plantio do café, como de fato já o vem fazendo. Outros menores adquiriram matas e entraram rasgando estradas para explorá-las. Os preços das terras subiam, como ainda sobem, num ritmo acelerado. Registraram-se vendas de 50, 100, 150, 200 cruzeiros por hectare e hoje tem se registrado até 400 cruzeiros por hectare. Surgem companhias corretoras, administradas por gente de prática e experimentada e os negócios hoje realizam-se diariamente registrando-se de período a período novas valorizações (“Vertiginosa a marcha de Dourados para o progresso”. *O Progresso*, Dourados, 21/04/1951 *apud* SILVA, M., 2000, p.114).

Naquela década, para o estímulo da colonização e para o desenvolvimento da região de Dourados, “foram construídas uma serraria movida a caldeira e motor-diesel [...] uma marcenaria, uma serralheria, uma olaria, doze escolas em prédio de madeira e dois postos médicos” e para o setor agrícola, criados “campos de experimentação para avaliar o comportamento das seguintes culturas: trigo, arroz, centeio, milho, algodão, amendoim e cana-de-açúcar” (MOREIRA, 1990 *apud* ERNANDES, 2009, p.61).

A ideia de fixar o homem à terra era constante e sempre estava presente nos discursos do governo. Na área urbana de Dourados destacava-se um pequeno, mas promissor comércio, uma vez que atraía os agricultores “para o centro da cidade, que de carroça ou de carro de bois buscavam alimentos e ferramentas para a labuta diária” (MOREIRA, 1990, *apud* ERNANDES, 2009, p. 21).

No entanto, enquanto o município se desenvolvia economicamente com o passar dos anos, havia ainda alguns problemas a serem resolvidos, como a inexistência de estradas que ligassem as áreas rurais ao próprio município e vias que fizessem a ligação entre as cidades da região. Segundo Carli, somente a partir de 1952, a população do campo, pelo menos dos colonos da CMD, viu a possibilidade de realização de ações concretas por parte daqueles que

administravam a Colônia, com a abertura de estrada que a ligava até Dourados (CARLI, 2008, p. 143).

Conforme nota Queiroz, foi somente a partir da segunda metade da década de 1950 que as estradas passaram a ter uma participação eficaz no processo de escoamento da mercadoria agrícola produzida na região sul do antigo Mato Grosso para os mercados de São Paulo. O autor aponta que,

a partir, pelo menos, da segunda metade da década de 1950, o transporte rodoviário passa a desempenhar o papel principal, em função do constante melhoramento das estradas de rodagem – as quais parecem ter sido decisivas, por exemplo, para a efetiva “decolagem” da economia agrícola da região de Dourados, em ligação direta com o mercado paulista pelas rodovias federais atualmente denominadas BR-163 e BR-267 (QUEIROZ, 2004, p. 31).

As estradas possibilitaram que a economia douradense se desenvolvesse em maiores proporções no decorrer de 1950, uma vez que por elas eram transportadas as culturas produzidas, tanto para municípios próximos quanto para mercados mais significativos, como os do sudeste¹¹. Nestes anos as técnicas empregadas na agricultura eram rudimentares, pois utilizavam somente enxadas, foices, machados e arados de tração. A mão-de-obra era predominantemente familiar e a mecanização muito reduzida.

A energia elétrica também era uma reivindicação da população rural nessas décadas, afinal somente parte da área urbana contava com este recurso, ainda que precário, pois sendo a energia movida por geradores, estes eram desligados em uma determinada hora da noite.

Sobre a proveniência do capital essencial para todo esse sistema econômico do município, Silva nos relata que o funcionamento da agricultura

dependia essencialmente da atuação do capital comercial materializado sob a forma de diversos comerciantes que, em geral, dominavam não somente a comercialização, o escoamento, o beneficiamento preliminar e parcela do financiamento da produção, mas também detinham o controle do abastecimento desses pequenos produtores da CAND (SILVA, M., 2000, p. 107-108).

A CAND, assim como a CMD, provocou importantes transformações no quadro econômico do município de Dourados. No passar dos anos de 1950 a cidade se transformou de pequeno povoado extrativista de erva e produtor de uma pecuária tradicional para um centro de produção agrícola, não só regional, mas sim de todo Estado de Mato Grosso. As áreas de pastagens diminuíram dando lugar as áreas lavoureiras. Notemos o quadro que apresenta dados de 1950 e 1960.

¹¹ Sobre o transporte nas relações comerciais da CAND cf. CASALI, 2002.

TABELA 1 – ÁREA TOTAL DE PASTAGENS E LAVOURAS, E VOLUME DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO, FEIJÃO, MILHO E CAFÉ EM DOURADOS E MATO GROSSO - 1950.

	Área de Pastagens (ha)	Área de Lavouras Permanentes (ha)	Área de Lavouras Temporárias (ha)	Algodão (t)	Feijão (t)	Milho (t)	Café (t)
1950							
Dourados	315.984	763	9.712	171	1.173	8.018	5
Mato Grosso	20.378.812	19.823	123.507	171	13.956	73.846	4.795
1960							
Dourados	231.347	7.523	51.958	9.764	7.429	3 0.745	4.100
Mato Grosso	22.597.641	62.917	310.820	13.914	20.039	—	27.935

Fonte: Censo Agrícola do Mato Grosso, FIBGE, 1950 *apud* SILVA, M., 2000, p.110

Como base nos dados, verificamos a importância da CAND na transformação econômica do município. Em dez anos as áreas de lavouras, sendo permanentes ou temporárias, aumentaram significativamente, enquanto as de pastagens diminuíram. Em relação a todo o Estado, as áreas do município de Dourados possuíam um tamanho significativo, afinal eram somente as áreas de um município comparadas as proporções de um vasto Estado como Mato Grosso. Ainda de acordo com a tabela, notemos o considerável aumento na produção das principais culturas em Dourados, exceto no milho, que de acordo com os dados teve um decréscimo bastante significativo.

É notável fazermos esses comparativos para percebermos a importância da instalação das colônias agrícolas em Dourados. Podemos dizer, com base nos dados, que elas proporcionaram um desenvolvimento econômico para o município, o transformando em polo econômico regional. A agricultura, e também a pecuária, foram amplamente estimuladas pelos governos federal, estadual e municipal, que acreditaram na potencialidade das terras douradenses.

Além da agricultura, na CAND também eram criados pequenos animais, como aves e porcos, que em alguns momentos foram comercializados. Fernandes nos mostra que, de acordo com entrevista realizada com um ex-colono, havia “compradores paulistas que vinham buscar aves em Vila Jateí e região”¹² (FERNANDES, 2012, p. 45).

Outro dado importante é o aumento demográfico douradense no decorrer dos anos posteriores a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Anteriormente, o

¹² Mariano Antônio da Silva, entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

pequeno município contava com uma população de aproximadamente 15 mil habitantes. No decorrer de 1950, no auge da colonização, a população chegou a 35 mil, diretamente envolvidos com aquela atividade (SILVA, M., 2000, p. 111). Evidentemente que esses números envolvem também os colonos da Colônia Municipal de Dourados, que além de proporcionarem o aumento demográfico, também contribuíram para o desenvolvimento econômico douradense.

O número de habitantes do município douradense cresceu ainda mais no final de 1950. Naquele momento Dourados já se diferenciava de Ponta Porã economicamente, e apresentava um crescimento demográfico mais acelerado que os municípios do sul do antigo Mato Grosso (SILVA, M., 2000, p.111). A década de 1950 mostrou-se importante para Dourados, uma vez que as transformações ocorridas naqueles anos proporcionaram ao município destaque como polo regional do extremo sul mato-grossense.

De acordo com dados oferecidos por Pavão (2005), podemos fazer um comparativo relacionando a população de Dourados com os demais municípios da região do sul do antigo Mato Grosso, primeiramente na década anterior a implantação das colônias e após a implantação.

Segundo o autor, em 1940 tal região contava com apenas 14 municípios¹³, num total de 238.640 habitantes. Seguem os dados dos principais municípios:

TABELA 2 - NÚMERO DE HABITANTES DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ATUAL MATO GROSSO DO SUL – 1940

MUNICÍPIO	NÚMERO DE HABITANTES
CAMPO GRANDE	49.629
CORUMBÁ	29.521
PONTA PORÃ	25.518
AQUIDAUANA	20.949
TRES LAGOAS	15.378
DOURADOS	14.985
TOTAL	163.458

Fonte: PAVÃO, 2005, p. 171.

Percebemos que em 1940, ainda sem a implantação das colônias agrícolas, Dourados detinha apenas a 6ª colocação, sua população representava apenas 30,2% em relação a de

¹³ São eles: Aquidauana, Bela Vista, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Maracajú, Miranda, Nioaque, Paranaíba, Ponta Porã, Porto Murinho, Rio Brilhante e Três Lagoas.

Campo Grande (ou seja era duas vezes menor), sendo que a segunda classificada, Corumbá, possuía o dobro. Uma década depois, ao tomarmos o censo de 1950, a mesma região possuía 20 municípios, Dourados contava com as colônias e se constata outra configuração, conforme tabela abaixo:

TABELA 3 - NÚMERO DE HABITANTES DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ATUAL MATO GROSSO DO SUL – 1950

MUNICÍPIO	NÚMERO DE HABITANTES
DOURADOS	84.668
CAMPO GRANDE	73.258
CORUMBÁ	58.490
TOTAL	216.416

Fonte: PAVÃO, 2005, p. 172

Em dez anos Dourados passou a liderar a lista dos municípios mais populosos da região sul de Mato Grosso. Ultrapassava até mesmo Campo Grande, a cidade mais populosa em 1940. No transcorrer de 1950, a população de Dourados viria a aumentar ainda mais.

Silva elenca algumas mudanças significativas para o município naquele período de importantes transformações. Primeiramente, com a implantação da CAND estabeleceu-se “condições que propiciaram o início da superação do relativo isolamento que penalizava o cone sul de Mato Grosso”. Assim, em 1948 “verificou-se a construção do ramal ferroviário Campo Grande - Ponta Porã da Noroeste em Itahum, distrito de Dourados, situado a 60 km da sede municipal”, possibilitando o escoamento da produção regional. Em 1957 Dourados pode finalmente contar com uma “estrada de rodagem cascalhada e com boas condições de tráfego [...] encurtando o tempo de deslocamento a Campo Grande e intensificando a possibilidade de troca comercial entre os dois centros”. Além disso, o aeroporto de Dourados foi inaugurado no final de 1940 estabelecendo linhas aéreas com São Paulo, Rio de Janeiro e Cuiabá (SILVA, M., 2000, p. 112). Essas transformações proporcionaram à Dourados um destaque regional, tirando-o da condição de semi-isolamento característico da década de 1930, proporcionando que seu desenvolvimento econômico o transformasse em centro agrícola regional.

A economia regional naquele momento baseava-se primeiramente na agricultura com destaque à policultura, seguida da pecuária, que recebeu estímulos para seu melhoramento com a introdução de novas raças de animais.

1.3 As transformações urbanas em Dourados: da década de 1940 aos anos 60

Como consequência da colonização, o aspecto urbano douradense passou por significativas transformações. Devido ao aumento demográfico constante nos finais de 1940 e intensificado na década de 1950, a cidade se adequava então aquele novo momento. Neste contexto de grandes transformações,

no final da década de 1940, foi que ruas largas com canteiros centrais arborizados foram criadas. O plano enxadrezado estabeleceu quadras uniformes e os lotes foram ocupados gradativamente por construções que abrigam as casas comerciais (ERNANDES, 2009, p.59).

Reformas nas ruas e nas casas proporcionavam um aspecto moderno para a pequena cidade e as transformações eram intensas e constantes.

A cidade passava por um clima de agitação. Migrantes chegavam a todo o momento, lotes eram demarcados e entregues aos colonos, a produção agrícola se intensificava e estradas foram construídas para facilitar o acesso e dinamizar a circulação de pessoas e mercadorias. O ramal ferroviário da Noroeste do Brasil chegou em 1949 em Itahum a sessenta quilômetros de Dourados. Caminhões e vagões faziam o escoamento da produção, e no caminho inverso traziam consigo pessoas e mercadorias. Tradições distintas, que passariam a coexistir no mesmo espaço. A partir desses encontros e desencontros a organização da cidade foi alterada (ERNANDES, 2009, p.60).

Na segunda década do século XX, quando se limitava em um pequeno povoado, o espaço central de Dourados era dividido entre a Igreja, a casa comercial, a pensão e o hotel. Após 1950, no auge da colonização, passam a fazer parte deste mesmo espaço escolas e hospitais e conforme os anos iam se passando, bancos, loteamentos, companhias imobiliárias e associações de classes também se faziam presentes na cidade (ERNANDES, 2009, p. 61). Ao se transformar em centro regional econômico, Dourados presenciou sua área urbana acompanhar tal ritmo de crescimento. Era necessário, naquele momento, se adequar as necessidades da população com escolas e hospitais por exemplo. Silva destaca que “em 1948, a cidade passou a contar com jornal. [...] Em 1952, foi inaugurada a primeira agência bancária: o Banco Nacional do Comércio e Produção S/A”. E foram nesses anos que inaugurou-se também uma emissora de rádio (SILVA, M., 2000, p.116).

Em 1949 a cidade contava com energia elétrica, proveniente da Usina Termoelétrica Filinto Muller, inaugurada pelo então senador de mesmo nome. A Usina funcionava com um motor a vapor, onde a queima da madeira tornava-se energia para a cidade. Durante a noite,

nos aponta Ernandes, “a energia elétrica fornecida pela usina Filinto Muller, abastecia os postes de luz, todos ainda de madeira distribuídos ao longo da rua principal” (ERNANDES, 2009, p. 40). É importante ressaltar que tal energia não abastecia as residências, que utilizavam outras fontes de luz, como lamparinas. O autor ainda mostra que “a iluminação das ruas também sinalizava o crescimento pelo qual o município passava”.

Silva salienta que Dourados havia se transformado rapidamente “em um centro de comercialização e beneficiamento da produção regional”, ou seja, não eram somente os produtos das colônias agrícolas que recebiam o processo de beneficiamento na cidade, mas sim de toda a região. O autor aponta que:

A cidade começou a concentrar diversos comerciantes e proprietários de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas (principalmente arroz, algodão e café) que adquiriam a safra dos pequenos lavoureiros, promoviam o primeiro beneficiamento de seus principais produtos e os forneciam posteriormente para as indústrias localizadas no Oeste paulista (SILVA, M., 2000, p. 116).

Naqueles anos, devido ao grande destaque regional que Dourados vivia, o setor imobiliário começou a se sobressair. A valorização das terras não se deu apenas na área rural, mas na urbana também. Iniciavam-se os investimentos em loteamentos urbanos.

As terras da área urbana, no período anterior as colônias agrícolas, eram doadas por meio de aforamento ou a um valor irrelevante. Não obstante, quando o município passou a se destacar regionalmente, iniciou-se a especulação imobiliária. Silva elenca três consideráveis consequências deste setor econômico em Dourados, que começou já em fins de 1940:

A primeira foi a mudança da forma de acesso à terra urbana, que passou paulatinamente do antigo aforamento para a mercantilização do solo urbano; a segunda decorrência foi que o poder público municipal deixou de ser o fornecedor exclusivo de lotes urbanos em Dourados. Surgiu a partir desse período uma nova modalidade de cedente: o proprietário privado de lotes urbanos. E como terceira consequência, verificou-se a introdução na cidade de uma nova modalidade de expansão do espaço urbano (SILVA, M., 2000, p. 118).

Conforme já foi citado anteriormente, foi neste momento que a cidade passou a apresentar o plano enxadrezado de ruas, implantado devido aos diversos loteamentos que se iniciava. A partir de 1955, os chacareiros localizados em volta da área urbana começaram também a lotear suas áreas, seguindo o exemplo dos primeiros. Iniciava-se uma verdadeira febre de loteamentos, atingindo uma média de 5 loteamentos por ano, na década de 1950 (SILVA, M., 2000, p. 119). Sendo assim, como efeito, problemas começaram a surgir. Não havia na cidade recursos humanos para acompanhar e controlar a rápida disseminação dos

loteamentos. Além disso, muitos desses loteamentos não respeitavam as exigências da legislação disponível e também o enxadrezamento estabelecido no projeto original da cidade. Muitos eram lotes vendidos sem mesmo existir e para agravar ainda mais, havia também os posseiros em lotes de compradores que residiam em outras localidades.

Mesmo diante de tanto crescimento, Dourados ainda sofria com a precariedade de infraestrutura. No decorrer de 1960 a cidade carecia de sistema de drenagem para escoamento da água da chuva, e as ruas sofriam erosão devido as enxurradas.

Sobre a energia elétrica, proveniente da Usina Filinto Muller, Silva nos aponta que a situação também era crítica. Em entrevista realizada pelo autor com uma moradora daquela época, é apontado que “a usina só funcionava das 19:00 às 23:00 horas. [...] Quando começou a funcionar a usina de óleo diesel, eles ampliaram o período de fornecimento”¹⁴. O que houve, na verdade, foi a substituição da caldeira por um motor a óleo diesel, e não o funcionamento de uma segunda usina. Para agravar ainda mais a precária situação, a usina sofria constantes panes, deixando de funcionar por longos períodos, nos mostra o autor (SILVA, M., 2000, p.124).

Para agravar ainda mais esses problemas que a população enfrentava diariamente, o início da década de 1960 foi marcado pela política reformista do presidente João Goulart, que desejava implantar as Reformas de Base no país. Entre as diversas propostas, as que mais receberiam críticas eram da Reforma Agrária e Reforma Urbana. Em Dourados, tais reformas “colocava em agitação os meios rurais e urbanos” (ARAKAKI, 2008, p. 51).

Suzana Arakaki aponta que

Sendo Dourados uma região nascida sob o “signo da terra”, baseada na premissa da propriedade, é natural que a possibilidade de perder a posse da terra atemorizasse parte da população. Em Dourados, como em todo o país, uma longa campanha contra as Reformas de Base de Jango foi deflagrada. [...] A população douradense, que no início do povoamento havia recebido gratuitamente lotes rurais e urbanos [...] pôs-se em alerta contra as medidas pretendidas pelo governo (2008, p.52-53).

No meio urbano o temor em perder propriedades também era grande, pois “os inquilinos poderiam se tornar donos das casas que alugavam”, caso as Reformas de Base fossem implantadas. Todavia, o receio em perder seus bens, pelo menos das propriedades rurais, foi minimizado quando o projeto de reforma agrária foi combatido no Congresso, nos mostra Arakaki (2008, p. 52-53).

¹⁴ Entrevista com Ercilia de Oliveira Pompeu, em 17/11/1997.

Voltando aos aspectos urbanos, no final de 1950, especificamente em 1958, a cidade passou a contar com o serviço telefônico da Companhia Telefônica de Dourados S/A. Em 1966, tais serviços são transferidos para a Teleoeste, empresa de Campo Grande. Os serviços eram precários devido à falta de recursos das empresas. As ligações eram restritas na cidade, não podendo realizar ligações interurbanas (SILVA, M., 2000, p. 126).

As primeiras ruas pavimentadas surgiram em meados da década de 1960. No entanto, a população ainda sofria com a inexistência de saneamento, como água tratada. A poeira em tempos de seca, as enxurradas, lamas e erosão, em tempos de chuva era um problema que a população ainda enfrentaria até finais daquela década.

Em análises realizadas nos relatórios socioeconômicos do município percebemos algumas mudanças em relação às construções residenciais na década de 1960. Enquanto as construções de alvenaria representavam menos que a metade das construções residenciais em 1968, no ano seguinte ultrapassaria as de madeira e nos próximos anos se multiplicaram. (Dourados: dados referentes à cidade, município e a região da Grande Dourados, s.d.).

A presença de muitas construções de madeira no município até fins de 1960 se deu pelo fato da região ter facilidade na aquisição desse material, sendo “as casas residenciais e comerciais e até os grandes barracões de depósito de máquinas de beneficiamento de cereais” de madeira (GRESSLER; RACHI, 1976, p. 55).

Junto a isso, também podemos notar no que se refere à pavimentação das ruas da cidade. Analisando fotografias da década de 1950 e conforme alguns autores salientaram, notamos que o asfalto era inexistente nas ruas douradense naquele período. A pavimentação começou a ser realizada em meados de 1960, para sermos mais exatos em 1966. As obras de infraestrutura e de saneamento básico passaram a ser realizadas principalmente na segunda metade daquele decênio. Aquelas mudanças eram associadas ao progresso da Nação, conforme notamos em uma reportagem do jornal *Folha de Dourados*. Vejamos:

Agora resta aos incrédulos, admirar uma cidade nova, com ruas pavimentadas, com luz elétrica, água encanada [...] Em apenas três anos de intranqüilidade (aos que gostam de atraso) nossa cidade teve suas principais ruas pavimentadas [...] muitos quilômetros de estradas abertas revolucionando uma região, carente de progresso e desenvolvimento [...] Isto é Dourados em ritmo de Brasil Grande (Toque de Retirada. *FD*, p. 1, 17 jan. 1970).

Pelo que se percebe as obras na cidade a que se refere o jornal, haviam sido iniciadas em 1967 e por levar um tempo relativamente longo, algumas pessoas se incomodavam com a “desordem” no município. Esse período que trata a reportagem corresponde ao momento de

grande crescimento econômico no Brasil, que timidamente já refletia no interior do país, sendo enfatizado pelo jornalista: “Isto é Dourados em ritmo de Brasil Grande”.

Na gestão do prefeito João da Câmara (31/01/67 a 31/01/70) muitas obras realizaram-se na área urbana do município. Destacamos naquele período a construção de vias de acesso que ligavam os povoados e os distritos até à cidade, onde os produtores rurais vendiam seus produtos, principalmente o arroz, que era o “esteio da nossa grande economia”, aponta o relatório de gestão de referido prefeito (Prefeito Municipal, 1967-1970 (João da Câmara), 1970. p.4).

Além das vias de acesso construídas no município, a prefeitura havia recebido 90 mil Cruzeiros Novos para reparos de máquinas e uma bomba para o poço artesiano que foi aberto na cidade, lembrando que a população até a segunda metade de 1960 “para se abastecer de água tinha que providenciar a perfuração de poços em suas residências” (SILVA, M., 2000, p. 126). Outras obras foram realizadas como a construção de 20 mil metros de guias de sarjetas, urbanização dos canteiros centrais da Avenida Marcelino Pires e mil ligações de água às residências, de acordo com o relatório da gestão de João da Câmara.

Um elemento que garantiria o lazer da população e apresentaria também características modernas para a cidade foi a construção da Praça Mário Corrêa. A praça constituía uma grande obra para a cidade, já que além da área de lazer, contando com o Parque Infantil, incluía também a Biblioteca Vicente de Carvalho, um local cultural para a população. “Construída em apenas 20 meses”, essa era a propaganda feita pelo jornal *Folha de Dourados*, que além de exaltar João da Câmara como um idealista, publicou todos os gastos da construção do “mais moderno logradouro público do interior brasileiro” (Praça Mário Corrêa - Obra prima da administração João da Câmara, seu custo atingiu NCr\$ 305.027,41, foi concluída em apenas 20 meses e entregue ao povo. *FD*, p. 1, 24 jan. 1970).

No ano de 1970 o município contava com 15 hotéis, 10 bancos, 12 farmácias, 4 hospitais, 4 clubes e 1 cinema, o Cine Ouro Verde. Sobre comunicações e transportes, a cidade já realizava ligações telefônicas interurbanas e possuía linhas de ônibus para os principais centros, até mesmo mais de um por dia, como para São Paulo, Campo Grande e Presidente Pudente, e outras cidades mais próximas como Ponta Porã. Os vôos aconteciam 2 vezes por semana, especificamente para São Paulo e para Curitiba. Conforme citamos anteriormente, aconteciam vôos também para o Rio de Janeiro e Cuiabá, como nos apontou Silva (2000). Havia também, até aquele ano, 110 pequenas indústrias, 140 prestadores de serviços e 610 atividades comerciais (Prefeito Municipal, 1967-1970 (João da Câmara), 1970, p. 16).

Neste período de prosperidade econômica douradense, o país vivia o chamado “milagre econômico”, que teve início em fins de 1960. Naquele momento a economia brasileira estava em alta e muitos projetos de desenvolvimento econômico foram lançados pelo governo, inclusive na região do SMT.

1.4 – Os desafios econômicos da década de 1970 e o planejamento como alternativa

A passagem dos anos de 1960 para 1970 foi marcada por uma acelerada expansão econômica no Brasil. Neste período a inflação estava controlada e a alta na economia devia-se, entre outros aspectos, às ações de uma política desenvolvimentista sustentada pelo governo federal e seus respectivos ministros: Antônio Delfim Netto e Hélio Beltrão, que mais tarde seria sucedido por João Paulo dos Reis Veloso.

Tal impulso econômico, iniciado a partir de 1967, proporcionou um efetivo desenvolvimento nos setores industriais e os grandes centros do país tiveram maior participação nesse processo. Nessa conjuntura o setor agrícola também recebeu incentivos dessa nova política econômica.

Dourados nesse período passava por transformações em seu campo econômico, tendo em vista que:

A partir do final dos anos 60 e mais intensamente do início da década de 70, mudanças de grande envergadura foram desencadeadas no Mato Grosso do Sul meridional com a chegada na região das lavouras tecnificadas de trigo e soja fortemente integradas aos interesses agroindustriais (SILVA, M., 2000, p. 127).

Essa nova prática de manejo da lavoura provocou significativas transformações econômicas em Dourados e região, marcando uma nova fase de desenvolvimento que acompanhava o ritmo do Brasil.

Essa nova política econômica, vinculada ao regime militar, provocou mudanças positivas no país. De acordo com Paul Singer, muitos foram os planos e decisões para controlar a inflação brasileira, pois o ritmo da economia, após 1962, diminuía (SINGER, 1976, p. 77).

A proposta de Delfim Netto para promover o crescimento econômico no país era “aumentar o crescimento *per capita*, expandir rapidamente o emprego, reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões e manter um relativo equilíbrio monetário”

(SKIDMORE, 1988, p. 144). A economia cresceu nos anos posteriores, caracterizando um *boom* econômico.

Para Skidmore, as metas que Delfim havia proposto foram alcançadas. Desde a segunda metade dos anos de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil não apresentava um índice tão elevado de crescimento econômico, o que legitimava o período do regime ditatorial (1988, p. 276).

O SMT, visto como um importante produtor agrícola desde o período da CAND, passou a receber maiores estímulos do governo nesses anos de alta da economia brasileira. Assim, os jornais da cidade publicavam notícias de investimentos que eram feitos na região. O jornal *Folha de Dourados* publicou no início de 1970 uma reportagem sobre os incentivos que Mato Grosso recebia.

O governo do Estado recebeu comunicado do Ministro da Fazenda Sr. Delfim Neto liberando a importação de 380 tratores de esteira da Romênia, que se destinam à Agricultura e Prefeituras de todo o Estado de Mato Grosso. A mensagem do Ministro refere-se que o Presidente da República está de pleno acordo com o empreendimento (Tratores para a mecanização de MT. *FD*, p. 1, 13 jun. 1970).

Enquanto nos grandes centros o setor industrial e também o de infraestrutura recebiam incentivos do governo, o SMT recebia estímulos principalmente na agricultura. Exemplo é o artigo citado acima que demonstra o interesse do presidente Médici e do Ministro Delfim Netto em estimular o desenvolvimento regional liberando a importação de maquinários, incentivando as novas práticas agrícolas.

Aqueles anos eram vistos por alguns estudiosos como um “milagre econômico”, devido ao rápido desenvolvimento que o país apresentou. A ideia de integrar as regiões do Brasil eram apresentadas nos discursos do governo. Em 1970 iniciou-se a construção da Rodovia Transamazônica que integraria o norte e o nordeste brasileiro, de leste a oeste. Além de tal rodovia, outras obras consideradas “faraônicas”, devido suas grandes proporções, foi a construção da usina Hidrelétrica de Itaipu e a Ponte Presidente Costa e Silva, que liga os municípios de Rio de Janeiro e Niterói.

No interior do país, as obras não eram tão gigantescas, mas também não menos importantes. Em 1971, o governo federal criou o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o PRODOESTE, que tinha como meta principal a construção de uma rede rodoviária que ligasse os principais municípios da região¹⁵.

¹⁵ Trataremos desse programa no capítulo 2.

O PRODOESTE promoveria maior desenvolvimento econômico para o SMT, uma das áreas contempladas pelo programa, pois facilitaria a comunicação entre as regiões e os próprios municípios, além de facilitar o escoamento das mercadorias para os mercados consumidores.

Além das estradas, das novas técnicas agrícolas que vinham sendo implantadas, a agricultura no SMT recebeu outro tipo de incentivo nos anos de *boom* econômico, os empréstimos para os produtores rurais. Havia mais de vinte tipos de empréstimos destinados aos agricultores mato-grossenses, sendo eles proprietários ou não de terras. As modalidades de crédito eram inúmeras, variando conforme a necessidade de cada produtor rural, e mediante também a análise de condição de pagamento dos beneficiários (Governo oferece à lavoura mais de vinte tipos de empréstimos. *FD*, p. 2, 24 abr. 1971).

Todos esses investimentos demonstravam o interesse que Dourados havia despertado no governo federal. Em sua vinda ao município em 1972, o ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso apontou que a região possuía todas as condições para um futuro econômico promissor.

Vim a Dourados para aprender um pouco mais da região e com os breves e preciosos esclarecimentos que obtive, não sei se aqui é o “paraíso”, mas posso afirmar que a região vai explodir pela capacidade de poder produzir quase tudo que é importante na agricultura. [...] Se não é o “paraíso” está bem perto (Não sei se Dourados é o paraíso mas seu desenvolvimento vai explodir. *FD*, p. 1, 25 jul. 1972).

Conforme já apontamos, esse período que se iniciou em aproximadamente 1968 e terminou com a eclosão da crise do petróleo em 1973, foi denominado por alguns estudiosos de “milagre econômico”. Todavia, tal termo causou certa inquietação no próprio presidente da república. Evaldo Vieira aponta que Médici explicou tal rejeição afirmando que o milagre tem um nome, e esse nome é trabalho (VIEIRA, 2000, p.200). Um dos artigos analisados também faz menção à questão da “rejeição” por parte do presidente ao termo. O artigo diz:

O presidente Médici ao ver falar do “milagre Brasileiro”, não gostou. O progresso do Brasil nada de comum tinha com milagres. O Brasil cresceu planejado, ordenado; houve cooperação e estímulos. Houve uma reação em ordem, que foi de cima para baixo e voltou sob forma de estímulos, para cima (Bematão – 72 não é “Milagre”. *FD*, p. 1, 19 ago.1972).

Nota-se a preocupação do presidente Emílio Garrastazu Médici em não deixar os méritos do desenvolvimento a um “milagre”, mas certamente aos governos da “Revolução”. Em seu mandato, a censura e a repressão foram mais intensas. Desta forma, para amenizar a associação que faziam de seu governo à repressão, propagandas eram feitas e slogans

positivos estavam presentes em todos os meios de comunicação. Era preciso associar Médici ao desenvolvimento e não a repressão.

O desenvolvimento brasileiro, apontavam os discursos governamentais, não se faz por si próprio, mas sim com a colaboração de planos, projetos e o homem, em que “a população não é apenas beneficiária do desenvolvimento; o homem, por certo, é o fim a que esse processo pretende atingir, mas é também, o artífice dessa obra”, nos aponta o PLADESCO¹⁶, de 1970.

A importância do cidadão brasileiro, como braço forte, como aquele que faz parte do progresso, estava sempre presente nos discursos do governo, enfatizando que a população do país também era colaboradora daquele processo desenvolvimentista. No plano experimental do PLADESCO, é observada a fala do presidente Emílio Garrastazu Médici, em que afirma que o homem é agente do processo de desenvolvimento em que o país está engajado, sendo ele o elemento mais importante (SUDECO – PLADESCO, 1970).

No final do ano de 1973, vários países vivenciaram a crise do petróleo, inclusive o Brasil. Em um ensaio¹⁷ escrito no calor da crise, Paul Singer relata o período de inflação brasileira, em que:

[...] faltam alimentos, como a carne, o leite e, durante um período, o feijão. A indústria gráfica queixa da falta de papel; a têxtil, da falta de fibras; a de tratores, da falta de pneus; e a de pneus, da falta de borracha (SINGER, 1976, p.151).

O governo tentava de algumas formas conter a inflação e tomava medidas que não adiantariam por muito tempo, como o controle dos preços.

Neste contexto, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, se pronunciou a respeito do difícil momento que a economia brasileira também passava, afirmando que “para superar uma época de difícil transição econômica e generalizada incerteza, é necessário manter uma visão otimista de nossas possibilidades”, e que com o engajamento dos três poderes mais a população, acreditariam nas potencialidades brasileiras para o enfrentamento da crise (Política de Comunicação Social da SUDECO, 1980, p. 1). Não havia uma proposta do que seria feito de imediato, mas era necessário que para tal superação “as funções do planejamento regional assumissem importância definida e decisiva”. Também se faz necessário, aponta o relatório, que:

¹⁶ Trataremos desse plano no capítulo 2.

¹⁷ Este ensaio, intitulado “As tensões reprimidas”, foi publicado no seminário *Opinião* nº 54, de 19/11/1973, e publicado posteriormente com o título “A economia em sua hora da verdade” na obra *A crise do “milagre”*, de 1976.

esses organismos de influência regional se manifestarem e assegurarem para seu desempenho melhores posições estratégicas, até mesmo como fator de equilíbrio de forças e de negociações e barganha política que resulte no bem estar pleno das comunidades.

A SUDECO acreditava que os órgãos regionais de desenvolvimento deveriam agir conforme a necessidade de onde atuavam, empenhando o máximo de forças para conter e combater a crise presente. Pedia também “atenção e motivação para melhor seguir a política traçada pelo Ministério do Interior”, uma vez que ela estando fortalecida, garantiria o desenvolvimento integrado do Centro-Oeste, por ser o órgão principal deste tipo de ação da região.

Devido à crise internacional do petróleo, o país se despedia dos prósperos anos de desenvolvimento econômico e mergulhava na crise que era inevitável para uma economia que havia crescido em meio a diversas contradições.

A alta da economia brasileira se fez a partir da “exploração” da mão de obra do trabalhador, pois seu salário ficou muitos anos estagnado. Vieira evidencia este aspecto quando aponta que:

Na era do “milagre econômico”, as condições de vida agravaram-se para os trabalhadores. Os salários abaixaram, os reajustes salariais não eram proporcionais aos duvidosos índices de produtividade real. Em 1969, a produtividade real foi de 5,9 e os reajustes salariais calculados em 3,0; [...] A pretexto do “milagre brasileiro ou da fermentação do bolo, para viver, a maioria da população trabalhava mais” (VIEIRA, 2000, p. 200).

A renda nacional, daqueles anos de crescimento econômico, não foi “dividida” entre a população, havendo então uma maior disparidade entre as classes sociais. Era o que Delfim Netto chamava de “bolo”¹⁸. Para o economista o bolo estava crescendo e a população deveria esperar para que fosse repartido, o que nunca aconteceu. Todavia, o governo tentou achar soluções para conter a crise que atingia o país, como a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Neste aspecto, o SMT não se mostrou afetado pela crise e continuava no seu processo de integração e incorporação à economia nacional.

Neste contexto, Reis aponta que mesmo diante de contradições, o período beneficiou em muitos aspectos a população:

¹⁸ A renda nacional do período “Milagre Econômico” foi chamada de “bolo”, desta forma afirmavam que era preciso esperar o “bolo” crescer para depois dividi-lo.

A verdade é que o *milagre*, embora gerando desigualdades de todo o tipo, sociais e regionais, fora capaz de beneficiar, de modo substantivo, muitos setores modernos. Considerados estratos da classe média, por exemplo, com acesso ao crédito farto e fácil, puderam adquirir, em massa, a casa própria e o primeiro automóvel. Os funcionários públicos, principalmente os das estatais, viveram também um período bastante favorável. [...] Havia é claro, enormes sombras na paisagem, que os holofotes da publicidade não conseguiam esconder. Os pequenos posseiros e proprietários de terra, que perderam sua pouca terra no processo terrível da concentração fundiária e viraram desterrados em seu próprio país - os bóias-frias. [...] Constituíram vastos contingentes, perdidos, sem eira e nem beira, chamados equivocadamente de excluídos, porque eram legítimo produto do sistema e, como tal, estavam nele incluídíssimos, embora cada vez mais parecessem como descartáveis (REIS, 2002, p. 59-60).

O crescimento da economia só tornou-se possível porque o empobrecimento do povo não significou uma estagnação. No censo de 1970, “os dados mostravam que entre os anos de 1960 e 1970 a distribuição de renda no país, aumentara de forma desigual. A publicação desses dados causou furor no país” (SKIDMORE, 1988, p. 283-284).

A oposição naquele momento não ficou calada. Skidmore aponta que a mesma acusou o presidente da república, o general Emílio Garrastazu Médici de “estar negligenciando o bem-estar dos brasileiros menos privilegiados” (1988, p. 285). O governo evidentemente não aceitou a acusação e Delfim Netto rapidamente alegou que havia um consenso de que era preciso o desenvolvimento acelerado do que dar preferência a distribuição em curto prazo. Afirmavam que o “bolo” ainda estava incompleto, que não havia condições de reparti-lo, e como afirmava Delfim, “não se pode colocar à distribuição na frente da produção. Se o fizermos, acabaremos distribuindo o que não existe” (1988, p. 286). Esse discurso foi necessário para que acalmasse a sociedade desfavorecida que assistia ao crescimento econômico da nação, usufruindo de uma mínima parcela.

Diante do momento crítico de crise, o governo Geisel deu continuidade às políticas desenvolvimentistas dos governos anteriores. Substitui o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, por Mário Simonsen e discursava que mesmo com as incertezas de um momento em crise era necessário dar continuidade “à marcha” buscando aquilo que almejavam, o desenvolvimento. Ele pronuncia,

A tarefa de planejamento nos dias de hoje, tornou-se extremamente árdua e difícil, em face das grandes perplexidades de um mundo que ainda não soube se refazer do complexo de crises que o assaltaram ao mesmo tempo quase que inopinadamente [...]. Cumpre, pois, aos responsáveis, em todos os escalões de chefia ao longo do multifórmio processo de desenvolvimento nacional, compensar os pecados iminentes a um planejamento tal, inserido como se vê num clima todo de incertezas, pela ação pronta e ágil, sábia no aproveitamento das oportunidades novas que se ofereçam, e capaz de atingir, a despeito de obstáculos imprevistos que não deixaram de ocorrer, os objetivos prefixados para a marcha ininterrupta do País aos destinos que lhe

almejamos (II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1974, *apud* BUSCIOLI, 2010, p. 60).

Dar continuidade aos programas existentes e iniciar outras programações com as mesmas ideias de integração entre as regiões, uma conexão entre os governos, empresas e trabalhadores era a ideia a ser seguida e aplicada. Ou seja, uma fiel associação em vários setores da sociedade, diminuindo importação e aumentando a exportação na medida do possível, seria uma “fórmula” a ser seguida.

A crise, pelo que percebemos nos documentos, bem como nos artigos dos jornais, não afetou a economia agrícola do SMT. Os investimentos continuaram como propósito de desenvolver ainda mais o setor, para que a produção alcançasse índices elevados e fossem assim destinados à exportação.

Perante aquele momento, a SUDECO aponta que “um País em desenvolvimento com potencialidades e problemas como o Brasil não pode renunciar ao seu crescimento”. Era preciso a união dos três poderes juntamente com a população para continuar progredindo em buscar e descobrir as potencialidades do país (Política de Comunicação Social da SUDECO, 1980, p. 2).

A SUDECO evidenciava sua importância como agente capaz de promover o desenvolvimento e continuar agindo nos anos pós crise, mas admitia não ser tão reconhecida pela população onde agia, afirmando que “o órgão existe a mais de uma década e o desconhecimento de sua função e de sua obra é quase total para os brasileiros e inexpressivo para os habitantes da região onde atua”. Reconhece também sua grande importância de agente integrador e que “seu fortalecimento é indispensável para o desenvolvimento integrado por ser o principal organismo de ação desenvolvimentista nos grandes planos do Centro-Oeste brasileiro” (Política de Comunicação Social da SUDECO, 1980, p. 4).

No transcorrer da década de 1970, o Estado de Mato Grosso, e especificamente sua antiga porção sul, continuou recebendo incentivos dos presidentes militares, por meio de programas que foram sendo desenvolvidos. Sobre isso, Afonso Nogueira Simões Corrêa afirma que:

[...] o Estado de Mato Grosso foi bastante beneficiado pelos governos militares, com o lançamento de vários programas de desenvolvimento, tanto de infra-estrutura quanto de incentivos às atividades econômicas. Além de programas de investimentos em estradas, energia elétrica e saneamento básico, como o Prodoeste, foram lançados e implementados, com significativos recursos financeiros, outros programas de incentivo às atividades produtivas do Estado, especialmente à agricultura (CORRÊA, 1999 *apud* BITTAR, 2009, p. 309).

O início dos anos de 1970, período que o Brasil viveu o *boom* econômico, foi marcado por importantes transformações no SMT. As práticas agrícolas se transformaram proporcionando aumento produtivo e a policultura foi aos poucos sendo substituída pela monocultura, em especial pela soja. Mesmo com o período de crise, iniciado no final de 1973, a região continuou se apresentando como um local em que a produção aumentava, despertando nos anos posteriores a intenção do governo federal em investir diretamente em Dourados e cidades vizinhas.

CAPÍTULO 2

A ECONOMIA DOURADENSE NA DÉCADA DE 1970: OS INCENTIVOS DO GOVERNO E A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA

2.1 – A consolidação da agropecuária como base econômica de Dourados: a modernização do campo

Com a chegada das Colônias Agrícolas na década de 1940, a economia douradense passou por importantes transformações. Os anos de 1950 foram um marco, pois Dourados se transformou em polo regional do setor agrícola, atraindo investidores tanto para o campo quanto para a cidade. A chegada de novas técnicas e o investimento do governo neste setor proporcionaria em Dourados uma revolução na agricultura garantindo um futuro promissor nos próximos anos e se transformando em um importante “marco balizador de nova etapa no processo de desenvolvimento regional e na evolução urbana de Dourados” (SILVA, M., 2000, p. 127).

A década de 1970 caracterizou-se, entre diversos aspectos, pelas inúmeras mudanças que ocorreram no setor econômico no município de Dourados e também nas cidades vizinhas, da qual faziam parte da denominada Grande Dourados. Foi neste decênio que a agropecuária se consolidou como a principal economia da região, recebendo estímulos para garantir sua modernização assim como os demais setores econômicos do país naquele momento. A economia transformou-se de produção de base familiar e pouco comercializável para uma produção destinada ao mercado consumidor. A pecuária também recebeu estímulos e transformou-se em uma atividade destinada em grande escala para o comércio.

Após o grande impacto desenvolvimentista, devido ao aumento populacional e impulso econômico que a cidade viveu com a implantação da Colônia Agrícola Nacional e da Colônia Agrícola Municipal, Dourados passou a receber nas décadas seguintes, sobretudo na década de 1960, migrantes oriundos de Minas Gerais e São Paulo. Estes, com a facilidade que o término da ponte sobre o Rio Paraná proporcionou e o asfaltamento da rodovia que ligava o Sudeste ao município, passaram a investir em terras na região para pastagens (Dourados: Diagnóstico econômico da Grande Dourados, 1979).

Em meados de 1970, a energia elétrica começava a se fazer presente nas residências, melhorando aos poucos as condições da população. Neste mesmo momento, o município passava a receber ainda mais migrantes, que buscavam melhores condições de vida.

De acordo com Silva, esses migrantes eram gaúchos que buscavam novas terras onde pudessem ampliar sua escala de produção. Eram pequenos produtores rurais que se viram sem perspectivas de crescimento em sua região de origem, uma vez que foi no Rio Grande do Sul que se iniciou o processo de mecanização das lavouras em território nacional, proporcionando o esgotamento da fronteira agrícola na região. Junto a isso, continua o autor, houve uma grande valorização das terras agrícolas e também a concentração fundiária. Assim, esses pequenos produtores rumaram para outras regiões, inicialmente o Oeste do estado do Paraná e posteriormente o extremo sul de Mato Grosso (SILVA, M., 2000, p. 127).

Nos primeiros anos de 1970, a área destinada à agricultura do município de Dourados não passava de 250 mil hectares, sendo cultivados basicamente, mas não somente, as mesmas culturas da CAND, café, feijão e milho. A partir do segundo quinquênio da década, a extensão da área cultivada dobrou, dando preferência a outras culturas, como a soja e o trigo, que já eram cultivados, mas em proporções mínimas.

De acordo com o Diagnóstico Econômico da Grande Dourados, entre 1974 e 1979 a produção agrícola da Grande Dourados evoluiu numa média de 22,5% ao ano, totalizando aproximadamente 160 mil toneladas de produtos agrícolas naquele período.

No ano de 1970, o município de Dourados havia produzido 2.710 toneladas de soja em uma área de 3.591 hectares. O trigo apresentou os mesmos números da soja, mas numa área de 709 hectares (Censo Agropecuário do Mato Grosso, FIBGE, 1970 *apud* SILVA, M. 2000, p. 143-144).

Para percebermos o desenvolvimento da agricultura até a metade de 1970, apresentaremos o aumento da produção das principais culturas em hectares. Utilizamos o Estudo Sócio-Econômico de Dourados, não datado, porém apresenta informações do referido período.

TABELA 4- ÁREA DAS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS – PRIMEIRA METADE DE 1970.

Culturas	Área em ha		
	1973	1974	1975
Café	1.061	1.000	-
Arroz	35.000	30.000	40.650
Feijão	6.660	1.350	697
Trigo	10.000	9.000	24.830
Milho	8.200	12.000	19.059
Soja	30.000	30.000	30.000

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso – 1974/1975 *apud* Estudo Sócio-Econômico de Dourados, Governo de Mato grosso do Sul, p.B-10¹⁹.

No ano de 1975, o número de hectare²⁰ do café não é apresentado. Esta cultura foi erradicada das lavouras após a geada de 1975 que dizimou as plantações cafeeiras na região, ou seja, tal cultura não encontrou subsídios suficientes para sua implantação, como o clima por exemplo.

No entanto, em outra fonte analisada observamos algumas disparidades quanto aos dados. Notemos:

TABELA 5 - PRODUTO, ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - 1970 a 1973.

Culturas	Area em ha			
	1970	1971	1972	1973
Café	-	-	-	1.050
Arroz	8.000	10.000	20.000	30.000
Feijão	800	1.300	1.300	1.300
Trigo	3.000	6.000	10.000	5.000
Milho	-	15.000	12.000	12.000
Soja	3.000	7.000	10.000	30.000

Fonte: Secretaria da agricultura *apud* Dourados: diagnóstico, planejamento, educação (GRESSLER e RACHI, 1976, p. 35)
²¹.

As duas tabelas anteriores possuem diferenças quanto ao número de hectare das principais culturas. Não podemos fazer um comparativo de todos os anos apontados nas duas tabelas, tendo em vista que somente o ano de 1973 é comum entre elas. Todavia, neste respectivo ano há divergências entre os dados. Sobre o café, a diferença é pequena em relação a quantidade de hectare. Já o arroz e o trigo, apresentam uma diferença de 5.000 ha, uma disparidade bastante significativa, assim como o feijão e o milho que apresentam também

¹⁹ Adaptamos os dados contidos na tabela do Anuário Estatístico de Mato Grosso, 1947-1975.

²⁰ Um hectare corresponde a 10.000 m², como por exemplo, um terreno com 100m de cada lado.

²¹ Adaptamos a tabela contida no texto de Gressler e Rachi.

uma divergência em torno de 5.000 ha. A única cultura que apresenta os mesmos números é a da soja.

Podemos notar esses dados também pela produção, no entanto, na região da Grande Dourados. Gressler e Rachi nos apresentam tais dados quando apontam a produção anual dos produtos. Lembremos que tal diagnóstico foi publicado pelos autores no ano de 1976.

TABELA 6 – PRODUÇÃO ANUAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NA GRANDE DOURADOS

Arroz	5.000.000 sacas
Soja	1.500.000 sacas
Milho	1.800.000 sacas
Algodão	1.600.000 sacas
Café	500.000 sacas
Trigo	100.000 sacas

Fonte: Dourados: diagnóstico, planejamento, educação (GRESSLER; RACHI, 1976, p. 19).

É importante notar que durante o processo de modernização da agricultura e de investimentos do governo não foram todas as culturas beneficiadas. Silva nos mostra que o governo tinha interesse na modernização de apenas algumas dessas culturas, “sobretudo aqueles produtos valorizados no mercado externo ou aqueles outros que possibilitavam a substituição de importações que oneravam a balança comercial do País”, como foi o caso do trigo (SILVA, M., 2000, p. 130).

Segundo o autor, o fator básico para a promoção dessa modernização na agricultura ocorreu nas facilidades de financiamento com juros baixos, longos prazos e carência para o início de pagamento. O governo pretendia garantir “os superávits na balança comercial que seriam utilizados para financiar o processo de industrialização da economia brasileira em curso nesse período”. Ou seja, o processo de crescimento da industrialização brasileira seria em grande parte garantido pelo desenvolvimento agrícola, que garantiria o capital necessário.

As facilidades de crédito proporcionaram não somente melhorias para as culturas de soja e trigo,

mas também para a montagem de uma ampla rede de redistribuição dos modernos insumos agrícolas, concentrada sobretudo em Dourados, na medida em que a liberação do crédito para a agricultura estava condicionada ao consumo daqueles insumos pelos produtores rurais beneficiados pelos financiamentos bancários (SILVA, M., 2000, p. 131).

Juntamente com as facilidades de crédito, como forma de incentivo a agricultura, o governo investiu também em estruturas de pesquisas direcionadas ao campo. Silva nos mostra que não havia assistência técnica para ajudar os produtores, e sim um escritório da antiga Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Mato Grosso – ACARMAT, implantado em 1969. A ACARMAT era parte integrante da extinta Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, criada para dar assistência aos colonos da CAND (SILVA, M., 2000, p. 132-133).

Em 1975, a ACARMAT realizou uma ação para o treinamento de dezenas de profissionais relacionados com a agropecuária a fim de criar melhorias para o setor nos anos de 1975 e 1976.

Mobilizando uma força de trabalho composta de 147 profissionais, entre engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos agrícolas e outros especialistas, distribuídos pelos seus 30 Escritórios Locais e cinco Regionais, com atuação sobre 73 dos 84 municípios mato-grossenses, a ACARMAT iniciou dia 20 último a implantação do seu plano de trabalho para o ano agrícola de 1975/1976 (Mobilizando 147 técnicos, ACARMAT começa a implantação do plano de trabalho 75/76. *FD*, p.4, 30 jan. 1975).

Ainda de acordo com a reportagem acima, como forma de dar assistência aos produtores, a ACARMAT executaria 11 projetos agropecuários e um de promoção humana.

Os projetos agropecuários envolverão culturas de trigo, arroz, milho, algodão, horticultura, pecuária, sericultura, adubação, borracha e campos de demonstração. [...] todos seus funcionários deverão receber treinamentos técnicos, metodológicos e organizacionais, a fim de se qualificarem melhor ao desempenho de suas tarefas específicas e para que os serviços sejam dinamizados e melhorada a sua qualidade.

Devido esta necessidade de assistência para os produtores douradenses e da região, em 13 de junho de 1975 o governo federal implantou no município a Unidade de Execução de Pesquisa a Nível Estadual – UEPAE, que era parte integrante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMBRAPA. Era necessária a implantação da unidade no município, já que havia necessidade de um suporte ao desenvolvimento rápido e promissor que a região sul de Mato Grosso, especialmente Dourados apresentava. Era importante essa assistência para o pleno desenvolvimento regional.

Um ano após a instalação de uma unidade da EMBRAPA, o antigo escritório da ACARMAT transformou-se na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso, a EMATER, que era parte integrante do Sistema Brasileiro de Assistência técnica e Extensão Rural. Assim, toda a estrutura de pesquisa implantada no município foi primordial

para superar os problemas que os produtores enfrentavam (SILVA, M., 2000, p. 133-134). Problemas esses como adaptação, pois os produtores gaúchos desconheciam as épocas de melhor plantio, era necessário também fazer a correção da acidez do solo, sendo necessária uma assistência técnica.

De acordo com Silva, era preciso um conjunto de medidas tecnológicas para que as culturas sejam empregadas satisfatoriamente no processo produtivo. Conjunto esse que se baseiam em maquinários, equipamentos para o preparo do solo, correção do solo, adubação, pesquisas e implementos em geral (2000, p. 134).

Sem uma equipe de apoio, que garanta assistência aos produtores, muitos problemas podem ser ocasionados, como o uso incorreto de defensivos agrícolas, por exemplo. Em uma matéria do jornal *Folha de Dourados*, pecuaristas reclamaram sobre o mau uso desses produtos realizados por aplicações aéreas, que ocasionaram a morte, abortos e contaminações em centenas de seus animais. Além disso, continua a reportagem, os córregos e parte de rios se contaminaram com os produtos tóxicos. De acordo com a matéria, a fauna da região também já estaria prejudicada, pois os rios já possuíam poucos peixes, tendo em vista que as “máquinas de pulverização das lavouras são lavadas nos grandes e pequenos cursos d’água”. Ou seja, a utilização de forma irresponsável estaria causando “o desequilíbrio ecológico em toda a área” (Defensivos agrícolas: destruição da fauna e morte de gado. *FD*, p.4, 20 abr. 1977).

Juntamente aos investimentos no setor agrícola, foram sendo aplicadas também novas técnicas para o melhor desenvolvimento da pecuária. Tal mudança ocorreu devido aos recursos tecnológicos mais modernos e também devido à seleção das melhores raças de gado. Procurou-se substituir a quantidade pela qualidade, transformando-se, naquele período, em um setor econômico muito expressivo para a economia do Estado.

Em 1970, no Estado de Mato Grosso, o rebanho classificava-se da seguinte forma:

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA PECUÁRIA POR ESPÉCIE EM MATO GROSSO – 1970

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
BOVINOS	10.176.000
SUÍNOS	2.137.000
EQUINOS	612.000
MUARES	105.000
OVINOS	334.000
CAPRINOS	205.000
ASININOS	14.000

Fonte: Dourados: diagnóstico, planejamento, educação. GRESSLER E RACHI, 1976, p. 12.

De acordo com Gressler e Rachi, naqueles anos iniciais de 1970 os pecuaristas “dedicavam-se à criação de touros de raça e por iniciativa governamental, o Estado conta com cerca de 14 postos sanitários para animal, Campo Agrostológico²², laboratório para Diagnóstico de Verminose Bovina” (GRESSLER; RACHI, 1976, p.12).

Destacava-se em Dourados, nos anos de 1972/73 a criação de gado bovino, suíno, caprino e equino, existindo também a criação avícola. O número de pecuaristas, segundo dados da Campanha do Combate à Febre Aftosa daqueles anos, chegava a 410. Os autores nos mostram também que somando as propriedades desses pecuaristas, os números chegavam a 408.010,58 hectares, sendo 30.119,58 pastagens artificiais. Além disso, os autores apontam um total de 159.447 cabeças de gado bovino em Dourados (GRESSLER; RACHI, 1976, p. 37).

O município contava com dois profissionais da área, sendo eles médicos veterinários, que assistiam os pecuaristas douradenses quanto à prevenção e combate à febre aftosa, demonstram os autores. É possível notar o número dos gados quanto aos grupos.

TABELA 8 - DADOS SOBRE A PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - 1972/1973

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
GADO BOVINO	159.447
GADO SUÍNO	3.616
GADO CAPRINO	2.054
GADO EQUÍDEO	2.478
AVES de corte e poedeiras	10.718

Fonte: Fonte: Dourados: diagnóstico, planejamento, educação. GRESSLER; RACHI, 1976, p.37-38.

O desenvolvimento econômico do município de Dourados e das cidades vizinhas baseava-se exclusivamente nas atividades primárias da agricultura e da pecuária. Juntamente a essas atividades havia também indústrias de extrativismo, principalmente de madeira, que segundo o Diagnóstico Econômico, estava diminuindo suas atividades, e também havia “pequenas indústrias, ainda empíricas que buscam abastecer o mercado local”. Acreditamos que o termo “empírico” presente no texto se refira às indústrias que utilizavam técnicas baseadas no conhecimento experimental, sem técnicas modernas e aperfeiçoadas. No entanto, conforme já citado anteriormente, tais indústrias contribuía para a economia, mas sem expressividade (Dourados: Diagnóstico econômico da Grande Dourados, 1979).

²² A agrostologia é uma ciência que consiste no uso correto do solo para o plantio de espécie forrageira destinada ao consumo animal.

Havia nesse momento também, preocupações em não basear a economia somente no setor primário, ou seja, na agricultura e pecuária, pelo fato do país estar naquele momento rumando à industrialização. Segundo o Diagnóstico Econômico, o futuro da região seria pouco promissor se os investimentos do governo federal continuassem focados somente nas produções de matérias-primas. Era preciso, continua o Diagnóstico, adequar a região às demais, investindo na indústria, para que a Grande Dourados não ficasse atrasada em relação às outras, pois a industrialização seria o futuro promissor do país. Não seria preciso abandonar a agricultura e a pecuária, mas juntar a elas o processo de transformação da produção, acompanhando o ritmo de um país industrializado.

2.1.1- A distribuição dos três setores econômicos no município de Dourados

Podemos então classificar os três setores econômicos do município douradense. O setor primário, baseado na produção de culturas, como o café, o feijão, o milho e posteriormente o arroz, o trigo e a soja. Mesmo com as intempéries, o setor se mostrou, naqueles anos, bastante satisfatório para o município, por ser uma área em que as chuvas variavam anualmente “entre 1200 e 1500 milímetros”, aponta o documento. Tais produtos eram exportados principalmente para os estados do sul do país. Sobre a pecuária, Dourados era considerado “o maior centro de abate de bovinos do Estado, destacando-se um matadouro, com capacidade média de 600 abates diários” (Dourados: estrutura urbana, 1978, p. 12).

O setor secundário baseia-se na transformação das mercadorias produzidas pelo setor primário, ou seja, setor industrial. Muitos dos produtos produzidos por este setor eram importados de outras regiões, e os produzidos em Dourados não geravam grande expressividade na economia. De acordo com o diagnóstico “a indústria ainda não ocupa um papel importante na economia do município. Com algumas exceções, a maioria é de pequeno e médio porte, voltadas para o consumo local” (Dourados: estrutura urbana, 1978, p.12.)

O setor terciário, que consiste na prestação de serviços, como o comércio, telecomunicações, transporte, entre outros, empregava um número grande de trabalhadores em Dourados.

A partir de 1975, a população urbana ultrapassa a rural, aumentando desta forma o número de trabalhadores no setor de serviços. No entanto, ainda não era o mais considerável

em termos econômicos, já que as novas técnicas empregadas na agropecuária proporcionaram aumento na produção.

A indústria naqueles anos, apesar de não se constituir no setor carro chefe da economia douradense, já demonstrava seu potencial e importância possuindo inúmeros estabelecimentos, sendo a de produtos alimentares as em maior número e empregando grande mão de obra, seguido da indústria de tratamento de madeira e móveis. A economia girava em torno da agropecuária, mas o município era diversificado em suas atividades. Isso é possível notar na tabela a seguir.

TABELA 9 - INDÚSTRIAS EM DOURADOS - 1970

GÊNERO DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Extração de minerais	-
Produtos de minerais não metálicos	28
Metalúrgica	3
Mecânica	-
Material elétrico e de Comunicações	-
Material de transporte	5
Madeiras	23
Mobiliário	9
Papel e Papelão	-
Borracha	-
Couro, peles e Produtos similares	-
Produtos de materiais plásticos	-
Vestuário, calçados	1
Produtos alimentares	60
Bebidas	1
Editorial e gráfica	3
Perfumaria, sabões e velas	1
Têxtil	1
Química	-
TOTAL	135

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso – 1975 *apud* Estudo Sócio-econômico de Dourados, Governo de Mato Grosso do Sul.

Notemos que as indústrias destinadas à transformação da matéria-prima eram as mais significativas, seguida das indústrias de produtos minerais e extração de madeira. A industrialização do leite, que processava diariamente 30 mil litros, também era uma indústria de grande porte no município. Tais produtos agroindustriais também eram voltados à exportação.

O comércio estava diretamente dominado pela venda de produtos agropecuários. Devido à modernização no campo, foi-se incrementando o movimento comercial de “corretivos, herbicidas, fungicidas, maquinários, implementos e combustíveis. Os produtos horti-fruti-granjeiros, devido a produção local ser incipiente, é quase toda importada do Estado de São Paulo” (Dourados: estrutura urbana, 1978, p. 12).

Até o ano de 1976 é possível notar algumas mudanças nesse quadro de prestação de serviços em Dourados. Havia até aquele ano 111 oficinas que se ocupavam, em geral, no conserto de “veículos motorizados, bicicletas, eletrodomésticos, baterias, pneus, calçados e sacarias”. Notamos que na tabela anterior, que corresponde ao ano de 1970, os serviços de reparo, conservação e manutenção, que possivelmente seriam tais oficinas, eram de 72 estabelecimentos, um aumento de 28 estabelecimentos em 6 anos, uma média entre 4 a 5 por ano. Todas essas oficinas contavam no total com aproximadamente 160 pessoas trabalhando, entre funcionários e proprietários (GRESSLER; RACHI, 1976, p. 50).

Sobre os profissionais liberais, Dourados contava até o ano de 1976 com “24 médicos filiados à Associação Médica e 7 não filiados, 12 dentistas, 7 farmacêuticos, 40 advogados, 26 agrônomos, 6 veterinários, 10 economistas, 8 engenheiros civis, 2 engenheiros arquitetos e 3 bioquímicos”. Possuía também agências do Banco do Brasil S/A, Banco Brasileiro de Descontos S/A, Banco Itaú América, Banco união Comercial S/A, Banco Mercantil e Industrial S/A, Banco do Estado de Mato Grosso, Banco Comércio e Indústria S/A e Banco da Bahia (encampado pelo Bradesco) (GRESSLER; RACHI, 1976, p. 51-52).

Na tabela a seguir apresentaremos um comparativo de dados da população economicamente ativa nos três setores de atividades em Dourados, em 1960 e 1970.

TABELA 10 - POPULAÇÃO ATIVA EM DOURADOS NOS TRÊS SETORES ECONÔMICOS

SETORES	1960	1970
Primário	21.951	16.048
Secundário	757	2.174
Terciário	3.492	6.665
Total	26.210	24.884

Fonte: SUDECO: Características Geo-Sócio-Econômica dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Verificamos que da passagem da década de 1960 para 1970, o número de trabalhadores do setor primário diminuiu, aumentando assim os trabalhadores dos demais setores, que estavam ligados diretamente ou indiretamente a agricultura e a pecuária do

município douradense. Com dados sobre o número de funcionários no Estado no setor agrícola, os autores Gressler e Rachi nos indicam como tal setor vinha se desenvolvendo na década de 1970. Era preciso que novos profissionais viessem para a região a fim de atender as novas necessidades que iam surgindo com a modernização. Eles apontam que:

em março de 1971, trabalhavam na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 42 técnicos, muitos em atividades burocráticas; em 1973, passaram a trabalhar 107 agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, o que vem demonstrar um notável incremento para o setor (GRESSLER; RACHI, 1976, p. 11).

Naqueles anos o comércio de maquinários, implementos agrícolas e outros produtos relacionados à pecuária, bem como os veterinários, acompanharam o desenvolvimento do município. Podemos notar, ainda de acordo com os autores, que:

Até 1962, existiam apenas 3 casas dedicando-se ao setor, passando esse número, em abril de 1973 a 39 estabelecimentos, sendo que o maior aumento verificou-se a partir de 1972. Dentro desse tipo de atividade, predominam os estabelecimentos de tamanho médio, pois o número de funcionários oscila entre 1 e mais de 10 (GRESSLER; RACHI, 1976, p.39).

Analisemos a tabela a seguir sobre esses números.

TABELA 11 – VENDA DE TRATORES NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - 1971-1973.

ANO	NÚMERO DE TRATORES VENDIDOS
1971	304
1972	571
1973	833

Fonte: Escritório das Firms *apud* Dourados: diagnóstico, planejamento, educação (GRESSLER ; RACHI, 1976, p. 42).

Em 1970, a região contava com 1.013 unidades de tratores, passando para 7.193 no ano de 1980. Ou seja, na década de 1970 houve um aumento de 21.6% ao ano. Em Dourados, no ano de 1970, o número era de 347 e em 1980, de 1.767. Tais dados foram recolhidos do censo Agropecuário de Mato Grosso, FIBGE, de 1970 e pelo FIBGE de Mato Grosso do Sul, de 1980, por Silva (2000, p.145-146).

TABELA 12 – VENDA DE TRILHADEIRAS E AUTOMOTRIZES NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - 1968-1973.

ANO	TRILHADEIRAS	%	AUTOMOTRIZES	%
1968-1970	20	7.7	6	6.2
1971-1972	127	48.6	34	35
Até junho de 1973	114	43.7	57	58.8
TOTAL	261	100	97	100

Fonte: Escritório das Firms *apud* Dourados: diagnóstico, planejamento, educação (GRESSLER e RACHI, 1976, p. 42).

2.1.2 – A questão do Setor de Transportes

Era necessário proporcionar a melhoria das estradas regionais, já que muitas delas ainda não eram asfaltadas, prejudicando o escoamento das produções, e conseqüentemente dificultando o desenvolvimento econômico.

A única rodovia asfaltada que integrava Dourados aos grandes centros consumidores era a rodovia que ligava ao estado de São Paulo, via Porto XV de Novembro, em Bataguassú. Esse trajeto não era o único, porém o mais utilizado devido suas condições de tráfego. A produção da região era quase exclusivamente destinada às indústrias paranaenses e ao Porto de Paranaguá, no Paraná, ou seja, para que o produto chegasse até o destino final era preciso ir até São Paulo, fazendo um caminho muito extenso e desnecessário, mas sendo o mais viável devido o asfaltamento da mesma (Dourados: Diagnóstico Econômico da Grande Dourados, 1979).

Neste mesmo relatório é proposto que a BR-163, que liga Dourados ao município de Naviraí, e a BR-487, que liga Naviraí ao Porto Caiuá, fossem asfaltadas. Neste sentido, o caminho destinado ao sul do estado encurtaria em 400 quilômetros o trajeto feito até chegar ao destino final.

Os autores GRESSLER e RACHI constataram que no início da década de 1970, a questão envolvendo as estradas de ligação não havia sido resolvida, apesar de certo ritmo de construções de rodovias no Estado de Mato Grosso, como por exemplo, “nos anos de 1971 e 1972, foram construídos aproximadamente 2.000 km de rodovias, sendo que a partir de setembro de 1973, a média de construções é de 2.67 km por dia” (1976, p. 10-11). Assim, apontam que até o ano de 1976, Mato Grosso contava com “6.107 km de rodovias federais, 11.689 km de rodovias estaduais e 26.521 km de rodovias municipais, num total de 44.317

km”, (1976, p. 10-11). Contudo, além de insuficientes para atender a demanda, essas rodovias apresentavam outro problema,

são poucas as asfaltadas e destas merece destaque a que liga a cidade de Campo Grande [...] com o Porto XV no Rio Paraná, divisa com o Estado de São Paulo. Outras artérias estão sendo asfaltadas ou em projeto, como as que ligam Cuiabá, Campo Grande, Rondonópolis, Rio Brilhante, Dourados e Ponta Porã, entre outros. (GRESSLER; RACHI, 1976, p.10).

De acordo com os referidos autores, “a maioria esmagadora das rodovias são de terra batida, com alguns trechos cascalhados, mas que em muitos pontos, na época das chuvas, tornam-se praticamente intransitáveis” (1976, p. 10).

Portanto, mesmo sendo uma das metas do governo federal, presente nos projetos desenvolvimentistas, a população ainda sofria com a falta de acesso a outras localidades. Evidente que havia estradas, mas em um número reduzido e em condições precárias.

2.2 – Do campo à cidade: os novos desafios urbanos

O desenvolvimento econômico regional provocou uma situação preocupante para alguns produtores naqueles anos. Muitos deles não lidavam com as novas técnicas e também não possuíam recursos para a aquisição dos novos produtos, novas ferramentas e o manejo delas. Assim, diante da nova situação, impossibilitados de “concorrer” no mercado com esses agricultores “modernos”, muitos deles se viram obrigados a buscar uma outra fonte de renda nas cidades.

Percebemos tal informação quando o Diagnóstico Econômico aponta a ocorrência do êxodo rural, a partir de 1972 e 1973. De acordo com a descrição deste relatório essa migração campo/cidade ocorreu devido alguns fatores provocados pelas novas técnicas da agricultura. A presença da mecanização, de fertilizantes, de técnicas inovadoras priorizou o cultivo de algumas culturas, como o arroz, soja e trigo. Tal modernização exigia mão de obra qualificada e em menor proporção, “rejeitando” os trabalhadores não qualificados, que foram sendo “substituídos por uma corrente migratória de origem sulina, portadora de novas técnicas e um grau de especialização maior” (Dourados: Diagnóstico econômico da Grande Dourados, 1979).

Desta forma, essa mão de obra parcialmente “rejeitada” fixou-se nas cidades. É relatado no diagnóstico que a modernização proporcionou “desorganização urbana”, pois as cidades não tinham condições econômicas para recebê-los, degradando desta forma a vida

destes migrantes nos espaços urbanos. Entendemos que o documento aponta como um problema a ida desta população às cidades, uma vez que “este tipo de ocupação do solo urbano tem criado situações conflitantes e onerosas às municipalidades, no que tange a infraestrutura de obras e serviços”.

Como forma de incentivar os agricultores, o governo proporcionou empréstimos para o custeio de suas lavouras. No entanto, havia certo desconforto para alguns agricultores em realizar as negociações com o gerente bancário, e devido a essa insegurança e inibição muitos perdiam a oportunidade de conseguir financiamentos e buscavam nos centros urbanos uma nova vida. No entanto é importante que não se generalize, acreditando que todos os pequenos proprietários não tiveram acesso ao crédito, como o relatório sugere.

É neste momento que ocorre a inversão demográfica campo/cidade. Na primeira metade da década de 1970, a população rural era maior que a urbana, se invertendo na segunda metade. Notemos que no ano de 1975 os números estavam balanceados em relação campo e cidade.

TABELA 13 - POPULAÇÃO – MUNICÍPIO DE DOURADOS.

Períodos	1974	1975	1977	1979
Rural	69.179	52.769	46.646	43.675
Urbana	33.773	55.770	76.647	96.378
Total	102.952	108.539	123.293	140.053

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso – 1975 *apud* Estudo Sócio-econômico de Dourados, Governo de Mato Grosso do Sul

No relatório “Dourados: estrutura urbana”, de Jaime Lerner, é discutida a questão da evasão da população do campo para a cidade. Porém, aponta que não é compreendida tal migração, uma vez que o potencial da região é a exploração agrícola. De acordo com o documento, há um grande problema que precisa ser solucionado no município, “fixar o homem na zona rural, promovendo e provendo-o de meios para a satisfação de suas necessidades básicas” (1978, p. 12).

A sugestão de Jaime Lerner para solucionar este problema, contudo, parecia não considerar que a situação era gerada exatamente pelo modelo de modernização que estava sendo implantado. Sobre a questão, Silva aponta que durante o período de modernização da agricultura houve uma expansão demográfica do campo para a cidade, com um “esvaziamento” rural e urbanização acelerada, fenômeno em Dourados registrado na tabela

anterior. O autor nos mostra que essa inversão demográfica aconteceu por conta de dois fatores: a introdução do novo modelo agrícola, com máquinas e insumos agrícolas industrializados produziram a “eliminação de postos de trabalho no campo” e o segundo fator ocorreu pelo fato dos pequenos produtores terem “dificuldades de adaptar-se à lavoura mecanizada, que pressupõe alto nível de capacitação e relações íntimas com o sistema financeiro” (SILVA, M., 2000, p.145-146).

Sobre a área urbana, até o ano de 1976, Dourados já apresentava grande desenvolvimento no setor de transportes. Por ser um polo regional e demonstrar um ritmo acelerado de crescimento, era necessário investir em transportes e telecomunicações. Até esta data, o município contava com um número razoável de empresas de transporte coletivo intermunicipal. As empresas se limitavam em Viação Motta, Viação Brasília (encampada pela primeira), Viação Asa Branca e Viação Queiroz. O transporte coletivo municipal contava com apenas 2 ônibus que atravessavam a cidade de um extremo ao outro, ou seja, da região conhecida como Cabeceira Alegre até as imediações da escola Reis Velloso, nos apontam Gressler e Rachi (1976, p. 61).

É interessante notar o número de veículos no município até o ano de 1972. Os dados são de veículos cadastrados na divisão de trânsito da Prefeitura Municipal.

TABELA 14- NÚMERO DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS – 1972.

VEÍCULOS	NÚMEROS
CAMINHÕES	457
ÔNIBUS	42
AUTOMÓVEIS	1.412
CAMIONETAS	325
PICK-UPS	644
MOTOS E MOTONETAS	6
BICICLETAS	19
CARROÇAS E CHARRETES	39
TOTAL	2.944 UNIDADES

Divisão De Trânsito Da Prefeitura De Dourados *apud*
GRESSLER; RACHI, 1976, p. 61-62

No ano seguinte, 1973, já era possível notar um aumento no número de alguns automóveis. Foram registrados até o mês de abril de 1973 mais 124 caminhões, 411 automóveis e 169 camionetas, num total de 805 veículos. Acreditamos que o número dos

veículos, especialmente bicicletas, carroças e charretes, fossem maiores para um município de aproximadamente 100 mil habitantes em 1972. Grande parte desses veículos circulava sem possuir o registro junto ao órgão competente. O serviço de transportes era completado pelos táxis, que somavam um total de 82 veículos, até o ano de 1976.

Dourados já era uma cidade média naqueles anos de 1970. A área urbana passava por transformações a todo o momento. Era preciso se adequar a uma população que crescia vertiginosamente, e atender as novas classes sociais que surgiam, com o lazer das praças, clubes, bares e restaurantes, além do cinema.

Até 1967 existiam 21 estabelecimentos distribuídos entre bares, bares-restaurantes, lanchonetes e mercearias, passando a somar no mês de abril de 1973, o elevado número de 231, ressaltando-se que só nos anos de 1972, foram criados 129. Para se ter uma visão mais exata das proporções destes estabelecimentos diga-se que, 121 desses contam com apenas uma pessoa trabalhando, 92 com 2 a 3 pessoas, mais de 10 estabelecimentos com 4 a 5 e apenas 3 com mais de 10 pessoas trabalhando (GRESSLER; RACHI, 1976, p. 39).

Junto ao homem do campo, a cidade recebia também médicos veterinários, agrônomos e pesquisadores do setor agrícola. A área urbana douradense ia crescendo e mudando seu aspecto físico rapidamente. Novos bairros se formavam e conjuntos habitacionais eram criados a fim de abrigar esse novo contingente. De acordo com Silva, parte da população proveniente do meio rural dirigiu-se para o norte, sobretudo Rondônia, e outro número considerável para as cidades próximas, principalmente Dourados, que oferecia as melhores oportunidades (SILVA, M., 2000, p. 147). Verificamos os dados na tabela a seguir:

TABELA 15 - COMPARATIVO DA POPULAÇÃO DOURADENSE ENTRE 1970 E 1980 – ÁREA URBANA E RURAL

	1970		1980
POPULAÇÃO RURAL	47.587	POPULAÇÃO RURAL	21.644
POPULAÇÃO URBANA	31.599	POPULAÇÃO URBANA	84.849
TOTAL	79.186	TOTAL	106.493

Fonte: SILVA, M., 2000, p. 148

É possível perceber, com base na tabela acima, que foi no transcorrer da década de 1970 que houve a inversão demográfica campo/cidade. Em um espaço de 10 anos, a população urbana teve um aumento de 53.250 mil habitantes. Seria equivocado afirmar que esse aumento populacional resultou somente da migração do campo. Conforme já

salientamos, Dourados era um polo econômico regional, e atraía um número grande de profissionais que viam em Dourados um local promissor e carente de mão de obra.

A seguir apresentaremos o número de habitantes em cada década.

TABELA 16 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS

POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970	1980
URBANA	1.821	4.730	16.468	31.599	84.849
RURAL	13.164	18.104	68.487	47.587	21.644
TOTAL	14.985	22.834	84.955	79.186	106.493

Fonte: IBGE

O aumento mais expressivo da população douradense ocorreu no transcorrer de 1950, período de apogeu migratório para as colônias agrícolas de Dourados. O processo de urbanização acelerada ocorreu na passagem dos anos de 1970 para 1980, em que o município ainda não estava preparado a enfrentar. Por exemplo, muitos serviços prestados a população como o da energia e do saneamento estavam nas mãos da prefeitura, que conseguia administrá-los sem grandes problemas, e o de telefonia administrado por uma empresa privada. No entanto, com o aumento demográfico na área urbana, tais serviços começaram a ser deficientes e foram transferidos ao poder estadual e federal, pois a prefeitura e a iniciativa privada encontraram dificuldades, devido a falta de recursos e a sobrecarga de serviços (SILVA, M., 2000, p. 150).

A geração e distribuição de energia elétrica que ficava sob administração da própria prefeitura até fins de 1960, que mantinha alguns geradores movidos a diesel, passa então em maio de 1970 para a responsabilidade da Companhia Elétrica de Mato Grosso, a CEMAT. Tal empresa integrou Dourados “ao sistema nacional de fornecimento de energia elétrica, através da instalação de uma subestação de 10 MVA²³, recebendo energia das usinas de Jupiá e Mimoso por uma extensão da linha de transmissão de Campo Grande” (SILVA, M., 2000, p. 151).

O sistema telefônico, que antes era administrado pela empresa privada TELEOESTE, passa a ser administrado pela Telecomunicações do Mato Grosso, a TELEMAT. O sistema de água e esgoto, em 1972 foi transferido por meio de concessão para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de Mato Grosso, a SANEMAT. Os serviços de pavimentação,

²³ Megavolt-ampère. Mede a capacidade de conversão de voltagem em um sistema elétrico

drenagem pluvial, habitação social, áreas de lazer, serviços de educação e saúde, ficaram sob grande medida subordinados a ação do governo (SILVA, 2000, 151-152).

É possível perceber os serviços da SANEMAT em Dourados e demais municípios, a partir de uma reportagem realizada pelo jornal *Folha de Dourados* em 6 de fevereiro de 1975. A matéria traz os números de quantas obras foram realizadas pela empresa e todo o Estado.

A Companhia de Saneamento de Mato Grosso, no governo de José Fragelli, já implantou um total de 204 mil e 897 metros de redes de distribuidores de água, sub-adutoras e anéis de ligação, ou seja, 204 quilômetros e 897 metros. [...] Contribuindo para a melhoria de sua saúde e diminuindo o índice de mortalidade infantil (SANEMAT deixa mais de 200 quilômetros de redes de água, sub-adutoras e anéis. *FD*, p. 1, 6 fev.1975).

Em Dourados, a empresa agindo com recursos próprios e em convênio com o DNOS, com a SUDECO e com a prefeitura municipal, realizou a perfuração de um poço semi-artesiano, sendo “o poço de saneamento mais profundo do Brasil, com 908 metros e vazão de 150 mil litros horários”, aponta a mesma reportagem.

Segundo Silva, a ação governamental de maior impacto nos anos de 1970 foram os financiamentos habitacionais promovidos pelo Banco Nacional de Habitação - BNH. Ao longo da década foram implantados 4 conjuntos habitacionais, com a construção de 1.351 novas residências. Na segunda metade de 1970, o município recebeu ainda mais incentivos federais, por meio de programas que garantiam seu desenvolvimento rural e urbano. A infraestrutura passava por melhorias, extensa pavimentação das ruas, melhoria também nas redes de drenagem pluvial nos principais bairros e no centro (SILVA, M., 2000, p. 153-154).

Neste contexto de realização de obras pela cidade Dourados, uma reportagem do jornal *Folha de Dourados* aponta aqueles serviços como um tumulto para a cidade. A imprensa tem o poder de formar e transformar opiniões de seus leitores, mesmo afirmando sua imparcialidade diante dos fatos. Assim, muitos leitores acreditaram que a pavimentação das ruas representava um atraso devido a todo transtorno que proporcionava. Ou seja, as transformações que vinham ocorrendo na infraestrutura da cidade também causavam descontentamento.

Depois de muitos meses, de serviços preliminares e terraplanagem, transformando a cidade em verdadeiro pântano, a firma empleiteira (sic) e responsável pela pavimentação das vias de acesso aos núcleos do BNH, (a mesma que interrompeu o tráfego Dourados Itaporã) começou o asfaltamento propriamente dito (Início do asfalto aos núcleos do BNH. *FD*, p. 2, 21 jan. 1976).

É importante lembrar também que havia especulações sobre a qualidade do asfalto quando parte da mesma reportagem aponta que “segundo informações de pessoas entendidas, o asfalto é de péssima qualidade”. Além disso, havia demora na entrega da obra pronta, pois a matéria ainda afirma que a empresa havia “interrompido o trânsito entre Dourados e Itaporã, em toda sua extensão, para execução dos serviços de asfaltamento [...] e já se passaram mais de seis meses e o tráfego continua impedido”. Percebemos então que nem sempre as notícias sobre desenvolvimento chegavam até as pessoas de forma positiva.

Ao mesmo tempo, inúmeras reportagens sobre o andamento e fiscalização das obras eram publicadas, com o intuito de deixar o leitor informado e atualizado sobre a realização de melhorias para a cidade.

A década de 1970 foi o período que mais recebeu incentivos do governo federal por meio de inúmeros programas, que visava o desenvolvimento econômico do país e da região. Em um pronunciamento por ocasião do lançamento do Programa Especial da Região da Grande Dourados- PRODEGRAN, desenvolvido pela SUDECO, o ministro do Planejamento afirmou que vários municípios da região próxima à Dourados seriam alvos de projetos do Banco Nacional de Habitação e de outros órgãos para o desenvolvimento e melhoria dos espaços urbanos (CALIXTO, 2008, p.145).

Devido à modernização do campo na década de 1970 passa a haver interesses agroindustriais na região, exigindo desta forma,

mão-de-obra especializada e intelectualizada, como: engenheiros agrônomos, médicos, contadores, topógrafos, veterinários, entre outros, ou seja, profissionais que pudessem atender a uma nova modalidade de consumo ou às novas necessidades impostas pelas inovações técnicas e pelas novas relações de trabalho (CALIXTO, 2008, p. 145-146).

Dourados passa então a abrigar esses novos profissionais. É neste contexto que se inicia as políticas habitacionais do Banco Nacional de Habitação. Quando falamos do desenvolvimento de tal política habitacional na região de Dourados, estamos no referindo à região que a autora menciona em seu texto, que compreende os municípios da Bacia do Médio Ivinhema. São eles: Rio Brillhante, Glória de Dourados, Itaporã, Fátima do Sul, Caarapó, Vicentina, Deodápolis e Dourados. Contudo, nos limitaremos à Dourados.

Foram construídos em Dourados alguns Conjuntos Habitacionais em decorrência desse programa desenvolvido pelo BNH junto a outros órgãos. Tais conjuntos residenciais eram destinados a parcelas de “baixo poder aquisitivo”. No entanto, segundo a autora, a proposta inicial foi desvirtuada e atendeu setores “mais altos da população”. Ela aponta que:

as unidades habitacionais que deveriam se destinar aos assalariados de nível médio (como bancários e funcionários públicos) foram direcionadas para a categoria dos profissionais liberais, comerciantes ou mesmo agropecuaristas (conforme exemplo dos BNHs 1º, 2º e 3º Planos), que, ao que tudo indica, possuem renda bem superior àqueles (CALIXTO, 2008, p.148-149).

Em 1968, foi criado o primeiro conjunto habitacional em Dourados, o Conjunto Antônio João – Vila Popular, próximo ao Parque Antenor Martins – com 203 casas. Em 1971 foi criado o BNH 1º Plano, com 316 unidades residenciais. Em 1975, seria construído o BNH 2º Plano, com 288 residências. Dois anos mais tarde, o BNH 3º Plano, já com 544 casas e finalmente em 1978 o BNH 4º Plano com mil unidades residenciais (CALIXTO, 2008, p. 149). O desenvolvimento urbano acompanhou o rural, uma vez que um está intimamente ligado ao outro.

As primeiras áreas de ocupações irregulares, as chamadas favelas, datam do mesmo período da criação dos conjuntos habitacionais. Isso nos faz pensar sobre a mudança na proposta inicial do BNH, que consistia em destinar tais residências à classe mais pobre, mas que de acordo com Calixto, as classes mais elevadas que se beneficiaram com os juros baixos do banco e acabaram por adquirirem as residências.

Em 1978, o governo federal implantou o Projeto CURA, em parceria com o BNH, um dos mais importantes projetos nessa área habitacional, pois além de ser um instrumento de financiamento de equipamentos urbanos, foi também quando ocorreu um planejamento mais sistemático na urbanização de Dourados. Após essa “parceria”, a prefeitura contratou os serviços do escritório do arquiteto Jaime Lerner, em que este elaboraria um plano de complementação urbana para a cidade (SILVA, M., 2000, p. 154-156). A consequência da expansão da lavoura tecnificada em Dourados resultou numa nova paisagem urbana de Dourados.

A chegada do Banco Nacional de Habitação proporcionou um grande salto nas construções residenciais em Dourados. O mercado imobiliário passava por um período próspero. As casas antes construídas por meio da poupança pessoal, agora eram financiadas pelo BNH. Silva nos mostra que até os anos de 1960 as transações imobiliárias se resumiam em compra e venda de terrenos, mas que na década seguinte o que predominou foi a especulação imobiliária, ou seja, a compra, venda e demais negociações de imóveis residenciais, como também aluguéis de casas dos conjuntos habitacionais (2000, 160). Podemos notar que a economia douradense começava ganhar força também neste setor.

A estrutura urbana de Dourados necessitava atender a população, que parte provinha do campo, mas grande parte também de trabalhadores profissionais ligado aos novos serviços que surgiram naqueles anos de prosperidade no município, devido a modernização que o campo vivia. Assim, Dourados passava a apresentar novos locais de lazer para a população, como clubes, restaurantes, entre outros.

Poderíamos chamar de “anos dourados” a década de 1970 para Dourados. A lavoura passou por seu processo de modernização e junto a isso, acarretou mudanças significativas para a área urbana do município. A cidade se modernizou, abrigava profissionais capacitados nas mais diversas profissões, a educação também recebeu estímulos com a criação do Centro Pedagógico de Dourados (CPD), em dezembro de 1970, e que no transcorrer daquele decênio passou a oferecer alguns cursos de graduação (ALMEIDA; SOUZA, 2010, p. 3).

Em seu aspecto físico as mudanças foram visíveis, com as principais ruas asfaltadas e iluminadas, energia elétrica nas residências, casas de alvenaria eram mais constantes que as de madeira, entre outros aspectos. Naqueles anos, além da economia agropecuária se fortalecer, houve também uma diversificação expressiva em outros setores como o comércio e o imobiliário.

As transformações econômicas eram vistas conforme os anos se passavam. As obras de infra-estrutura eram realizadas, e tanto o homem rural quanto o urbano gozavam de tais mudanças.

A Cooperativa de Eletrificação Rural da Grande Dourados - CERGRAND, com apoio das prefeituras dos municípios da Grande Dourados, havia eletrificado 347 propriedades rurais no decorrer da década de 1970, beneficiando as residências e a lavoura mecanizada. Juntamente com as Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT, foi possível também levar energia elétrica a 6 distritos, e às cidades de Dourados e Itaporã, totalizando 471 propriedades.

Como forma de economizar combustível e tempo era preciso também a instalação de telefones nas áreas urbana e rural. Isso ficaria sob responsabilidade da Telecomunicações de Mato Grosso - TELEMAT, juntamente com a CERGRAND. Outro elemento importante, mas que ainda não havia sido atendido eram as habitações rurais, que devido às dívidas dos agricultores, com maquinários, implementos e outros investimentos, não tinham condições de melhorarem suas residências.

Sobre as comunicações, Dourados contava, até a publicação do livro de Gressler e Rachi (1976), com 713 telefones semi-automáticos administrados pela TELEMAT. A empresa contava com 17 telefonistas em Dourados e mais 5 funcionários que realizavam outros serviços, com uma média de 400 telefonemas por dia (GRESSLER; RACHI, 1976 p.63-64). A

cidade contava em meados de 1970 com dois periódicos, sendo o jornal *O Progresso*, bimensanário, e *Folha de Dourados*, tri-semanário, conforme notam os autores. Além disso, a cidade possuía também uma emissora de rádio, a Clube de Dourados. Naqueles anos havia somente uma agência da empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Era possível notar nas propagandas dos jornais um incentivo ao uso do telefone, demonstrando que este já estava presente em muitas residências naquele ano de 1975. No jornal *Folha de Dourados* é possível perceber esse tipo de estímulo em uma propaganda da TELEBRAS que diz: “Poupe gasolina, use o telefone”, demonstrando que aquele era um serviço de utilidade pública. Certamente que o telefone era um item de luxo nas residências, pois percebemos que o mesmo que possuía este item era aquele mesmo que possuía um automóvel. (Poupe gasolina, use o telefone. *FD*, p.4, 16 jan.1975).

De acordo com o relatório intitulado “Estudo Sócio-econômico de Dourados” elaborado pelo governo de Mato Grosso do Sul, no transcorrer da década de 1970, aproximadamente 80% da população douradense desenvolvia atividades direta ou indiretamente em torno da agropecuária, demonstrando a importância daquela atividade para a economia (Estudo sócio-econômico de Dourados. Paginação irregular. s/d).

2.3 - Criação da SUDECO: programações e implicações na região de Dourados

Mario Augusto Teixeira de Freitas, fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, idealizava uma nova divisão territorial do Brasil a fim de “resolver definitivamente o problema da unidade nacional”, que segundo ele “era um imperativo histórico que nas duas Constituintes anteriores (1824 e 1891) tivera importância mínima”, mas naquele ano de 1932, acreditava que o governo provisório deveria atender essa solicitação. A reivindicação não foi atendida e em 1940, foi a vez do major Segadas Viana também propor uma redivisão ao território brasileiro. Diante desses pedidos, a única modificação que o presidente Getúlio Vargas atendeu foi a criação de grandes regiões para o país. Assim, o IBGE estabeleceu normas que criariam, em 1941, as regiões Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul (BITTAR, 2009, p.266-267-268).

Estas solicitações baseavam-se na ideia de formar um país democraticamente dividido, sem disparidades quanto à extensão territorial dos estados. Anos mais tarde, na década de

1950, se intensificam os estudos sobre organização territorial, sobretudo com a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949. A ESG baseava seus princípios em segurança e desenvolvimento.

Após o Golpe de 1964, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco pôde, com facilidade, aplicar na prática a teoria da Escola Superior de Guerra, uma vez que seus principais assessores Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Juarez Távora e Cordeiro de Farias pertenceram à ESG (MATTOS, 1975, p. 61 *apud* BITTAR, 2009, p.269).

Nos 14 anos desde a criação da ESG até o golpe, suas políticas não foram acatadas pelo governo, que se baseavam em:

a) Substituição do conceito de defesa pelo de segurança; b) a consciência de que o Brasil possuía requisitos para chegar à grande potência; c) crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e execução governamentais (BITTAR, 2009, p.270).

Os ensaios textuais formulados pelo general Golbery, que passou a orientar os estudos da ESG, consistiu em diretrizes para os anos ditatoriais, aponta Bittar. O general afirmava que aquele período da Guerra Fria ameaçava o Brasil. De acordo com o ideário do general, Bittar nos mostra que:

No que tange ao tipo de desenvolvimento preconizado pelos arautos da ‘revolução de 1964’, a consolidação do capitalismo como sistema capaz de barrar as ‘investidas comunistas’ no Brasil era incompatível com a existência de largas áreas vazias e despovoadas. A ocupação territorial era fundamental, tanto para atender objetivos de ordem interna quanto externa, uma vez que ambos objetivos se conjugavam em prol da ‘vitória capitalista’ sobre o ‘mundo comunista’ (BITTAR, 2009, p.273).

Os objetivos internos que Golbery aponta são a ocupação dos “espaços vazios”, que incluía o Centro–Oeste brasileiro, a fim de promover uma ligação entre Nordeste e Sul através do “núcleo central do país”, promovendo desta forma “a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração”, contribuindo assim com a integração da “península centro–oeste no todo ecumênico brasileiro” (COUTO e SILVA, 1967, p.46-47 *apud* BITTAR, 2009, p. 274).

Além de ocupação da região como forma de integração, havia também o interesse por ser uma região estratégica quanto a possíveis ataques externos. Neste sentido, o general indica que “a integração do Centro-Oeste, área [...] de importância estratégica no coração do continente é capaz de permitir reação eficaz a qualquer aventura expansionista, ostensiva ou mascarada, que venha surgir por essas bandas” (COUTO e SILVA, 1967, p.93 *apud* BITTAR,

2009, p. 274). Era necessário então fazer a ocupação demográfica na região para sua efetiva integração com o restante do país, servindo também de fronteira viva contra ataques externos. Percebemos ainda a preocupação com a questão do “vazio” no Centro-Oeste brasileiro, que desde os anos de 1940 passou a receber atenção do governo.

O objetivo externo que o general Golbery aponta, seria o desenvolvimento do capitalismo na região Centro–Oeste, a fim do “enfraquecimento dos antagonistas”, ou seja, dos comunistas, e o objetivo interno seria a integração e a segurança da região. Bittar afirma que os militares tinham obsessão pelo desenvolvimento e desejavam, de todas as formas, promover a integração dos “espaços vazios” a partir de um “núcleo progressista”, ou seja, capitalista.

Segundo os ideólogos do regime militar, não poderia haver “segurança nacional” sem um alto grau de desenvolvimento econômico, pois a segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território (BITTAR, 2009, p.297).

Nesta perspectiva, é criada então a SUDECO, com o objetivo de atender tais propostas, estimulando, por meio de programas, a ocupação dos vulneráveis “espaços vazios”, tão preocupante para os governos anteriores e, naquele momento, para os da ditadura.

Criada em 1 de dezembro de 1967, pela Lei n. 5.365/67, a SUDECO constituía o “principal organismo de ação desenvolvimentista nos grandes planos do Centro-Oeste”. Tinha por meta promover o desenvolvimento econômico por meio da integração da região com o restante do país. Naquele momento as unidades que compreendiam o Centro-Oeste eram Mato Grosso, Goiás, o Território Federal de Rondônia e o Distrito Federal (Política de Comunicação Social da SUDECO, 1980, p. 4).

A recém-criada SUDECO incorporou a Fundação Brasil Central – FBC, que havia sido criada pelo decreto-lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943. Esta última foi desenvolvida dentro dos projetos nacionalistas do Estado Novo de Getúlio Vargas, sendo extinta 23 anos após sua criação. Seu acervo patrimonial foi então transferido para a SUDECO, além de seus recursos orçamentários e extra-orçamentários, bem como também seus serviços.

Desta forma, as atividades da FBC passaram a ser de responsabilidade da Superintendência. Juntamente a todas essas atividades a que lhes foram “atribuídas”, a SUDECO absorveu também os funcionários da antiga Fundação. Seu relatório de atividades de 1968 nos mostra ainda que além da FBC, todo o patrimônio da Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá - FITORP, também passou

à sua administração. Seus empregados também foram agregados à SUDECO (SUDECO - Relatório de Atividades, 1968, p.1-2).

Os objetivos da Superintendência, antes de anexar às duas instituições citadas, eram basicamente o planejamento, a coordenação e a supervisão do desenvolvimento regional do Centro–Oeste. Sendo assim, tal relatório expressa sua preocupação em administrar, a partir daquele momento, duas instituições que possuíam atribuições relativamente distintas das suas. Agora teria ela, além de planejar, coordenar e supervisionar, também executar as atividades, o que lhe causava uma certa preocupação, pois teria que administrar tais “bens patrimoniais e material humano de características inteiramente diversas, cujas origens se iam encontrar em empresas que tinham como finalidade básica a execução de serviços, portanto de atividades-fim” (SUDECO - Relatório de Atividades, 1968, p.2).

Sobre as duas autarquias incorporadas à SUDECO, todo o “patrimônio material, constituído através de vários anos de projeção nacional, se dispersara ao longo da extensa área territorial”. E, talvez o mais inquietante, continua seu Relatório de Atividades, é sobre desviar um pouco o caminho de suas metas, uma vez que:

A SUDECO não dispunha de orçamentos nem quadros de pessoal próprios, com que fazer face à complexidade de seu programa, numa região desprovida de recursos técnicos da iniciativa privada. Teve, assim, em muitos casos, de desviar-se de sua linha programática para adotar, transitoriamente embora, a posição de órgão executor de serviços, usando mão-de-obra, material e verbas de que dispunha (1968, p. 2).

Abreu aponta que as diretrizes da Superintendência estavam centradas nas metas de “Integração Nacional” do I Plano Nacional de Desenvolvimento e possuía também uma atuação dupla na região: povoamento e crescimento econômico (ABREU, 2001, p.65).

Vinculada ao Ministério do Interior, a SUDECO possuía alguns deveres básicos, sendo que sua “tarefa precípua é a de promover e ordenar o desenvolvimento regional, cujos planos diretores devem ajustar-se às diretrizes gerais do planejamento global do governo”, mas também alguns objetivos imediatos, conforme se apresentam em seu relatório de 1968 (SUDECO. Relatório de Atividades, 1968, p.1), desta forma, elencamo-los:

- a) Levantamento do potencial econômico da Região;
- b) Fixação dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado;
- c) Concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população;
- d) Formação de grupos populacionais estáveis;

- e) Fixação da população regional;
- f) Estudo e adoção de política migratória para a Região;
- g) Incentivo à agricultura, à pecuária e à piscicultura;
- h) Formação de mão de obra e treinamento de pessoal necessário ao desenvolvimento da Região;
- i) Aplicação de recursos federais da administração centralizada e das contribuições do setor privado e fontes externas;
- j) Coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisas, desenvolvimento, implantação e expansão de infraestrutura econômica e social.

Para que a integração fosse de fato realizada era necessário, em um primeiro momento, promover acesso entre regiões, o que implicava em desmatamento de áreas para construção de estradas e pontes. Outro elemento básico era a instalação de redes de energia elétrica, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, escassos naquele período (SUDECO - Relatório anual, 1970, p. 5).

Para o pleno desenvolvimento que o governo federal desejava, também era preciso um conjunto de ações firmadas entre os municípios, os estados, o governo federal e outros órgãos. Seria pela cooperação de todas as instâncias que o desenvolvimento poderia ser alcançado, resultando, como a SUDECO aponta, de “uma operação integrada e conjunta em todo país” para que as disparidades regionais fossem minimizadas.

O discurso da Superintendência era:

A tônica do processo de desenvolvimento brasileiro está orientada para estabelecer um melhor equilíbrio setorial e regional da economia e para a melhoria da renda das classes sociais de menor poder aquisitivo. Essa diretriz deve ser coroada pela meta fundamental que é a elevação do bem estar social pela manutenção do crescimento acelerado e, efetivamente, pela melhor distribuição da renda nacional (SUDECO - Política de Comunicação Social: formulações básicas, 1980, p. 6).

A SUDECO contava com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, para a realização de um estudo socioeconômico no Centro-Oeste Brasileiro. Tal pesquisa tinha por objetivo constatar:

- a) Ação do poder público nas unidades municipais;
- b) Potencial econômico dessas unidades;
- c) Estágio de desenvolvimento dos diversos setores de atividade econômica;
- d) Opinião pública, abrangendo informações das principais atividades profissionais, para aferição de tendências dos diversos grupos sócio-econômicos e de suas necessidades fundamentais (SUDECO - Relatório de Atividades, 1968, p.6).

No contexto de desenvolvimento defendido pelo governo federal por meio da SUDECO e seus projetos, e também pelo *boom* econômico que o país vivia no início da década de 1970, o município de Dourados passou a apresentar um melhor desenvolvimento econômico que refletiu principalmente no campo, mas também na área urbana do município.

2.3.1 – PRODOESTE

O PRODOESTE foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1192, de 8 de novembro de 1971. O programa foi destinado a atender as regiões do sul dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal, garantindo o desenvolvimento econômico por meio de algumas obras. Para Abreu o objetivo do programa era “viabilizar a circulação das mercadorias, do capital e das pessoas” (ABREU, 2001, p. 65).

O artigo segundo do Decreto aponta:

O PRODOESTE objetivará a construção imediata de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjurada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras (Decreto - lei, nº 1192, 8/11/1971 – Criação do PRODOESTE).

De acordo com Abreu, o PRODOESTE foi criado no contexto de avanço da *fronteira agrícola* do país.

A SUDECO, utilizou o conceito *fronteira agrícola* para descrever o avanço do capital no Centro-Oeste – considerado um “vazio demográfico”. Nessa linha, a *fronteira agrícola* está ligada à incorporação de novas áreas para introdução da atividade agrícola para produção comercial de alimentos (ABREU, 2001, p. 65).

A primeira fase do programa era destinada à construção de inúmeros trechos de ligação entre as principais cidades dos referidos Estados, entre eles a BR 376 - Trecho Dourados – Paranavaí. No parágrafo segundo, é apontado que cada Estado seria responsável pela construção de suas respectivas estradas vicinais, sendo orientados pelo Ministério dos Transportes. Sobre a construção de armazéns e silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos, o parágrafo terceiro nos mostra que os mesmos seriam construídos pelo setor privado, por meio de financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil, auxiliados pela Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM - e pelo Ministério da Agricultura.

No total, foram destinados recursos no valor de 650 milhões de cruzeiros para o PRODOESTE para serem utilizados nos referidos anos do programa, de 1972 a 1974, divididos

nas áreas que seriam atendidas: implementação e pavimentação da rede rodoviária; construção do sistema de estradas vicinais; construção de redes de armazéns e silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos e para realização de obras de saneamento geral.

Artigos relacionados ao PRODOESTE foram publicados no jornal *Folha de Dourados*. Os mesmos faziam menções ao programa, sempre afirmando as mudanças positivas que ele traria para o Estado de Mato Grosso. Há também menções sobre a construção da estrada que liga Dourados a Paranavaí no Estado do Paraná, apontando que, por meio de uma reivindicação da população sul de Mato Grosso e do norte do Paraná, o projeto foi posto em prática (Salve 31 de março – 8º Aniversário da Revolução. Brasil 150 anos de Independência. *FD*, p 1, 29 mar. 1972).

Em que consiste essa ideia de Progresso tão almejada pelo governo? No contexto histórico que estamos trabalhando, o mundo vivia o período da Guerra Fria, em que havia a disputa sobre a hegemonia do mundo entre Capitalismo e Socialismo. Para o Socialismo Real, do qual se originou a União Soviética, o progresso baseava-se na concretização de uma sociedade sem classes, baseada na igualdade entre os cidadãos. No entanto, para o mundo capitalista o Progresso baseia-se em desenvolvimento produtivo, econômico, científico, tecnológico. Consiste na capacidade de produzir cada vez mais e melhor, e como Gilberto Dupas aponta, na prosperidade material. Dupas afirma que o Progresso fundamenta-se em “um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso” (DUPAS, 2007, p.73), baseada no pleno desenvolvimento do mundo que os cerca. Assim, os programas de desenvolvimento econômico seriam um dos meios para se chegar nesse objetivo capitalista.

Mato Grosso, e evidentemente a região douradense, apresentavam aspectos de desenvolvimento neste contexto de Progresso, devido os incentivos do governo com os programas. As propagandas apontando que Mato Grosso era o maior produtor agrícola do país eram constantes nos artigos do jornal *Folha de Dourados*. O secretário da agricultura de Mato Grosso, no ano de 1972, afirmava que Mato Grosso não encontraria dificuldades em liderar este patamar devido a inúmeros pontos positivos que o estado apresentava. Paulo Coelho Machado elencava alguns pontos como a extensão territorial de área cultivável, a proximidade do Estado com os grandes centros consumidores e a variedade do solo que, conseqüentemente, resultaria em variedade de culturas (Mato Grosso o maior produtor agrícola do Brasil. *FD*, p. 2, 27 abr. 1972).

Além da construção de uma rede rodoviária e de estradas vicinais, o PRODOESTE visava também a construção de silos, armazéns e frigoríficos em Mato Grosso. Sobre os

frigoríficos, algumas áreas foram selecionadas e estudadas para ver se de fato seriam aptas às instalações. Em primeiro lugar foi avaliada a disponibilidade de gado gordo ou para engorda; era necessário também escolher regiões que disponibilizassem energia elétrica; outro elemento seria a existência de um sistema viário para o escoamento do produto.

A questão de levar um maior número populacional para o interior do país ainda era uma preocupação do governo federal naqueles anos. Na medida em que se afasta do litoral brasileiro, aponta um artigo do *Folha de Dourados*, o número de cidades vai diminuindo, e por meio do PRODOESTE o governo objetivava reverter essa situação. A construção de estradas para ligar o interior aos grandes centros e polos de desenvolvimento no Centro-Oeste garantiriam que a interiorização ocorreria no país, mas com uma ressalva, ordenadamente. Ou seja, o “progresso” sul-mato-grossense dependeria grandemente do PRODOESTE, uma vez que tal programa traria as condições para o desenvolvimento da região (Interiorização. *FD*, p. 5, 12 ago. 1972).

Desta forma, em uma reportagem datada de 27 de novembro de 1971, do jornal *Folha de Dourados*, o presidente Médici é grandiosamente exaltado, sendo até chamado de “O homem de Mato Grosso”, uma vez que o general havia comandado uma unidade militar no Estado. A reportagem faz menção ao antigo presidente Jânio Quadros, afirmando que mesmo sendo ele campo-grandense, não havia sonhado com um programa tão importante para Mato Grosso, e que Médici sim, havia realizado. Era o PRODOESTE. O artigo continua,

Rondon pacificou, Médici vai desenvolver o Mato Grosso que é sem dúvida, um colosso. Pasmem se os incautos e os incrédulos, os vários “Brasis”, como dizem, já se consolidam numa só grande Potência: A Pátria Brasileira. A arrancada para o Centro-Oeste, decretada pelo presidente Médici, já pode ser considerada uma realidade, pois o Homem não fala somente, faz (O Homem de Mato Grosso. *FD*, p. 1, 27 nov. 1971).

Ainda, de acordo com a reportagem, o PRODOESTE teve enorme reconhecimento pela população e, principalmente, pela juventude mato-grossense, assim como a conquista do Tri Campeonato de Futebol Brasileiro. O presidente Médici tinha todo o apoio e reconhecimento da juventude do Estado, segundo o jornal, sendo ele o “Líder” daquela geração, uma vez que conquistou a simpatia dos jovens “porque ao invés do rancor, das demagogias, procura trabalhar pelo engrandecimento do Brasil e bem-estar de seu povo”. Notamos que todas as reportagens analisadas do *Folha de Dourados*, que remete ao governador ou ao presidente da República, engrandeciam-nos com palavras envaidecedoras, talvez por isso chamá-lo de Líder, como uma forma de vangloriá-lo.

Além dessa exaltação presente nos artigos do jornal, existia intensa propaganda do regime, inclusive com músicas, algumas feitas sob encomenda, como “Eu te amo meu Brasil” e “Pra frente Brasil”, ou os *slogans* “Ninguém segura este país” e “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”. Simultaneamente muitos estudantes, artistas e políticos eram presos, torturados e exilados.

2.3.2 - PLADESCO

Com o intuito de garantir o desenvolvimento social e comunitário do Centro-Oeste, um anteprojeto foi elaborado pela SUDECO, dimensionando os mais importantes aspectos da região. Criado por meio da portaria 112, de 22 de outubro de 1970, o Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste, o PLADESCO, foi uma proposta que, a longo prazo, objetivava “promover reajustes na estrutura da mão de obra de que dispõe a região, no sentido de reencaminhá-la para as habilitações requeridas pelo esforço de desenvolvimento em que o país se empenha”. Ou seja, seria difícil o país atingir o pleno desenvolvimento sem que houvesse a integração de todas as regiões. Era necessária a cooperação de cada uma delas para que o país atingisse esse propósito (SUDECO - PLADESCO, 1970).

Como sendo uma proposta de “reorientação de recursos humanos”, inúmeras ações sociais se constituíam em metas a serem desenvolvidas na região, como a educação, a alimentação, a saúde, a habitação, a higiene e diversas formas de atividades culturais. Todos os elementos possuem a mesma importância e renunciar a algum deles seria o mesmo que “decretar falência de qualquer programa de desenvolvimento social”, aponta o relatório (SUDECO - PLADESCO, 1970).

O PLADESCO surge naquele momento como um veículo apto para promover o desenvolvimento social do Centro-Oeste, preparando o homem “para as tarefas propostas pelo desenvolvimento regional”, mas com um enfoque: camadas de baixo nível de renda. No entanto, foi elaborado primeiramente o plano experimental, com duração de oito meses. Neste tempo, seria necessário “traçar uma estratégia, eleger o mais significativo, o que diga de perto tanto ao interesse comum quanto aos interesses dos indivíduos e unidades familiares em particular”, nos mostra a programação.

Conforme viemos enfatizando, o Centro-Oeste era equivocadamente visto como uma região que possuía “vazios demográficos”. Naquele momento, devido à mudança da capital

do país, o número de habitantes aumentava, mas somente concentrados em torno de Brasília. E havia ainda outra preocupação, esses migrantes não possuíam qualificação profissional, um problema que o plano trazia como caso a ser resolvido. A questão era: como o desenvolvimento tão discutido a nível nacional, poderia acontecer na região se nem os próprios habitantes tinham capacidade de “lidar” com ele? Por isso a inquietação e preocupação em lançar um programa de “capacitação” profissional, que se iniciaria pela educação, em todo o Centro-Oeste, tendo como objetivo imediato por meio de ações, a elevação do padrão de renda familiar, a aquisição da casa própria e treinamento de trabalhadores.

Os cursos que seriam oferecidos pelo Pladesco eram os mais variados e curiosos, como os do grupo “Cursos de formação para o Lar”, que ofertava “Educação para o Lar” e “Educação Social – para os esposos”, entre outros. A SUDECO, juntamente com inúmeros órgãos e entidades seriam os promotores desse projeto. Eram eles, a prefeitura de cada município, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Caixa Econômica Federal, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), o Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), a Paróquia de São José, do Distrito Federal, os Centros de Saúde Regionais, os Clubes das Mães, a Associação Cristã de Ajuda Mútua do Distrito Federal, entre outros. O município de Dourados estava incluso neste projeto de ação social.

O prazo de execução do PLADESCO, como seu próprio nome diz, de caráter experimental, foi estimado para ser desenvolvido em oito meses, no decorrer do ano de 1971. O lema daquele momento era “É tempo de construir!”. Os jornais publicavam isso, os planos e programas federais apontavam para isso.

Três anos após o lançamento do Plano de caráter experimental, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste²⁴, que teria duração até o final da década de 1970. O PLADESCO tinha como objetivo principal o crescimento da economia regional, focado em uma melhor distribuição da renda regional (SUDECO – PLADESCO, 1973, p. 83).

Tal plano foi o primeiro desenvolvido pela SUDECO, a partir de “diagnósticos e prognósticos”. O objetivo do PLADESCO era enfático,

²⁴ Tanto o Plano com caráter experimental quanto o que foi criado em 1973 utilizavam a mesma sigla: PLADESCO.

inspirar-se na ocupação racional do território e na dinamização coordenada das suas potencialidades, de modo a produzir e promover o aproveitamento diversificado e distributivo de oportunidades, através de providencias conduzentes (sic) a alcançar, até o fim da década, objetivos bem definidos e dimensionados (SUDECO - PLADESCO, 1973, p. 9).

O propósito do plano era promover o desenvolvimento regional garantindo o aumento demográfico, uma vez que se afirmava a existência de um “vazio demográfico em meio a um imenso potencial de riquezas”, e também garantir o emprego, a distribuição de renda e os melhoramentos infraestruturais urbanos. O plano faz uma minuciosa análise de inúmeros fatores da região, como os aspectos físicos, os recursos humanos, a infraestrutura econômica e os setores econômicos. Após esta análise, apresenta diretrizes para o desenvolvimento regional e ações que possam ser feitas para que o objetivo se alcance por meio da “implementação de programas espaciais e setoriais, pela integração de esforços e recursos dos organismos específicos, de pessoas que atuam ou venham atuar na região” (SUDECO - PLADESCO, 1973, p.9).

Tal plano se constituía em um diagnóstico de todo o Centro-Oeste, apontando suas potencialidades ainda não exploradas e também os problemas que enfrentava. Além disso, apresentava metas que deveriam ser cumpridas por meio de programas de desenvolvimento. O PLADESCO não pode ser confundido com um programa desenvolvimentista e sim como um plano que aponta os caminhos a serem percorridos para alcançar o desenvolvimento e a integração regional.

As análises da região, uma vez feita pelo PLADESCO, proporcionaram à SUDECO um conhecimento melhor do Centro-Oeste, estimulando assim a criação de Programas Especiais para áreas específicas. A partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, iriam ser executados os programas, tendo início em 1974.

O PLADESCO, a partir das análises realizadas no Centro-Oeste, localizou treze áreas-programas, sendo o extremo sul do antigo Mato Grosso uma delas, fazendo parte da denominada Área de Exportação. Em cada área seria desenvolvida a infraestrutura necessária para sua integração e desenvolvimento. Abreu aponta que:

Na área de exportação, formando os chamados Corredores de Exportação, estavam: Cuiabá/Rondonópolis, Corumbá e Campo Grande/Dourados, onde já se consolidara a atividade agropecuária para exportação [...] com a incorporação de eixos de transportes que ligavam o *espaço mato-grossense* com os centros consumidores da produção regional (ABREU, 2001, p.89).

O município de Dourados, reconhecido naquele momento devido sua forte economia agrícola, era visto pelo plano como uma área em que a produção poderia destinada à exportação. Neste aspecto, em 1976 o governo federal implantou no SMT o Programa Especial da Região da Grande Dourados – PRODEGRAN.

CAPÍTULO 3

AVANÇOS E LIMITES DO PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

3.1- O Contexto regional dos anos de 1970

A denominação Grande Dourados foi criada em meados da década de 1970 para fazer referência aos municípios de Dourados e aqueles que compreendiam o extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso. Tal região, de grande potencial agrícola, seria beneficiada pelo Programa Especial da Região da Grande Dourados - PRODEGRAN, no triênio 1976/1977/1978. Desta forma, a área beneficiada pelo projeto recebeu então esta designação.

Os municípios que abrangiam a Grande Dourados somavam-se o total de 28, sendo eles: Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Deodápolis, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sidrolândia e Vicentina. Tal área correspondia a todo o cone sul do antigo Mato Grosso e Dourados compreendia a cidade polo deste grupo de municípios. É oportuno destacar que muitos desses municípios nasceram de pequenas vilas formadas na região que compreendia a vasta Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND, e Itaporã criada a partir da Colônia Municipal de Dourados.

Dos 28 municípios acima mencionados, seis deles haviam se emancipado meses antes de se iniciar o PRODEGRAN. São eles, Angélica, Aral Moreira, Deodápolis, Eldorado, Mundo Novo e Vicentina²⁵.

Anterior às emancipações, o presidente Ernesto Geisel pedira ao governador do Mato Grosso, José Garcia Neto (1975-1978), que tomasse maiores cuidados na criação de novos municípios. Uma reportagem do jornal *O Candango*, que relata uma audiência concedida por Geisel ao governador mato-grossense, é verificada a preocupação do presidente, apontando que é preciso ter em vista “se realmente os novos municípios a serem criados terão condições de subsistência própria, não se transformando em pesados fardos para as administrações

²⁵ De acordo com o Relatório Final do PRODEGRAN, a lei que elevou os distritos a categoria de município foi a de nº 3.961, de 13 de maio de 1976. No entanto, o IBGE apresenta, exceto no caso de Angélica, outras leis e datas para as emancipações.

estadual e federal”. Segundo o presidente, o desejo de Garcia Neto só ocorreria por meio de um plebiscito, em que a população aprovasse. No entanto, continua a reportagem, Garcia Neto, após dez minutos de conversa reservada com Geisel, “revelou aos jornalistas que a Assembleia Legislativa já iniciou os estudos visando a criação dos novos municípios em 60 dias” (Novos Municípios só com Plebiscito. *O Candango*, Glória de Dourados, p.4, 30 set. 1975). É importante notar que havia e há preocupação por parte do governo federal e também estadual de que novos municípios não consigam ser economicamente sustentáveis, aumentando ainda mais os gastos públicos.

As emancipações ocorreram de fato, e imaginamos que talvez o governador do Estado acreditasse que elevando os distritos à categoria de municípios, a região que compreendia a Grande Dourados passaria a receber maiores investimentos do governo federal, por meio do PRODEGRAN, que estava prestes a ser efetuado. Desta forma, seria maior o número de municípios recebendo recursos, ao contrário de apenas alguns municípios com vários distritos.

Sendo assim, apontaremos a programação do PRODEGRAN na região, bem como as mudanças ocorridas na Grande Dourados, enfatizando o município de Dourados, no triênio 1976, 1977 e 1978.

Como cidade polo desse conjunto de municípios, Dourados conseguiu se destacar economicamente em sua região, e também nacionalmente, devido a alguns fatores. Primeiramente, quando na década de 1940 ocorreu a *Marcha para Oeste*, com o intuito de povoar regiões “vazias” e promover o desenvolvimento das mesmas, instalou-se no município a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Esse primeiro aspecto sozinho foi capaz de proporcionar à Dourados um salto desenvolvimentista, transformando-o de pequena vila à centro regional econômico.

Outro fator relevante foi a chegada de produtores gaúchos na região que trouxeram na bagagem o conhecimento das novas técnicas de trabalho para a lavoura. Assim, na década de 1970 se iniciaria um segundo momento do processo de produção agrícola douradense. A produção que era basicamente de subsistência passou a ser em grande parte destinada ao mercado. Dentro dos projetos do II PND, como forma de incrementar ainda mais o desenvolvimento regional, minimizar os efeitos da crise econômica, que pelo que notamos não atingiu o setor agrícola regional, o governo federal acatou então a proposta de criação do PRODEGRAN.

A crise econômica mundial do início dos anos de 1973, conhecida como Crise do Petróleo, fez seus efeitos surtirem em vários setores econômicos brasileiros. O Brasil vivera

naqueles anos o período do “milagre econômico”, que mostrou sua verdadeira face quando a crise atingiu o país. Era necessário então investir na agricultura, já que a mesma não mostrava ter se abalado diante da situação. Além disso, a agricultura traria recursos, devido a exportação de gêneros, que proporcionaria investimentos na industrialização brasileira.

Abreu nos mostra que para conter a crise, o governo incentivou a exportação, sendo necessário então aumentar a produção nacional de produtos primários, principalmente de culturas comerciais e minérios, “como criar condições de substituição de importação em setores que encareceram demais, como é o caso dos fertilizantes e de máquinas e equipamentos” (ABREU, 2001, p. 99).

De acordo com Moro, os programas lançados pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, em especial o II,

transformaram milhões de hectares em verdadeiros tapetes verdes, algo que muito contribuiu para equilibrar/reequilibrar a balança comercial brasileira em razão da Crise do Petróleo (1973-74) (MORO, 2009, p. 3).

No início de 1970, período do *boom* econômico no Brasil, a economia da Grande Dourados, e também do município douradense, passava por um período promissor, tendo em vista que além dos investimentos que o governo federal realizava em outros setores econômicos do país, como o industrial, por exemplo, a agricultura era muito estimulada. Mesmo com a crise do petróleo, a produção agrícola não diminuiu, ao contrário, continuou apresentando altos índices de desenvolvimento.

3.2- Incentivo de um Programa para a Grande Dourados

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criada em 1º dezembro de 1967, tinha como propósito promover o desenvolvimento da região e sua integração com o restante do país. Visto naquele momento como uma área de riquíssimos potenciais ainda não explorados, o Centro-Oeste se desenvolveria economicamente por meio de programas elaborados pela Superintendência, juntamente com o auxílio de outros órgãos. Os programas, mesmo com metas diferentes entre si tinham o objetivo comum de proporcionar a integração regional via produção agrícola.

O governo federal tinha como propósito incentivar a produção agrícola nacional a fim de que a importação desses mesmos produtos diminuísse. Gerando uma forte produção, o país passaria da condição de importador para exportador agrícola. Além das novas técnicas que já

vinham sendo utilizadas na agricultura, Dourados e região foram beneficiadas com o PRODEGRAN, que estimularia ainda mais o potencial regional.

Com a finalidade de incorporar aproximadamente “700 mil hectares de lavouras ao sistema de produção agrícola do país até 1978”, o PRODEGRAN apresentava os seguintes objetivos:

- estimular a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agro-industriais;
- fortalecer as atividades produtivas da região, consistindo em:
 - expandir a fronteira agrícola,
 - criar incentivos ao aumento da produtividade,
 - utilizar práticas conservacionistas,
 - introduzir novas culturas,
 - modernizar suas práticas de comercialização,
 - criar e fortalecer sua agro-indústria;
 - promover o combate e a erosão urbana; e
 - melhorar e ampliar a infra-estrutura da região (energia, transporte e armazenamento) bem como os equipamentos sociais de suas principais cidades (PRODEGRAN- Desempenho até junho de 1977, p. 1).

Juntamente com o PRODEGRAN, foram criados mais quatro programas, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Eram eles: POLOAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia); POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados); PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Pantanal Mato-Grossense); e o PERGEB (Programa Especial da Região Geoeconômica De Brasília). Todos com o objetivo em promover o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões e conforme já foi citado, equilibrar a balança comercial brasileira diante da crise.

Em 1976, foi elaborada a Exposição de Motivos nº 007/76 de 07 de abril, que enviada ao Presidente da República, apontava as inúmeras potencialidades da região sul do antigo Mato Grosso, e também os problemas que a mesma enfrentava, a fim de que se desenvolvesse um programa de incentivo econômico.

Com esse propósito, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o presente Programa Especial da Região da Grande Dourados, com vistas a incorporação de cerca de 700 mil hectares de lavouras ao sistema de produção agrícola do país, no período de 1976-1978 (Programa Especial da Região da Grande Dourados (b), 1976, p. 2).

Tal solicitação foi aprovada pelo presidente Ernesto Geisel, criando-se então o Programa Especial da Região da Grande Dourados.

O PRODEGRAN demonstrava ser um programa tão promissor para a região que em seu lançamento Dourados contou até mesmo com a presença do presidente Ernesto Geisel. Assim discursou o presidente:

Agradeço a acolhida que me fazem, inclusive vencendo as intempéries da chuva que se manifesta desde ontem aqui. Vim a Dourados com a intenção de lançar aqui este programa de desenvolvimento. Podia tê-lo feito no próprio Palácio do Planalto, em Brasília, mas achei, pela sua importância, pelo objetivo que se tem em vista com esse programa, era preferível fazê-lo na presença de vocês (Improviso em Dourados - Lançamento do PRODEGRAN. 09 abr. 1976, p. 59).

De acordo com o discurso do Presidente Geisel, a agricultura e a pecuária eram as “bases essenciais da riqueza do nosso país”, sendo preciso estimular esses dois setores da economia para que o país continuasse seu desenvolvimento, após o período de crise.

Neste sentido, a região da Grande Dourados é extraordinariamente favorável, não só pelo seu subsolo, nem somente pelo seu clima, nem pela sua condição geográfica, mas, principalmente, pelo seu povo. Originários de diferentes regiões do país, do Nordeste e sobretudo do Sul, da região do Rio Grande e de Santa Catarina, aqui se misturaram harmoniosamente diferentes correntes, todas imbuídas de um mesmo sentimento de nacionalidade (Improviso em Dourados - Lançamento do PRODEGRAN. 09 abr. 1976, p. 60).

Notemos que a ideia de nacionalismo, de sentimento de pertencimento à nação e de grande valorização do país são características próprias dos governos militares, sendo possível perceber nesta última fala do discurso do presidente.

Os primeiros relatórios do programa apresentavam um diagnóstico da região, com seus potenciais ainda não aproveitados e também a carência de investimentos por parte do governo. Junto a isso, eram apresentados comparativos das produções agrícola dos anos anteriores à programação.

No relatório onde é apresentada a programação para o ano de 1976, verificamos os comparativos da produção agrícola dos anos anteriores ao PRODEGRAN. No biênio 72/73, a área utilizada para a agricultura consistia-se em 9% de toda área que o programa utilizaria, produzindo 850 mil toneladas de culturas, sendo 45% de toda produção mato-grossense. Nos anos de 74/75, a produção alcançou 1,5 milhão de toneladas, 76% a mais que o biênio anterior. Utilizando tal lógica, acreditava-se então que durante o desenvolvimento do programa a produção seria expressivamente maior, já que a área produtiva seria maior que a já utilizada (PRODEGRAN - Programação para 1976, p. 4).

Para a execução do PRODEGRAN, a SUDECO contava com o apoio de diversos órgãos como as Centrais Elétricas Mato Grossense (CEMAT), Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (EMBRAPA), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso (DERMAT), Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); Departamento de Coordenação Regional e Articulação com os municípios (DEGRAM) e Bolsa de Cereais de São Paulo. Tais órgãos executavam as obras com verbas vindas do governo federal. Havia também recursos do Estado, dos municípios e algumas vezes dos próprios órgãos.

Conforme apontamos, a região possuía inúmeras características que faziam dela um local de interesse do governo para implantar tal programa, como o histórico de desenvolvimento econômico desde os anos 40 resultado da fertilidade de seus solos, um bom clima e proximidade dos mercados do sudeste.

No entanto, antes da chegada do PRODEGRAN “parte das pequenas propriedades estavam em verdadeiro abandono, com solos desgastados e dificuldades de viabilização de uma agricultura moderna” (SILVA, W., 2011, p. 7), e também “safras quase inteiras apodrecidas no campo por falta de estradas para o escoamento, ou de silos para estocagem das colheitas” (TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986, p. 37).

O programa teria início no último trimestre de 1976, contudo, devido ao atraso na liberação dos recursos, o desempenho em 1976 foi nulo. Era necessário então cumprir tais metas no próximo ano, sobrecarregando assim as atividades futuras, que teriam que ser executadas em um tempo menor.

Nos relatórios iniciais do programa demonstrava-se o interesse em aumentar consideravelmente a produção agrícola regional, tendo como uma das metas “eliminar totalmente as importações de trigo, que representam 51,6% do consumo nacional”. Dourados, continua o relatório, iria se constituir em “um dos grandes celeiros de recursos alimentícios do país” (PRODEGRAN - Programação para 1976, p. 22).

A atuação do PRODEGRAN consistiria tanto na área rural, com a construção de estradas, linhas de transmissão e distribuição de energia, pesquisa e assistência técnica, quanto na urbana, com o combate a erosão do solo, construção de redes de distribuição de energia elétrica e construção de armazéns e silos (PRODEGRAN - Desempenho até junho de 1977, p.3).

3.3- As promessas de investimentos em infraestrutura

3.3.1- Transportes

A melhoria da infraestrutura se apresentava como uma das principais metas a serem realizadas, já que estradas, energia elétrica no campo e armazenamento da produção garantiriam o bom funcionamento e desenvolvimento da economia regional.

Para essa dimensão econômico-espacial o sistema produtivo se apóia ainda numa frágil infra-estrutura de tecnologia, de energia elétrica, telecomunicações e de serviços de movimento inter-regional (transportes), o que exige medidas tendentes a fortalecê-la e ampliá-la, adequando-a, ao ritmo de transformação físico-econômica que a região deverá experimentar (PRODEGRAN - Programação para 1976, p. 22).

Neste aspecto, a região do PRODEGRAN e o Sudeste brasileiro se interligavam por meio das BRs – 267, 376, 163 e 487, além da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (PRODEGRAN - Programação para 1976, p. 12). Contudo, as estradas ainda apresentavam precariedade quanto as suas condições, pois a grande maioria não possuía pavimentação. Era necessário garantir condições para que ocorresse um melhor contato entre a Grande Dourados e seu principal mercado consumidor, o Sudeste.

Além disso, havia problemas com as estradas municipais. De acordo com a Exposição de Motivos nº 007/76, “é evidente a deficiência do sistema, no tocante a estradas vicinais”, e era pretendido “minimizar esta deficiência através da construção de 600 km de estradas rurais e execução de trabalhos de melhoria e conservação anual de cerca de 8 mil km” (Programa Especial da Região da Grande Dourados (b), 1976, p.3).

No decorrer da programação, o custo para a melhoria e construção de alguns trechos de estradas foi reduzido, como é o caso do trecho que ligaria Caarapó às demais localidades (PRODEGRAN - Primeiro semestre de 1977, p. 14). Contudo, o trecho Caarapó - Caarapã (53 km) havia sido concluído com a ajuda do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso, o DERMAT, que colocou recursos próprios para a execução da obra.

O trecho Dourados – Picadinha - Ithaum, estava no primeiro semestre de 1977 com 70% da obra concluída. A melhoria nas estradas proporcionaria a escoação da produção agrícola regional, beneficiando especialmente os municípios de “Caarapó, Dourados, Ponta Porã, Maracajú e, futuramente com novas ligações, ao grande município de Amambai” (PRODEGRAN - Desempenho até junho de 1977, p. 11-12).

O PRODEGRAN destinava as verbas para os órgãos responsáveis na construção das estradas, ou seja, para o DERMAT e também para o DNER, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, através da SUDECO. O término do conjunto de estradas que estava sendo construídas propiciaria “o escoamento para cerca de 500 mil toneladas de produtos agrícola, representando, aproximadamente, 37% da produção da região do PRODEGRAN” (PRODEGRAN - Desempenho até junho de 1977, p. 12), elevando a economia regional a níveis mais altos no passar dos anos.

Para o pleno escoamento dos produtos da região, sabemos que é necessário estradas com condições transitáveis, a fim de que não haja atrasos ou outros tipos de problemas. Neste sentido, a estrada de ligação entre Dourados – Caarapó encontrava-se há algum tempo com um grave problema, tendo em vista que a ponte existente sobre o Rio Dourados encontrava-se em péssimas condições de tráfego, pois a madeira já não oferecia mais segurança aos motoristas. No início de 1977, as obras para a construção de uma nova ponte de alvenaria já havia sido iniciada, “resolvendo assim um problema que a muito vem travando o desenvolvimento da região”, pois tal estrada era uma das mais importantes do Estado no sentido de escoamento da produção (Iniciada a ponte de concreto sobre o rio Dourados. *FD*, p. 1, 22 jan. 1977).

Ainda sobre as rodovias que fazem ligação até o município de Caarapó, a mesma reportagem acima aponta a construção de uma rodovia que “partindo de Caarapó, passando por terras da Mate Laranjeira, Fazenda Itamarati indo atravessar o rio Dourados [...] numa extensão de 140 quilômetros”, com os recursos oriundos do PRODEGRAN.

As reportagens sobre as realizações do PRODEGRAN proporcionavam à população conhecimento sobre existência de um programa criado para o desenvolvimento econômico da região. Além disso, já no início da programação, em agosto de 1976, foram confeccionados 45 mil exemplares de um pequeno caderno inteiramente reservado ao programa, pelo Ministério do Interior, em Brasília. Certamente que seriam destinados à população, como forma de que tomassem conhecimento do programa, considerando que muitos municípios desconheciam a atuação dos planos governamentais.

No pequeno caderno, de 11 páginas, há uma descrição da região da Grande Dourados, que segundo o texto era muito propícia para investimentos na agricultura. Na parte introdutória, é apontado que:

Sentindo as possibilidades de desenvolver uma agricultura de alta produtividade e percebendo a fácil comunicação da região com os mercados do Centro-Sul, o Governo Federal criou o Programa Especial da Região da Grande Dourados, já

aprovado pelo presidente Ernesto Geisel, com investimentos de Cr\$ 472 milhões, no período de 1976/78 (Programa Especial da Região Grande Dourados (a), 1976, p. 3).

Além disso, é descrita toda a Exposição de Motivos, que havia sido enviada ao Presidente da República, como forma de demonstrar as riquezas da região e as necessidades que a mesma também apresentava. Foram também expostos os subprogramas que seriam beneficiados com a programação, como o de Infraestrutura, Controle da Erosão e o de Pesquisa, Assistência Técnica, Promoção e Apoio Logístico e por último o de Crédito.

Ainda sobre o setor de transportes, as estradas de ligação entre Dourados e os demais municípios eram péssimas, assim como as que o ligavam às áreas rurais. Mesmo com programas do governo para a melhoria dessas condições, ainda em 1977, a situação era precária. O PRODEGRAN, conforme salientamos, tinha como uma das metas resolver este problema que dificultava a escoação dos produtos vindos do campo. Assim, em uma matéria do jornal *Folha de Dourados* é publicado um levantamento realizado pelo responsável do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem - DMER, solicitado pelo prefeito douradense José Elias Moreira, sobre as reais condições dessas vias de acesso, procurando, desta forma, mostrar à população que havia planos que seriam realizados para sanar tal problema.

Segundo a matéria do jornal, Adão Geraldo Rondon, responsável pelo DMER, apontou que:

“Estão em calamidade total as estradas municipais” e o Parque Rodoviário com o maquinário “impossível” para o trabalho. Ainda na tarde de hoje o prefeito municipal telefonou ao diretor do DERMAT em Cuiabá, onde cientificou [...] a situação das “estradas e travessões” que levam a zona rural, e que precisam de urgente reparo antes da “safra” (Levantamento parcial das estradas municipais. *FD*, p. 6, 08 fev. 1977).

Um dia após a divulgação da matéria anterior, o jornal publicou que o DERMAT iria recuperar as estradas municipais de Dourados. Deste modo,

Tendo em vista a aproximação da safra de arroz, em que o tráfego de veículos pesados aumenta em todo o sistema viário do município, o Departamento de Estradas de rodagem do estado de Mato Grosso (DERMAT) vai iniciar a recuperação de todas as estradas vicinais de Dourados (DERMAT vai recuperar estradas municipais. *FD*, p. 4, 09 fev. 1977).

Muitas matérias denunciavam as reais condições das estradas da região. Ao mesmo tempo, eram publicadas também as obras que o DERMAT fazia como pavimentação e

recuperação das vias a fim de garantir a melhoria no tráfego e não atrapalhar a escoação dos produtos. Era necessário que a população ficasse ciente da realidade que muitas vezes não se davam conta que existiam.

Além disso, é retratada em outra reportagem a execução de uma obra de pavimentação da BR-163, trecho que liga Dourados a Ponta Porã. A verba para a execução era oriunda do PRODEGRAN, onde seriam pavimentados 35 dos 110 quilômetros que ligam as duas cidades (Eletrificação rural trará 160 milhões para a Grande Dourados. *FD*, p. 1, 07 abr. 1977).

Aproveitando para noticiar sobre o início da pavimentação do trecho Ponta Porã - Dourados, o periódico ainda enfatiza os planos da SUDECO.

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o PRODEGRAN vão iniciar a aplicação este ano na região de Dourados, mais de 100 milhões de cruzeiros, com a execução de várias obras simultâneas. [...] Além da pavimentação do trecho da BR-163, será dado início do projeto de eletrificação rural nos municípios de Dourados e Itaporã, beneficiando propriedades rurais e os distritos que serão cortados pelas linhas de distribuição (Começa em agosto a pavimentação da Rodovia Dourados-Ponta Porã. *FD*, 23-24 abr. 1977).

Mesmo as obras só tendo iniciado em 1977, no final de 1976 já se falavam em PRODEGRAN no município de Dourados. Em uma matéria do jornal que estamos trabalhando, é relatada a importância da linha de transmissão de energia elétrica de Dourados à Ponta Porã, que teriam início na primeira semana do próximo janeiro. De acordo com o jornal, “a notícia vem confirmar as transformações já divulgadas por ocasião da assinatura dos contratos entre os municípios sul mato-grossenses e o PRODEGRAN” (Energia de Urubupunga para P. Porã. *FD*, p. 1, 16 dez. 1976).

3.3.2 - Energia

Outro subsetor que carecia de investimentos, sendo indispensável para o bom desenvolvimento regional, era o da Energia Elétrica. A falta deste recurso era visto pelo governo como um obstáculo ao desenvolvimento de todos os demais setores, sendo preciso que fosse alterada essa condição o menos tardar naquele momento. A região da Grande Dourados era abastecida pela subestação de Dourados, que recebia energia de “Jupiá e Mimoso pela linha de transmissão vinda de Campo Grande”. A Usina de Jupiá foi construída em 1974, localizada no rio Paraná, entre as cidades de Andradina e Castilho (SP) e Três Lagoas, ainda no antigo Mato Grosso. E a Usina Assis Chateaubriand, mais conhecida como Mimoso, localizada dentro do município de Ribas do Rio Pardo, no rio Pardo, antigo Mato

Grosso. As duas usinas hidrelétricas estão localizadas na região leste do atual Mato Grosso do Sul.

Devido ao atendimento insuficiente proporcionado pela energia vinda de tais usinas, o PRODEGRAN tinha como um dos objetivos implantar “cerca de 1.400 km de linhas de transmissão e subestações com capacidade total de 123 MWA” (Programa Especial da Região da Grande Dourados (b), 1976, p. 4).

Até junho de 1977 a meta era construir “183,8 km de linhas de transmissão (L.T), 3.800 postes de rede de distribuição (R.D)”. Se transcorresse conforme o planejado, a “programação beneficiará [...] cerca de 70% da população da região, significando aproximadamente 480 mil habitantes” (PRODEGRAN – Desempenho até junho de 1977, p. 8).

A falta de recursos destinados a realização das obras prejudicava, já desde o início, o andamento de alguns setores, como o da energia. No tempo total da programação, 1977 e 1978, estaria previsto a construção de 1.500 km de linhas de transmissão e 8.200 postes de distribuição. Todavia, devido a indisponibilidade de recursos suficientes “a programação para o biênio 1977/78, ficou reduzida à construção de 402 km de linhas de transmissão, [...] 7.700 postes (310 km) de distribuição” (PRODEGRAN - Primeiro semestre de 1977, p. 12). Ou seja, a quilometragem das linhas de transmissão foi reduzida em menos de um terço, comprometendo o desenvolvimento que a população e os próprios governos almejavam.

De acordo com um dos relatórios do programa o desempenho do subprograma de energia foi baixo, em decorrência dos seguintes fatores,

Dilatado prazo de entrega de materiais e/ou equipamentos em virtude do mercado de material elétrico atravessar no momento, dificuldades com demanda superior à oferta; dificuldade do Estado em cumprir obrigação financeira, estabelecida em convênio e relativa à sua contrapartida; atraso na liberação de recursos ao nível estadual (PRODEGRAN- Primeiro Semestre de 1977, p. 12-13).

Porém, até aquele prazo, que correspondia a primeira etapa da programação, o desempenho não havia sido satisfatório no que corresponde as linhas de transmissão, “em decorrência de diversas dificuldades encontradas pelo órgão executor”, neste caso as Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A, CEMAT.

A falta de energia elétrica nos bairros e em trechos de avenidas ainda era um problema que necessitava ser resolvido, lembrando que o objetivo era atender tanto o meio rural quanto o urbano neste subsetor. A população pagava taxas mensais como contribuição da iluminação pública, todavia a mesma não se fazia presente em alguns locais da cidade. Sabemos que a

energia elétrica proveniente das usinas hidrelétricas chegou a Dourados no início de 1970, quando a CEMAT se responsabilizou por tal setor.

Uma pequena reportagem no jornal *Folha de Dourados* retrata essa realidade douradense, apontando que “o vereador Juarez Fiel Alves, solicitou da CEMAT e Prefeitura Municipal, estudos para a implantação de luminárias” em diversos trechos da Av. Weimar Torres e outras vias da cidade, principalmente nas proximidades da escola Ministro Reis Veloso. Além disso, “o vereador Sultan Rasslan por sua vez como apoio indicou a CEMAT que instale em cada poste existente na cidade, uma luminária”, já que o consumidor paga taxas de iluminação pública (Energia Elétrica. *FD*, p. 5, 19 fev. 1977).

No dia 10 de março de 1977, técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - estiveram em Dourados com a pretensão de verificar os locais onde seriam instaladas as redes de energia elétrica. De acordo com o PRODEGRAN, seriam instalados 100 quilômetros de eletrificação rural, com uma verba de 5.7 milhões de cruzeiros destinados ao INCRA pelo programa. A matéria publicada no jornal aumentava a esperança da população rural quanto a chegada da energia (Eletrificação: técnicos do INCRA chegaram ontem a Dourados. *FD*, p. 4, 11 mar.1977).

Ainda sobre a eletrificação, em outra reportagem é destacada a ação da SUDECO quando aponta que:

Na SUDECO, o superintendente Julio Arnoldo Leander informou que será liberada uma verba de 6 milhões de cruzeiros, destinada a rede de distribuição de energia elétrica nos distritos, chegando a todos os travessões e principalmente naqueles que tem escolas, que receberão o benefício com prioridade (Eletrificação rural trará 160 milhões para a Grande Dourados. *FD*, p. 1, 07 abr. 1977).

A energia elétrica é fundamental, tanto no meio urbano quanto no rural, uma vez que possibilita a melhoria na vida social do homem do campo e evidentemente o setor econômico. Em sua vida social garante a possibilidade da iluminação, da utilização de aparelhos elétricos, e contato com os meios de informação e comunicação, rádio e televisão, esta última se popularizando naquela década, garantindo assim conforto ao produtor rural. E, além disso, a energia elétrica proporciona um maior desenvolvimento econômico, pois além de ser garantia de funcionamento de algumas máquinas, oferece acesso a outras tecnologias e a oportunidade de melhores produções.

3.3.3 – Armazenamento

Uma “região dotada de excepcional potencial agrícola” carecia naqueles anos de um eficiente e amplo sistema de armazenamento. Necessitava-se de construções de silos a fim de suprir o déficit da capacidade de armazenar a produção, e devido a indisponibilidade de grandes recursos, os mesmos seriam construídos em pontos estratégicos (PRODEGRAN - Primeiro semestre de 1977, p.10).

Em meados de fevereiro de 1975, antes da execução do PRODEGRAN, houve em Dourados um Seminário realizado no Centro Pedagógico de Dourados, que tratava assuntos relacionados ao armazenamento das culturas. Foi uma semana de palestras e cursos a fim de trocar experiências e conhecimentos da área. Sobre a capacidade de armazenamento,

O Dr. João Bosco da Silva, diretor administrativo da CASEMAT²⁶ [...] informa que o Estado possui 13 unidades armazenadoras em Mato Grosso, estando programada a construção de mais dois armazéns, sendo um em Dourados com capacidade para 200 mil sacos e outro em Ponta Porã, com capacidade para 150 mil sacos. A CASEMAT está montando em Dourados mais dois secadores de cereais com capacidade de secagem de 15 mil quilos por hora, cada um. Com estas ampliações, o complexo da Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso em Dourados vai compreender dois armazéns, com capacidade para 500 mil e 200 mil sacas, cada um e 4 secadores totalizando 60 mil quilos por hora a sua capacidade de secagem (Armazenamento: presidente da CIBRAZEM encerra seminário. *FD*, p. 1, 25 fev. 1975).

Dourados foi escolhido como local para a realização da construção dos conjuntos de silos devido ser a cidade polo da região. Assim, objetivaram a instalação de tais silos “com capacidade para 20 mil toneladas”. Além disso, “a programação contará ainda, com a instalação de unidades armazenadoras em Ponta Porã, Sidrolândia, Rio Brillhante e Maracaju, todas com capacidade para 10 mil toneladas” (PRODEGRAN - Primeiro Semestre de 1977, p. 10).

Para a execução deste setor foram liberadas verbas que seriam administradas pela Companhia Brasileira de Armazenamento, a CIBRAZEM. Também foram financiados “ao setor privado, através do Programa Nacional de Armazenamento – PRONAZÉM, cerca de 100 mil toneladas de capacidade estática” (PRODEGRAN – Primeiro Semestre de 1977, p.11).

Neste sentido, o investimento no setor de armazenamento era necessário para o maior desenvolvimento econômico da região, pois possibilitaria a diminuição nas importações de alguns produtos e aumento nas exportações, uma vez que a produção agrícola vinha sendo

²⁶ Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso.

direcionada ao mercado, gerando a necessidade de capacidade de armazenamento. Assim, aponta o relatório do Primeiro Semestre de 1977,

Essa produção terá um significado econômico muito grande, uma vez que contribuirá para a redução e ou eliminação de itens constantes da nossa pauta de importações (trigo, cevada, alpiste, etc) além de participar consideravelmente em nossas exportações (soja, milho, etc) (PRODEGRAN- Primeiro Semestre de 1977, p. 7).

Desta forma, com as instalações dos silos, a capacidade de armazenamento em Dourados seria de 20 mil toneladas e 10 mil toneladas para cada uma das seguintes cidades: Ponta Porã, Sidrolândia, Rio Brillhante e Maracaju, num total de 60 mil toneladas para armazenamento (PRODEGRAN - Primeiro Semestre de 1977, p. 10).

É importante destacar que nas décadas de 1940 a 1960, a construção de armazéns e silos não era uma questão preocupante, tendo em vista que a produção agrícola era destinada em grande parte para a subsistência dos produtores e pouco para a exportação. Todavia, a década de 1970 foi um período de grandes mudanças na agricultura, elevando tal setor a índices altos de desenvolvimento, com produção destinada à exportação. Sendo assim, os silos representam elevados índices de produção agrícola de uma região, tendo em vista sua ausência em locais em que a produção é relativamente baixa ou inexistente.

No ano de 1977, uma matéria do jornal *Folha de Dourados* retratava a super safra de arroz na região, mas também a dificuldade em se armazenar tal cultura, pois os armazéns estavam lotados com a safra de 1976, apontava o presidente da Cooperativa Regional Tritisoja – Cootrisoja, Antônio Tonani. Enquanto os compradores ainda não retiravam o produto seriam “utilizadas coberturas PVM, espécie de lona plastificada que impedirá a deteriorização do arroz, que estará ao relento, mas perfeitamente coberto” (Cootrisoja receberá mais de 3 milhões de sacas. *FD*, p. 1, 10 fev. 1977).

O Ministério da Agricultura garantiu auxílio para resolver o problema de estocagem em Dourados e cidades próximas. Lembrando que as cidades mais distantes de Dourados possuíam outras cooperativas de armazenamento em localidades mais próximas. Somente as cidades vizinhas à Dourados levavam sua produção para ser estocada no município sede, o que correspondia a um número elevado de sacas. Na matéria do dia 12 de fevereiro de 1977, é relatada a preocupação do prefeito douradense José Elias Moreira em relação à estocagem da safra de arroz de 1977.

Em uma reunião onde estavam presentes o prefeito e mais trinta pessoas ligadas ao setor agrícola regional, foram debatidas medidas emergenciais para solucionarem problemas

relacionados à estocagem. Empresas como CASEMAT, COOTRISOJA e empresas privadas, como COBAL, FUJII, ROMANINI, AGRO UNIÃO, BIANCHINI, apontaram a capacidade que cada uma tinha de armazenamento. Sendo assim, como forma de ajudar nesta situação a CIBRAZEM, Companhia Brasileira de Armazenamento, enviaria 10 armazéns infláveis de emergência (Ministério da Agricultura garante ajuda a Grande Dourados. *FD*, p. 1, 12 fev. 1977).

A super safra de arroz de 1977 ocorreu devido ao excelente clima, de muitas chuvas no período certo, os cuidados corretos com o solo, a adubação adequada e a seleção dos grãos para o plantio, afirmou o presidente da COOTRISOJA.

Como forma de solicitar ajuda para o escoamento da produção, o prefeito douradense José Elias Moreira foi até Brasília a fim de solicitar recursos financeiros e melhorias nos diversos setores econômicos regionais. Decidiram que a CIBRAZEM enviaria 10 armazéns de emergência, além de secadores. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil S/A (NOB) “colocou a disposição dos agricultores cerca de 3 mil vagões, para o transporte do arroz”. Além disso, o Conselho Nacional de Petróleo “autorizou o escoamento da safra por via rodoviária e o abastecimento (em todo Brasil) de caminhões nos domingos e feriados”. Pelo PRODEGRAN, seriam construídos dois silos em Dourados. Sobre demais obras realizadas na Grande Dourados, o prefeito apontou ainda que segundo uma conversa que teve com o superintendente da SUDECO, Julio Arnoldo Leander, o órgão apontou que no ano de 1976 a região recebeu em aplicações 105 milhões de cruzeiros, em obras vicinais e outros trabalhos (Três mil vagões para transportar a safra. *FD*, p. 1, 08 mar. 1977).

3.3.4 - Erosão

A erosão do solo se apresentava como um problema para os agricultores e os governos no geral, já que atingia tanto a parte rural quanto a urbana da região. Eram necessários cuidados especiais para que a mesma não se alastrasse para novos lugares, sendo importante o apoio tecnológico para controlar e evitar tal problema. Foram destinados C\$ 74 milhões para o investimento neste subprograma, que “contempla as seguintes linhas de ação: a) Estudos, Projetos e Planos de desenvolvimento urbano; b) controle da Erosão Urbana; c) controle da Erosão Rural” (Programa Especial da Região da Grande Dourados, p. 5).

A grande preocupação devia-se ao fato de que “grande parte das terras a serem incorporadas ao sistema produtivo [...] encontra-se localizada na formação geológica do

arenito Caiuá” e devido a essa circunstância são exigidos cuidados permanentes “visando reduzir as consequências da erosão laminar nos solos cultivados, através da utilização de adequadas técnicas de manejo e uso do solo” (PRODEGRAN - Primeiro Semestre de 1977, p. 15). Ou seja, o solo de tal formação geológica é altamente propício ao fenômeno de erosão.

Sem o tratamento correto e imediato, a produção agrícola se comprometeria, pois “à medida que o tempo vai passando, o fenômeno erosivo se avoluma, evidenciando a necessidade de ampliação dos esforços governamentais no sentido de solucioná-los” (PRODEGRAN - Desempenho até junho de 1977, p. 13).

Sendo assim, o fenômeno erosivo seria evitado e combatido na região pelas ações do PRODEGRAN. Os seguintes órgãos cooperariam com o programa da seguinte forma:

Liberação de Cr\$ 17 milhões para o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), objetivando que os problemas mais graves fossem atacados de imediato evitando desta forma que os mesmos pudessem transformar em calamidades e, Cr\$ 2 milhões para o Departamento de Coordenação Regional e Articulação com os Municípios (DEGRAM), órgão da administração estadual, no sentido de que aquele departamento elaborasse um diagnóstico da região no tocante aos problemas decorrentes da erosão (PRODEGRAN - Desempenho até junho de 1977, p. 13-14).

É visto que a cooperação de diversos órgãos é indispensável para a realização de todas as obras do PRODEGRAN. O que ocorria em alguns casos era o atraso na liberação de recursos do próprio governo federal ou estadual, atraso na entrega dos materiais que seriam utilizados nas obras e até mesmo atraso do órgão executor para iniciar as obras.

As cidades mais agravadas pela situação na área urbana eram Amambai, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã. Quanto à área rural, os municípios que mais sofriam com o processo erosivo eram Eldorado, Mundo Novo e Jardim. Dentre todas, as cidades que receberiam maior atenção do DNOS eram Ponta Porã, Glória de Dourados e Ivinhema (PRODEGRAN - Desempenho até junho, p. 14; Primeiro Semestre de 1977, p.15).

Mesmo Dourados não sendo citado no subsetor de combate à erosão, medidas para a prevenção do fenômeno erosivo estavam sendo realizadas, como construções de galerias para águas pluviais. Tal obra seria executada em grande parte das ruas do centro da cidade, acabando assim com as enxurradas presentes nos dias de chuva, principalmente na Avenida Marcelino Pires. De acordo com a notícia do jornal *Folha de Dourados* os recursos para a execução das obras eram provenientes do BNH e da Prefeitura Municipal de Dourados (Obras das galerias pluviais continuam aceleradas. *FD*, p. 1, 06 abr. 1977).

O mesmo jornal apresenta uma notícia apontando o estado de calamidade que a cidade de Dourados enfrentava naqueles anos da década de 1970.

Formou-se um verdadeiro rio em pleno centro urbano da cidade, com águas atingindo cerca de 30 centímetros. [...] As cenas de mini-enchentes na área urbana de Dourados, vai se tornando rotina e caso se verifiquem temporais mais demorados, as lojas poderão ser invadidas pelas enxurradas, causando prejuízos, além de afetar os canteiros centrais, que custaram vários milhões de cruzeiros à municipalidade (Temporal inunda Marcelino Pires. *FD*, p. 1, 15 fev. 1977).

Diante da situação, obras de pavimentação e criação de galerias foram executadas, a fim de que não gerassem mais alagamentos e enxurradas nas principais vias da cidade.

De acordo com o Diagnóstico Econômico da Grande Dourados,

Através do PRODEGRAN houve um sensível atendimento das áreas urbanas, com obras de combate à erosão, redes de distribuição de energia elétrica, armazéns e silos. Porém, estes investimentos não foram suficientes para solucionar os problemas represados dos núcleos urbanos (Diagnóstico Econômico da Grande Dourados, 1979, n.p).

Assim, em algumas cidades as obras começaram a serem executadas já no primeiro semestre de 1977, como é o caso de Glória de Dourados e Ponta Porã, e outras conforme o andar do programa. De início eram realizadas obras de terraplanagem, galerias de águas pluviais, canais, bocas de lobo, entre outros. Após essa realização iniciavam-se a pavimentação, proteção das cabeceiras, entre outros. De nada adiantaria a realização das primeiras obras se as da segunda etapa não fossem efetuadas.

Muitas matérias denunciavam ruas com poças de águas alagadas pela chuva, início de erosão em algumas ruas devido a falta de cuidado, proliferação de insetos causadores de doenças, matagais em terrenos “abandonados” por proprietários que esperavam sua valorização para os negócios. Mas o jornal também apresentava as melhorias que o PRODEGRAN realizava.

3.3.5 – Pesquisa, Assistência Técnica, Promoção e Apoio Logístico.

O subsetor de Pesquisa seria direcionado à análise do solo, análise de melhores culturas a se produzir na região, condições de plantio, entre outros aspectos. Esse dever ficava sob a responsabilidade da Unidade de Pesquisa da EMBRAPA, que contribuía com recursos para o andamento do programa. As pesquisas são essenciais para o bom

desenvolvimento da produção agrícola, garantindo assim aumento nos índices de produtividade.

Era necessário também garantir um suporte técnico para os produtores rurais, a fim de potencializar a capacidade de cada um em planejar e executar seu processo produtivo. Sendo assim, outro elemento que receberia apoio do programa era o da Assistência Técnica aos produtores, sendo “imprescindível como condição para a melhoria da tecnologia de exploração agropecuária, principalmente na implantação de técnicas adequadas de conservação de solos”. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso, a EMATER/MT, se responsabilizaria em garantir tal assistência aos produtores, recebendo verbas do governo federal.

O objetivo geral do PRODEGRAN era fortalecer as atividades produtivas da região, sendo que para isso era necessária a utilização de técnicas específicas e modernas na lavoura, como por exemplo, técnicas adequadas de conservação do solo. Sendo assim “1.265 produtores de alta, baixa e média renda” receberam assistência e também realizado o “treinamento de 60 pessoas, sendo 29 de nível superior e 31 de nível médio” (PRODEGRAN - Primeiro Semestre de 1977, p. 18). Sem apoio técnico o produtor não tem oportunidades de garantir uma produção satisfatória, tendo em vista que os maquinários, os produtos necessários para a terra nada servem se não forem utilizados com o conhecimento adequado.

Além disso, havia também o setor de Promoção, que se baseava na proposta e execução de projetos. No relatório Primeiro Semestre de 1977 são apontados projetos, como o de Conservação do Solo, Bolsa de Cereais de Dourados, Plano Urbano e Uso do Solo e Implantação e Desenvolvimento Integrado da Suinocultura. O primeiro destes consistia na instalação de campos de demonstração, num primeiro momento demonstração com cultura do trigo e mais tarde do milho, arroz, amendoim e soja (PRODEGRAN – Primeiro Semestre de 1977, p.19-20).

A Bolsa de Cereais visava ajudar o produtor a se inserir no mercado, orientando e apoiando na comercialização de seus produtos “através de informações sobre mercado e suas tendências, classificação de seus produtos” entre demais aspectos. E por último, desejavam a criação de suínos, pois a região além de “ser produtora das principais matérias-primas imprescindíveis à alimentação dos suínos”, grande parte dos produtores veio de regiões onde a criação desse tipo de animal é considerada tradicional (PRODEGRAN – Primeiro Semestre de 1977, p.20). Neste caso, os gaúchos.

Para que o Programa Especial da Região da Grande Dourados executasse suas propostas, seria necessária ajuda de diversos órgãos para o planejamento e execução de todos

os projetos que englobavam o PRODEGRAN. Para este subsetor foram destinados recursos para SUDECO na ordem de Cr\$ 6 milhões, para os anos de 1976-1978.

O Banco do Brasil, durante a atuação do PRODEGRAN, financiava terras para os produtores plantarem, assim como no caso da soja em que o banco havia financiado mais de 100 mil hectares, lembrando que “na safra 75/76 desta oleaginosa nesta região foram plantadas 170 mil hectares (representando Dourados, 50 mil)” (Super Produção agrícola na Grande Dourados. *FD*, p. 1, 26 jan. 1977).

3.4 – A atuação do PRODREGRAN e a Modernização Conservadora

No relatório de acompanhamento, do primeiro semestre de 1979, do II Plano Nacional de Desenvolvimento, afirma-se que foram cumpridas mais da metade das metas pretendidas nos Programas Especiais²⁷. De acordo com tal relatório, as metas físicas do PRODEGRAN foram atingidas em aproximadamente 60%. O relatório aponta que “os levantamentos de áreas agrícolas, realizados na área do programa, indicam uma incorporação de 735 mil hectares à produção agrícola, até dezembro de 1978, ultrapassando a meta de incorporação de 700 mil hectares” (SUDECO – Relatório de acompanhamento do II PND – 1º semestre de 1979, p. 24).

Encontra-se também em outro Relatório da SUDECO, os pontos positivos do PRODEGRAN. Trata-se de um plano relativo aos Programas Especiais de Desenvolvimento do Centro-Oeste, de agosto de 1981. Neste plano, é retratado que o PRODEGRAN proporcionou “respostas bastante positivas em termos de incremento da produção agropecuária”, assim como o POLOCENTRO que estava sendo desenvolvido, já no novo estado Mato Grosso do Sul. (SUDECO- Programas Especiais de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 1981, p. 178).

Além desses relatórios citados anteriormente, temos ainda um diagnóstico elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Dourados, do ano de 1979, em que é apresentado um balanço geral da economia da Grande Dourados. O relatório nos afirma que houve um expressivo aumento no número de hectares e conseqüentemente na produção.

A produção agrícola evoluiu nos últimos cinco anos numa média de 22.5% ao ano representando um acréscimo nas áreas cultivadas de 130.000 hectares ao ano, isso significa dizer que o incremento anual de produção foi aproximadamente 160.000 toneladas, cujo total ascende, hoje, a um milhão e quinhentos mil toneladas,

²⁷ Lembrando que eram: POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEPAN, PERGEB e PRODEGRAN.

(1.5000,00) de produtos agrícolas (Diagnóstico econômico da Grande Dourados, 1979).

Segundo um relatório da SUDECO que aponta suas ações no Estado de Mato Grosso do Sul, assim ficaram distribuídos os recursos destinados ao PRODEGRAN:

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	RECURSOS ALOCADOS (EM Cr\$ 1.000)
TRANSPORTES	180.000
ENERGIA	169.973
ARMAZENAGEM	120.000
PESQUISAS AGROPECUÁRIAS	42.119
COMBATE À EROSÃO	94.039
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PROMOÇÃO	37.600
TOTAL	643.131

Fonte: SUDECO – Ações da SUDECO no Mato Grosso do Sul, 1979.

Neste contexto, a cultura que mais recebeu incentivo do PRODEGRAN foi a soja, apresentando um crescimento muito considerável no término da programação

Introduzida na região por volta de 1968, seu incremento [...] já pode ser visto como um fenômeno detentor de espaço. [...] No ano agrícola de 1974/75 o espaço ocupado pela soja já alcançava mais de 170.000 hectares; três anos após (1977/78), o mesmo foi mais que duplicado, atingindo cerca de 377.000 hectares (TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986, p. 34).

De acordo com os autores, o PRODEGRAN, a instalação da unidade da EMBRAPA e a criação do curso de Agronomia em Dourados foram consequências da preocupação que o governo tinha em “dar apoio quase específico à monocultura”, fosse a soja ou o trigo. Além disso, confirmam os autores, a região passou a contar também com “estradas pavimentadas para o escoamento da produção, eletrificação e telefonia rurais, sem contar com o surgimento de vários órgãos de assistência técnica, extensão rural e cooperativas” (TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986, p. 38).

Desta forma, com todos esses incentivos, a área em hectare da soja aumentou consideravelmente em muitos municípios onde o PRODEGRAN foi executado. A tabela a seguir apresenta a área em hectares do plantio dessa cultura na região:

TABELA 18 - SOJA: EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA NO SUL DO ATUAL MATO GROSSO DO SUL - 1975 a 1979.

Município	1975/1976	1976/1977	1977/1978	1978/1979
	Área ha	Área ha	Área ha	Área ha
DOURADOS	45.000	110.000	130.000	124.000
AMAMBAI	12.916	8.500	14.100	12.228
ANAURILÂNDIA	420	600	1.500	1.300
ANTÔNIO JOÃO	1.000	1.200	2.000	2.200
BATAIPORÃ	80	288	768	200
CAARAPÓ	3.000	4.000	14.000	14.335
FÁTIMA DO SUL	10.000	7.500	8.000	10.000
GLÓRIA DE DOURADOS	6.000	6.000	700	739
IGUATEMI	16.000	14.000	11.240	20.301
IVINHEMA	10.800	2.520	2.000	880
JATEÍ	2.000	-	-	58
MARACAJU	10.000	65.000	55.200	68.500
NAVIRAÍ	1.550	1.700	400	704
NOVA ANDRADINA	70	70	-	150
PONTA PORÃ	35.000	65.000	97.392	120.000
RIO BRILHANTE	6.000	12.000	15.000	32.400

Fonte: TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986, adendo 01²⁸.

Dos municípios selecionados, destacamos apenas os que apresentaram um crescimento considerável em relação ao tamanho da área cultivada de soja, nos anos de atuação do PRODEGRAN. Dourados, Ponta Porã e Rio Brillhante apresentaram um crescimento próximo ou mais de 100% em sua área comparando os anos de 1975/76 e 1976/77. Todavia o município que mais apresentou crescimento foi Maracaju, que de 10 mil ha subiu para 65 mil neste mesmo período citado anteriormente.

De acordo com Queiroz, o arroz, que na primeira metade da década de 1970 “respondia por mais da metade do volume global da produção dos nove principais gêneros”, algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo. Todavia, na segunda metade da referida década, continua o autor, “o arroz é ultrapassado pela soja, cuja

²⁸ Adaptamos a tabela contida no texto de Tetila, Miyashiro e Costa.

produção, entre 1970 e 1986, multiplica-se por 12”, chegando a apresentar no ano de 1980 “mais da metade do total dos principais gêneros e colocando o Estado na condição de terceiro maior produtor nacional em 1986” (1998, p.35). Mesmo o período citado ultrapassando um pouco nosso recorte temporal (década de 1970), os dados evidenciam o quanto a soja recebeu estímulos para sua produção, que era essencialmente para a exportação, o que destacou o Estado nacionalmente.

Os demais municípios selecionados apresentaram estabilidade quanto ao tamanho da área cultivada e outros como Jateí, Glória de Dourados, Ivinhema e Naviraí decaíram sua área produtiva de soja. A partir desses dados é possível notar a “integração seletiva e excludente”, defendida por Silva, que o PRODEGRAN proporcionou para os municípios da Grande Dourados (SILVA, W., 2011).

Além da soja, apresentamos a seguir, o número de hectares das principais culturas produzidas na região do PRODEGRAN:

TABELA 19 - COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE POLICULTURA ENTRE O ESTADO DE MATO GROSSO E A REGIÃO DA GRANDE DOURADOS - 1974 a 1977.

CULTURAS	REGIÕES	ÁREA (HA)			
		1974	1975	1976	1977
ARROZ	MATO GROSSO	503.054	772.995	1.493.261	1.546.663
	PRODEGRAN	182.500	318.600	615.308	457.634
SOJA	MATO GROSSO	174.869	194.280	191.114	412.122
	PRODEGRAN	145.632	188.447	184.246	400.912
TRIGO	MATO GROSSO	36.870	41.509	58.705	35.839
	PRODEGRAN	36.870	40.914	56.161	35.084
MILHO	MATO GROSSO	177.77	245.834	231.875	247.282
	PRODEGRAN	74.360	110.044	92.016	95.592

FONTE: IBGE/PRODEGRAN *apud* Relatório Final – Quadro I.

Segundo o Relatório, os dados sobre o ano de 1978 não foram elencados devido à produtividade ter sido abaixo da esperada, considerando o período de longa estiagem que a região passou. No entanto, a ausência de dados do ano de 1978 pode ter se constituído em um

artifício para não constar quedas nos indicadores, embora tenham admitido a ocorrência de estiagem naquele ano. Desta forma, os produtores estenderam o período de atuação do Programa até 1979, atendendo “os apelos governamentais, apesar das dificuldades encontradas na obtenção de crédito para o custeio de suas lavouras” (PRODEGRAN – Relatório Final, 1979, p. 4).

O grande estímulo ofertado pelo PRODEGRAN na região se deu pelo fato da preocupação do governo em diminuir importação de culturas que poderiam ser produzidas no país e também em querer exportar tais culturas. A região da Grande Dourados oferecia as condições necessárias para que se executasse tal iniciativa.

A produção de alguns gêneros como o trigo, a cevada e o alpiste reduziriam a pauta de importação e a soja e o milho aumentariam a exportação. Todavia, era preciso que a capacidade de armazenamento fosse ampliada para a produção que viria nos anos de execução do programa, pois tal capacidade “na fase inicial de implantação do PRODEGRAN apresentava um déficit da ordem de 250 a 300 mil toneladas”, aponta o Relatório Final do PRODEGRAN (1979, p. 7).

A construção de silos e armazéns atendeu em grande parte as expectativas da programação, lembrando que as verbas para esse subprograma provinham do PRODEGRAN, da CIBRAZEM e do PRONAZEN. Nas cidades de Dourados, Sidrolândia, Maracaju e Ponta Porã as obras já haviam sido concluídas e estariam em funcionamento no primeiro semestre de 1979, e em Rio Brillante ainda estava em processo de conclusão.

A execução das obras do subprograma de Energia Elétrica foi prejudicada por conta de atrasos na entrega dos materiais necessários. Segundo o Relatório Final, também não foi possível a execução completa de tal subprograma devido ao aumento constante dos preços dos materiais que seriam utilizados, e a verba destinada não acompanhar tal aumento. Assim sendo, o que foi executado resultou-se da verba destinada com as variações dos preços dos materiais.

O sistema de transporte, um dos mais sérios problemas que a região vinha enfrentando, tinha como meta a construção de 600 quilômetros de rodovias. Tal subprograma era primordial para a escoação da produção agrícola regional e se encontrava em condições péssimas de utilização. Havia dificuldade de acesso aos grandes centros consumidores do país, ocasionando perdas na comercialização.

Sobre os transportes, o PRODEGRAN apresentou em seu relatório final os seguintes dados:

TABELA 20 – TRECHOS BENEFICIADOS PELO PRODEGRAN.

TRECHOS	TIPO	EXTENSÃO	OBSERVAÇÃO
DOURADOS – PONTA PORÃ	PAVIMENTADA	115	PAVIMENTADOS 30 km
CAARAPÓ – CARAPÃ	CASCALHADA	54	CONCLUÍDO
DOURADOS – PICADINHA - ITAHUM	CASCALHADA	49	CONCLUÍDO
POSTO TAGI – RIO VERDE DO SUL – AMAMBAI	CASCALHADA	20	CONCLUÍDO
LAGOA DO BOREVI – LAGONITA – CARAPÃ	CASCALHADA	43	CONCLUÍDO
SIDROLÂNDIA – USINA DO ÁLCOOL	CASCALHADA	8	CONCLUÍDO
MARACAJÚ – ÁGUA FRIA	CASCALHADA	25	CONCLUÍDO

Fonte: DERMAT – DNER e GE/PRODEGRAN *apud* Relatório Final – PRODEGRAN.

Conforme notamos, dos 400 quilômetros considerados como objetivo inicial, apenas 229 havia sido concluído até aquele momento (março de 1979), uma diferença de quase 43%. Esse subprograma era essencial para que a economia regional pudesse se desenvolver ainda mais naqueles anos, tendo em vista que para que a produção chegasse ao mercado consumidor era preciso das estradas, preferencialmente em plenas condições de tráfego.

Sobre Pesquisa e Assistência Técnica, o governo federal, por meio da EMBRAPA, juntamente com o PRODEGRAN “estabeleceu uma programação cujo produto final seria a geração de uma tecnologia agrícola que permitisse a ocupação e o uso adequado do solo da região, com vista ao aumento da produção e da produtividade”. Assim sendo, foi construída uma Unidade de Pesquisa da EMBRAPA no município polo da região da Grande Dourados, onde seriam desenvolvidas pesquisas relacionadas ao meio agrícola, assistindo assim aos produtores. O relatório aponta que inúmeras pesquisas já haviam sido realizadas e com os resultados das mesmas:

já foi possível iniciar o processo de recomendações de práticas culturais adaptáveis às condições locais de clima e solo, níveis de fertilidade e correção de solos, controle de doenças e pragas da soja e cultivares mais adequadas às condições locais (PRODEGRAN - Relatório Final, 1979, p. 18).

O subprograma de Assistência Técnica muito contribuiu com os produtores que contaram com o apoio de profissionais da área que além da implantação de campos de demonstração com lavouras de soja, trigo, arroz e feijão “serviram como instrumento de apoio ao processo de transferência de tecnologia das práticas conservacionistas”, mostra-nos o Relatório Final.

No subprograma Promoção, seria instalada a “Bolsa de Cereais de Dourados”, com a finalidade de contribuir para “a redução e/ou eliminação dos atravessadores de mercado, concorrendo para uma estabilização de preços” e além disso, facilitar “a colocação dos produtos agrícolas da região nos grandes mercados nacionais, bem como colocando-a [...] a par das cotações nacionais e internacionais”. No entanto, esse “importante instrumento de comercialização” não foi posto em prática.

É importante notar que os produtores rurais sofriam com esses atravessadores, ou seja, compradores que se prevaleciam da falta de contato que os produtores tinham dos reais preços dos produtos, e acabavam negociando as mercadorias pelo preço que eles próprios sugeriam. Além disso, as condições das estradas e a falta de armazenamento proporcionavam ainda mais a necessidade dos produtores acabarem cedendo e comercializando pelo preço abaixo do que o mercado praticava.

O projeto que visava implantar a Suinocultura na Grande Dourados, também do subprograma de Promoção, tinha como meta aproveitar as condições da região para a criação de suínos. A região produzia as “principais matérias-primas imprescindíveis à alimentação” desses animais, e além disso, se apresentava como uma atividade alternativa para os produtores. Apesar dessa potencialidade, foi um projeto não concretizado no período. Sua implantação demorou ainda uma década para acontecer, como resposta a um momento de crise, conforme Abreu:

A implementação da suinocultura ocorreria na última década do século XX e tem se consolidado como um fator de diversificação econômica face à crise de investimento do Estado, que refletiu na retração das culturas de trigo e soja nos municípios da “Grande Dourados” (ABREU, 2005, p. 168).

Ainda, neste subprograma estava em pauta a implantação da Faculdade de Agronomia, como forma de contribuir para a formação de mão de obra especializada nos agronegócios. O PRODEGRAN teria enviado à Sudeco a importância de Cr\$ 3 milhões para a execução de tal projeto (PRODEGRAN – Relatório Final, 1979, p. 23). De acordo com Abreu, “a localização dessa faculdade se transformou em luta política ‘do interior’, em que empenharam-se as forças políticas de Dourados e Campo Grande”. No entanto, em Campo Grande foi instalado o curso de Veterinária e em Dourados, o curso de Agronomia, no primeiro semestre de 1978 (ABREU, 2005, p. 167).

O subprograma de combate à erosão do solo, por limitação de recursos, não atingiu a meta inicial. Dos municípios que apresentavam problemas em suas áreas urbanas, como

Amambai, Jardim, Navirai, Nova Andradina, Ivinhema, Glória de Dourados e Ponta Porã, somente os dois primeiros não foram atendidos devido a “limitação de recursos financeiros e dos altos custos necessários ao controle e prevenção da erosão”. As obras foram executadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em convênio com as prefeituras dos referidos municípios (PRODEGRAN – Relatório Final, 1979, p. 16).

De forma geral, segundo o Relatório Final do PRODEGRAN, houve respostas aos estímulos do programa mesmo que não tenham sido atendidos em 100% os setores, pois provocou um significativo aumento na produção de culturas como a soja, com um aumento de 167% entre 1974 e 1977. A potencialidade da Grande Dourados é ressaltada quando se compara com a do estado de Mato Grosso, naqueles anos. Em 1977, segundo ano da execução do programa, a Grande Dourados contribuiu com 42% da produção agrícola do estado de Mato Grosso. Com a modernização na lavoura, uso de fertilizantes, maquinários, entre outros, juntamente com os estímulos do PRODEGRAN, a produção agrícola da Grande Dourados aumentou numa média de 22,5% ao ano, a partir de 1975.

Todavia, ao término do programa, mesmo a região tendo demonstrado grandes aumentos produtivos, concluiu-se que os resultados foram menos do que se esperava. Um dos motivos, segundo o Relatório Final, foi a estiagem nos anos de execução. Os agricultores também encontraram dificuldades na aquisição de créditos para o custeio de suas lavouras.

Em análise aos objetivos do programa contidos nos relatórios iniciais, percebemos que muitos deles foram alcançados, mesmo que não em sua totalidade. O PRODEGRAN conseguiu “criar incentivos ao aumento da produtividade” por meio de melhorias na infraestrutura regional, como em pesquisa e assistência aos produtores. A fronteira agrícola expandiu-se, pois foram utilizados milhares de novos hectares para a produção, que era destinada à exportação. A monocultura foi priorizada, no entanto, não com a introdução de novas culturas, mas com culturas que eram pouco utilizadas anteriormente.

Segundo o Diagnóstico Econômico da Grande Dourados, a programação causou muitas expectativas para a população e empresariado no geral, pois objetivava proporcionar melhorias em obras de infraestrutura para o setor agropecuário. No entanto tais expectativas se transformaram em decepção, uma vez que o programa não atendeu todas as metas iniciais.

O fato em si gerou grandes expectativas no empresariado regional no sentido de promover maiores investimentos, ocorrendo o mesmo com os administradores públicos que se estruturaram para captar recursos aos seus municípios. Com todo entusiasmo gerado suplantamos as intempéries dos anos seguintes com sensível aumento da área cultivada. Todos investiram acreditando na vinda dos recursos (Diagnóstico Econômico da Grande Dourados, 1979).

De acordo com o diagnóstico, a verba destinada ao programa foi de apenas 20% do valor inicial apontado nos primeiros relatórios. Assim, continua o diagnóstico, as prefeituras não teriam condições “de suportar as demandas de serviços tais como: estradas vicinais, educação e urbanização”. Entendemos, então, que tais serviços ficariam sob a responsabilidade apenas dos municípios, sem que estes tivessem condições de realizá-los sem apoio.

Todavia, o mesmo relatório de diagnóstico aponta que não foi somente o governo federal que deixou de cumprir com o envio das verbas, mas as condições da própria região também contribuíram para o não cumprimento completo da programação.

É natural a existência de outros setores que possam oferecer boas respostas aos objetivos do Governo Federal. [...] Também são muitos os fatores limitantes não citados e que entram o nosso desenvolvimento em maior ou menor escala (Diagnóstico Econômico da Grande Dourados, 1979).

Certamente que o PRODEGRAN não objetivava por fim aos problemas enfrentados pela região em questão, e nem garantir a total integração, já que seria algo irrealizável. Sobre isso, Osandy Ribeiro Teixeira, chefe da Coordenação de Estudos Regionais da SUDECO na década de 1970, apontou:

Estes programas especiais, desdobrados de sua totalidade em projetos de infraestrutura, são insuficientes para desencadear um processo integrado de desenvolvimento, principalmente em relação a um universo regional dotado de excepcional potencial de recursos naturais, de elevados índices de desempenho econômico e de atração espacial de recursos humanos (SUDECO – Novas Diretrizes para o Centro-Oeste, p.5).

É o caso da energia elétrica, a meta não consistia em atender todos os produtores rurais da Grande Dourados, pois era inviável. Outros programas estavam sendo executados no momento do PRODEGRAN, e alguns sendo discutidos para serem implantados. Temos como exemplo a iniciativa da Cooperativa de Eletrificação Rural da Grande Dourados – CERGRAND, que havia apresentado projetos que iriam integrar ao “II PROGRAMA NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, para o atendimento de mais de 2.000 propriedades” de municípios que compreendiam a Grande Dourados, como Dourados, Mundo Novo, Deodápolis, Glória de Dourados e Nova Andradina.

A equipe responsável pelo acompanhamento da programação, denominada Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento, baseou-se nos dados fornecidos pelos diversos

órgãos executores, e formularam o Relatório Final, “fornecendo um quadro real sobre a atuação do PRODEGRAN, até dezembro de 1978”.

Segundo Walter Guedes da Silva, o PRODEGRAN não proporcionou um desenvolvimento igualitário para todos os municípios que compreendiam a Grande Dourados,

o que de fato ocorreu é que tal modernização não se processou para todos os produtos e produtores, mas foi direcionada para setores e locais que apresentaram melhores condições de uma integração ao moderno sistema produtivo nacional, que consolidasse na região uma moderna agricultura comercial (SILVA, W., 2011, p. 14).

Silva aponta que a atuação do PRODEGRAN, por ser direcionada a produtos e produtores específicos, a “região da Grande Dourados foi integrada à economia nacional de forma seletiva e excludente”, pois não foram todos os municípios que apresentaram índices elevados de desenvolvimento, pautados no aumento dos números de hectares e da produção, conforme percebemos na Tabela 18.

O desenvolvimento econômico do campo, segundo o autor, proporcionou exclusão de uma parcela de produtores. Além de muitos não possuírem as melhores terras, grande parte não tinha conhecimento na utilização das novas técnicas, e muitos também não tinham recursos para a aquisição de maquinários, fertilizantes, entre outros. Desta forma, muitos agricultores sem terem como se adequar às novas tecnologias, se evadiram do campo rumo às cidades.

O autor nos mostra que a região apresentou um desenvolvimento produtivo muito complexo, pois:

As pequenas propriedades que apresentaram melhores condições de inserção à moderna produção de grãos foram aquelas localizadas em áreas onde as condições físico-geográficas eram favoráveis, principalmente as localizadas em terras com latossolo. A soja cultivada nesse tipo de solo conferiu aos produtores um rendimento até duas vezes superior aos demais tipos de solos presentes na região, garantindo maior produtividade e rentabilidade aos produtores e, conseqüentemente, maior valorização das terras (SILVA, W., 2011, p. 7).

Ou seja, a região geográfica onde se localizava tal tipo de solo proporcionava maiores rendimentos aos produtores. Evidente que os produtores com maior poder aquisitivo procuravam terras com esse tipo de solo. De acordo com o autor “não será mais o tamanho da propriedade (pequena, média ou grande) que determinará a cultura a ser produzida, e sim, a terra e suas condições físico-geográficas, logística e de infraestrutura” (SILVA, W., 2011, p.7).

As propriedades localizadas neste tipo específico de solo, latossolo roxo, sendo grandes ou pequenas, foram utilizadas especificamente para a produção de soja. Certamente que somente o tipo de solo não garantiria uma produção satisfatória, junto a essa particularidade soma-se à tecnologia empregada. As propriedades localizadas em solo arenoso dedicaram-se então a produção de algodão, amendoim, feijão, milho, mamona, arroz e pastagens (SILVA, W., 2011, p.7).

Além disso, de acordo com Mário C. Tompes da Silva, havia um sistema de crédito específico para o produtor, no entanto, destinado ao produtor que já estava integrado ao mercado.

O principal fator de promoção da modernização agrícola desse novo sistema de crédito rural se consubstanciou nas condições facilitadas de financiamento com taxas de juros favorecidas, prazos dilatados e carência para o início do pagamento. O público-alvo dessa política foram os produtores rurais modernos ou modernizáveis já integrados ou passíveis de serem integrados na rede de relações estabelecida pelos Complexos Agroindustriais (SILVA, M., 2000, p. 130)

Tompes da Silva nos mostra que a estratégia do governo em garantir créditos para o desenvolvimento da agricultura “privilegiou, sobretudo, aqueles produtos valorizados no mercado externo ou aqueles outros que possibilitavam a substituição de importações que oneravam a balança comercial do País” (2000, p. 130).

De acordo com Walter Guedes da Silva, durante o processo de modernização agrícola e atuação do PRODEGRAN na Grande Dourados, os pequenos e médios proprietários se dedicavam as atividades de policultura, utilizando o método de rodízio das terras, sendo a principal cultura o café, seguido do feijão, milho, arroz e até mesmo a soja. Os grandes produtores, e parte dos médios também, que diferentemente dos pequenos, arrendavam terras na maioria das vezes, cultivavam soja, arroz, trigo e milho (2011, p.7).

Além dos fatores acima, os pequenos produtores começaram a evadir-se do campo por outras razões, como “fraqueza das terras e diminuição dos rendimentos com a lavoura” ou ainda, “insegurança do produtor em lidar com a lavoura, pois as intempéries naturais como chuvas ou secas e a erosão, podiam acarretar a perda total de sua lavoura que já era reduzida”. Outro fator que contribuiu para o êxodo foi a “dificuldade de viabilização de financiamento” (SUDECO - Relatório de Pesquisa na área de Grande Dourados, 1984, p.20).

Aos fatores acima analisados, que ajudam a explicar o êxodo rural, há que se considerarem as opções macro, as políticas governamentais, conforme texto de comentário dos autores abaixo:

dentre elas pondera-se os reflexos de um modelo agrícola monocultor e exportador, vindo de fora para dentro e impulsionado no país pela onda de “modernização” agrícola, onda esta que se disseminou pela livre penetração do grande capital industrial no campo, sob pretexto de equilíbrio da balança comercial brasileira, mediante um rápido aumento da pauta de exportação dos produtos primários, tendo em conta o vasto potencial agrícola do País (TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986, p. 37).

As culturas produzidas em grande parte pelos maiores produtores, como trigo, arroz e principalmente soja, exigiam preparo de mão de obra para serem cultivadas, e também o uso de maquinários e fertilizantes. Essas práticas modernas provocavam um significativo aumento produtivo, e certo favorecimento aos grandes agricultores, que tinham condições de utilizar os novos equipamentos, acarretando a chamada Modernização Conservadora.

Esse fenômeno denominado Modernização Conservadora consiste em um processo:

que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (SILVA, J., 1982, p. 40).

Diante disso, as propriedades com números menores de hectares foram diminuindo, dando lugar as maiores, ou seja, a dos grandes produtores rurais. Contudo, as propriedades em que o próprio dono trabalhava nas terras ainda eram predominantes. Analisemos a tabela a seguir com dados que correspondem ao Estado e a Dourados.

TABELA 20 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NO ESTADO E EM DOURADOS.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTADO		DOURADOS	
	ESTABELECIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTO	ÁREA (ha)
PROPRIETÁRIO	33.147	28.967.762	1.815	320.194
ARRENDATÁRIO	5.719	1.092.920	490	32.139
PARCEIRO	3.114	258.905	95	9.058
OCUPANTE	5.963	424.150	335	5.145

Fonte: FIBGE *apud* Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – SEPLAN/MS; FIPLAN/MS. Perfil do Município: Dourados. 1989, p. 43.

A meta principal do governo ao criar o PRODEGRAN era inserir a região no comércio nacional e internacional, introduzindo o modelo de substituição de importação, com apoio do

governo do Estado e das prefeituras, com base na pesquisa e no desenvolvimento da infraestrutura regional. As lavouras que mais receberam incentivos foram as de soja e trigo, produtos valorizados no mercado externo. Neste sentido, conforme destaca Guedes da Silva, foram privilegiadas culturas e regiões específicas dentro da Grande Dourados para realizar tal integração.

No entanto, algumas metas da programação beneficiaram os produtores de forma geral, fossem eles pequenos, médios ou grandes. O setor de transportes, por exemplo, proporcionou melhores condições para população urbana e rural, afinal as estradas não são utilizadas somente com finalidade de escoar produção, mas também para o transporte de pessoas. Além disso, os pequenos proprietários também foram beneficiados com a energia elétrica. Ao mesmo tempo em que provocou seleção e exclusão, acentuando a denominada “modernização conservadora”, o PRODEGRAN beneficiou em grande medida a região da Grande Dourados, destacando a região nacionalmente com os altos índices de produção agrícola.

O processo modernizador, ao inserir as novas técnicas na agricultura, proporcionou ao homem do campo uma maior produção, já que os maquinários facilitavam o plantio e a colheita, além de todos os produtos necessários para um melhor aproveitamento do solo. Essas novas condições que foram sendo utilizadas com o passar da década de 1970 ocasionaram a substituição de culturas que antes eram produzidas em menor escala e sem grandes tecnologias, por culturas como a soja e o trigo, destinados especialmente à exportação.

A Grande Dourados apresentava excelentes condições naturais, como clima e solo, para que despertasse interesse governamental em investir na região. Com o modelo de substituição de importação, o governo passou a investir amplamente na região incentivando a produção agrícola. Produziria em larga escala, a fim de diminuir importação de tais produtos e especialmente para destiná-los à exportação.

Já desde o início dos anos de 1970, muitos produtores se viram sem condições de acompanhar aquele momento de inserção de práticas modernas na lavoura. Inúmeros fatores contribuíram para esse não acompanhamento, como a falta de preparo e conhecimento para lidar com as técnicas e a falta de recursos para adquirir os novos equipamentos e produtos. O cenário rural passou por modificações, como a concentração fundiária, passando a predominar as propriedades possuidoras de grande número de hectares.

Neste caso, as ações do PRODEGRAN foram destinadas ao produtor que já estava inserido no processo modernizador decorrente da década de 1970, investindo em culturas

destinadas à exportação. Suas ações não objetivavam priorizar o pequeno agricultor que produzia em pequena escala, tendo em vista que o projeto de execução do PRODEGRAN, discutido no PLADESCO, já visava o SMT como uma região que produziria para a exportação. Mesmo assim, conforme salientamos anteriormente, o pequeno produtor também foi beneficiado pelo programa, não diretamente, com as obras de infraestrutura.

Assim, podemos entender que o município de Dourados, bem como a região, passou por significativas transformações na década de 1970, ocasionadas pela introdução das modernas práticas, bem como pela execução do PRODEGRAN, que a partir de sua atuação proporcionou que a produção fosse exportada garantindo melhores condições para a economia local. No entanto, houve os pontos negativos, como a exclusão dos pequenos proprietários que sem condições de se adaptarem a nova realidade, procuraram outras atividades para desenvolverem, em grande parte nas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar a trajetória do município de Dourados em seu aspecto econômico, certamente que não tivemos a pretensão em esgotar o assunto ou dá-lo por encerrado, tendo em vista que isso seria inviável. Tivemos o anseio de abordar e compreender, especialmente na década de 1970, os acontecimentos que provocaram mudanças na economia do município.

Desse modo, apresentamos as atividades econômicas que eram praticadas desde a época em que Dourados ainda se constituía em distrito de Ponta Porã até o final da década de 1970, quando se destacou nacionalmente devido a alta produtividade agrícola. Demos enfoque à década de 1970, tendo em vista as grandes mudanças nas práticas agrícolas naquele momento.

Junto a isso, abordamos também as transformações que ocorreram na área urbana de Dourados. A colonização proporcionou aumento demográfico não só no espaço rural, mas também no urbano, bem como a valorização de lotes e melhorias na infraestrutura. Conforme os anos se passavam, a cidade não deixou de acompanhar as importantes mudanças dos anos de 1970. O mercado de trabalho passou a oferecer novas oportunidades que foram aproveitadas por diversos profissionais. Além disso, a construção de conjuntos habitacionais se mostrou como consequência daquele novo período de migração para Dourados.

Ações governamentais datam da década de 1940. A região de Dourados, e o Centro-Oeste como um todo eram vistos como vazios demográficos pelo presidente Getúlio Vargas. Desta forma iniciou-se o projeto que ele denominaria *Marcha para Oeste*, que tinha como pretensão ocupar a região, assim como explorar suas riquezas naturais, incentivando deste modo o processo de colonização.

Tal iniciativa, mesmo não se caracterizando em um programa de desenvolvimento econômico, com planos e metas, visava desenvolver a região por meio da colonização, e no caso do SMT, uma colonização baseada na agricultura. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados proporcionou com o passar dos anos a integração do município de Dourados com a região e também com mercados consumidores do país, devido à agricultura tornar-se base econômica local. Essa ação do governo estava ligada com o desenvolvimento econômico brasileiro, pois promoveria o aproveitamento de uma região rica, porém, segundo os discursos da época, ainda inexplorada.

A forte presença da agricultura no município pode ser identificada após a instalação das Colônias Agrícolas no município, que tiveram um papel muito importante, pois além de

contribuírem direta e indiretamente nos mais variados aspectos, como aumento demográfico, melhorias no espaço urbano municipal, contribuíram, principalmente, no desenvolvimento econômico, destacando Dourados como centro regional de produção.

A agricultura se transformou com o tempo em base econômica de Dourados, afinal, os imigrantes que chegavam ao município para adquirirem os lotes, tinham como propósito iniciar atividades agrícolas. Antes mesmo das plantações, os colonos iniciavam um processo de desmatamento da área, e conseqüentemente comercializavam a madeira extraída. Esse comércio era realizado com os próprios colonos e também com empresas madeireiras. Além disso, realizavam também a extração do mate, nos ervais nativos da região da CAND.

Os produtores desenvolviam uma agricultura especialmente para a comercialização. A feira livre, onde se realizava tal comércio, se transformou em principal local de trocas em 1948, em Dourados. Os colonos iam para a cidade se abastecer de produtos de primeira necessidade ou os compravam na própria colônia, nos denominados “bolichos”.

Neste contexto, a inviabilidade de contato devido à quase inexistência de estradas era um problema enfrentado pelos colonos. O próprio município quase não possuía vias que o ligassem as cidades vizinhas. Essa condição dificultava Dourados em expandir seu comércio para os mercados consumidores.

A década de 1950 se caracterizou como período auge da colonização. Naquele decênio já existia um número maior de estradas, mesmo que em circunstâncias precárias, superando assim a condição de isolamento. Dourados se destacava nacionalmente como polo regional econômico, apresentando um crescimento demográfico acelerado. A maioria da população do município se envolvia diretamente com as práticas agrícolas. Assim, a CAND destacou significativamente a economia do município, investindo na produção de culturas para serem comercializadas com mercados próximos.

Na década de 1960, as cidades da região se interligavam por um número maior de estradas, assim como Dourados aos seus distritos e à área rural. Os produtores rurais tinham mais acesso ao mercado consumidor de seus produtos, principalmente com o Sudeste, e a economia se desenvolvia fortemente. No final daquela década, o país vivia o período do “Milagre Econômico”, e a agricultura passou a receber maiores estímulos neste sentido.

A década de 1970 foi um período de significativas transformações econômicas para o município douradense, destacando-o nacionalmente devido a sua grande produção agrícola. Para que Dourados se sobressaísse como um grande produtor agrícola foram necessários, além das riquezas naturais existentes e de área disponível, incentivos do governo por meio de programas que aproveitaram essas potencialidades.

Esta década foi caracterizada por inúmeras iniciativas do governo em elaborar programas de desenvolvimento para o país, por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND. Essas políticas econômicas tiveram um papel importante no crescimento da economia do país e no caso de nossa pesquisa, na região sul do antigo Mato Grosso.

No início da década de 1970, chegaram ao município de Dourados e também à região, produtores rurais gaúchos que trouxeram com eles novos conhecimentos das técnicas agrícolas. Iniciava-se um novo momento para a economia douradense, que abriria novas oportunidades para os produtores, mas também a exclusão de alguns.

As modernas práticas agrícolas, com uso de fertilizantes, defensivos e maquinários, proporcionaram ao homem do campo aumentar sua produção consideravelmente e investir seus negócios no principal mercado consumidor do país, o Sudeste. A policultura, característica dos anos anteriores, dava lugar à monocultura nas grandes propriedades rurais, especialmente a soja. O pequeno produtor, sem se adequar às novas tecnologias, fosse por falta de verba ou conhecimento, iniciou o êxodo para as cidades, que sem estar preparada para receber um número alto de migrantes, passou a apresentar problemas em sua organização física.

O governo federal via na agricultura uma grande possibilidade de investimento econômico, pois com uma produção de grande proporção, iniciaria a exportação dos gêneros, possibilitando também a diminuição das importações. Neste sentido, Dourados e região se apresentavam como um local que garantiria ainda mais o desenvolvimento agrícola proporcionando a substituição das importações brasileiras neste setor.

Na segunda metade da década de 1970, período de execução do II PND, o governo federal lançou em Dourados o PRODEGRAN, com o objetivo de aproveitar as potencialidades regionais que demonstravam ser aptas aos investimentos, utilizando os milhões de hectares disponíveis à plantação. Tal interferência do governo na economia regional tinha como propósito aumentar consideravelmente a produção agrícola para que a mesma fosse destinada à exportação.

O PRODEGRAN proporcionou ao município e região um aumento significativo nas áreas em que foi atuado, pois reforçou ainda mais a utilização das novas práticas agrícolas do início da década de 1970. Inúmeros subsetores foram atendidos, como instalação de energia elétrica, melhoramento de estradas, combate e prevenção ao fenômeno erosivo, criação de um sistema de armazenamento condizente com a realidade, além de pesquisas e assistência

técnica aos produtores. O governo federal contou com apoio de diversos órgãos públicos para o desenvolvimento e cumprimento das obras.

No entanto, cabe ressaltar que se as políticas econômicas e o programa em foco proporcionaram melhorias na infraestrutura da região e um excelente salto de produção agrícola, contudo nem todas as metas foram cumpridas, e nesse sentido frustrou expectativas. Além disso, ajudou a gerar situações que não se pode qualificar de positivas, que são reveladoras do novo modelo de modernização agrícola iniciado no começo da década de 1970, ao acentuar o processo de exclusão de produtores que não haviam se adequadado ao novo modelo, o que implicou também no êxodo rural e no crescimento urbano desordenado de Dourados.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense** - contexto, propósitos e contradições. São Paulo, Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2001.

ABREU, Silvana de. **Região da Grande Dourados (MS): planejamento e (des)construção** de uma região. Anais do X encontro de Geógrafos da América latina- 20 a 26 de março de 2005- Universidade de São Paulo. P. 159-180.

ALMEIDA, Marcelo Matias de Almeida; SOUZA, Adauto de Oliveira. **A Criação da Universidade Federal da Grande Dourados no Contexto do Desenvolvimento Regional**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre – RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3

ARAKAKI, Suzana. **Dourados: memórias e representações de 1964**. Dourados, MS: Editora UEMS, 2008.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Vol. 1. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2009.

BUSCIOLI, Roberson da Rocha. **O processo de crescimento econômico e (re)produção do espaço sul-mato-grossense: a atuação do Estado no ajuste espaço-temporal**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFGD, Dourados, 2010.

CALIXTO, Maria José Martineli Silva. **Ensaio sobre a Reflexão sobre a produção habitacional nos municípios da Bacia do Médio Ivinhema**. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.): transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Ed. UFGD. Dourados. 2008.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CASALI, Rodrigo. **O transporte rodoviário nas relações comerciais da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1950-1970)**. Monografia (Iniciação Científica) – UFMS, Dourados, 2002.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, nº 77, p. 73-89, março de 2007.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. **A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)**. Dourados, MS: UFGD, 2009.

FERNANDES, José Antônio. **Erva Mate e Frentes Pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados, 2012.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **História Econômica**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. 1ª ed. São Paulo: Campus, 1997.

GRESSLER, Lori Alice; RACHI, Kiyoshi. **Dourados: diagnóstico, planejamento, educação**. Dourados, 1976.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

LENHARO, Alcir. **A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50**. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar/ago. 1986.

LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste**. Campinas, Editora da Unicamp, 1985.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MENEZES, Ana Paula. **Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1950-1970)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

NAGLIS, Suzana G. Batista. **"Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

MORO, Dal Nataniél. **O poder legalizado no processo de formação das fronteiras econômica e demográfica no sul do Estado de Mato Grosso (décadas de 1960-70)**. Revista História em Reflexão: Vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis, 1999. 243 p.

PAVÃO, Eugênio da Silva. **Formação, Estrutura e dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da Economia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – UFSC, Florianópolis, 2005. 250 p.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.): Transportes e Políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Ed. UFGD. Dourados. 2008.

_____. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 1997. v. 1. 163 p.

_____. **Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985**. Revista de Geografia 2 - AGB (Dourados), Campo Grande, n. 8, p. 33-40, 1998.

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX**. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2004. v. 1. 526 p.

_____. **Vias de Comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX):** notas para discussão. Dourados, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade.** 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2002.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Mário César Tompes da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados-MS.** São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – FLCH/USP.

SILVA, Walter Guedes da. **A Integração Produtiva da Região da Grande Dourados à Economia Nacional:** Uma análise a partir da criação do Prodegran em 1976. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. II Conferência do Desenvolvimento. Brasília, novembro de 2011.

SINGER, Paul Israel. **A crise do "milagre".** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TETILA, José Laerte Cecílio; MIYASHIRO, Ana Youko; COSTA, Euzanete Medeiros da. **O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem.** In: Revista Científica e Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 1, p. 31-53, 1986.

VIEIRA, Evaldo. **Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização.** In MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000.

FONTES

Periódicos

Armazenamento: presidente da CIBRAZEM encerra seminário. *Folha de Dourados*, 25 de fevereiro de 1975, p. 1, nº 623, ano VIII.

Bematão – 72 não é “Milagre”. *Folha de Dourados*. *Folha de Dourados*, 19 de agosto de 1972, p. 01, nº 268, ano V.

Começa em agosto a pavimentação da Rodovia Dourados – Ponta Porã. *Folha de Dourados*, 23-24 de abril de 1977, p. 1, nº1029, ano X.

Cooperativas habitacionais em Mato Grosso: afirmação do arrojo e da pujança da PLANOESTE. *Folha de Dourados*, 17 de abril de 1971, p.1, nº 153, ano VI.

Cootrisoja receberá mais de 3 milhões de sacas. *Folha de Dourados*, 10 de fevereiro de 1977, p. 1, nº 982, ano X.

DERMAT vai recuperar estradas municipais. *Folha de Dourados*, 09 de fevereiro de 1977, p. 4, nº 981, ano X.

Defensivos agrícolas: destruição da fauna e morte de gado. *Folha de Dourados*, 20 de abril de 1977, p.4, nº 1027, ano X.

Eletrificação: técnicos do INCRA chegaram ontem a Dourados. *Folha de Dourados*, p. 4, 11 de maio de 1977, p. 4, nº 1001, ano X.

Eletrificação rural trará 160 milhões para a Grande Dourados. *Folha de Dourados*, p. 1, 07 de abril de 1977, p. 1, nº 1020, ano X.

Energia de Urubupunga para P. Porã. *Folha de Dourados*, 16 de dezembro de 1976, p. 1, nº 958, ano IX.

Energia Elétrica. *Folha de Dourados*, 19 de fevereiro de 1977, p. 5, nº 989, ano X.

Governo oferece à lavoura mais de vinte tipos de empréstimos. *Folha de Dourados*, 24 de abril de 1971, p. 2. nº 154, Ano VI.

Incentivo a Agricultura. *Folha de Dourados*, 22 de agosto de 1970, p. 01, nº 124, ano III.

Iniciada a ponte de concreto sobre o rio Dourados. *Folha de Dourados*, 22 de janeiro de 1977, p. 1, nº 969, ano X.

Início do asfalto aos núcleos do BNH. *Folha de Dourados*, 21 de janeiro de 1976, p. 2, nº 609, ano VIII.

Interiorização. *Folha de Dourados*, 12 de agosto de 1972, p. 05, nº 266, ano V.

Levantamento parcial das estradas municipais. *Folha de Dourados*, 08 de fevereiro de 1977, p.6, nº 980, ano X.

Mato Grosso o maior produtor agrícola do Brasil. *Folha de Dourados*, 27 de abril de 1972, p.2, nº 221, ano V.

Ministério da Agricultura garante ajuda a Grande Dourados. *Folha de Dourados*, 12 de fevereiro de 1977, p. 1, nº 984, ano X.

Mobilizando 147 técnicos, ACARMAT começa a implantação do plano de trabalho 75/76. *Folha de Dourados*, 30 de janeiro de 1975, p. 04, nº 613, ano VIII.

Não sei se Dourados é o paraíso mas seu desenvolvimento vai explodir. *Folha de Dourados*, 25 de julho de 1972, p. 01, nº 258, ano V.

Obras das galerias pluviais continuam aceleradas. *Folha de Dourados*, 06 de abril de 1977, p. 1, nº 1019, ano X.

Novos Municípios só com Plebiscito. *O Candango*, 30 de setembro de 1975, p 4, nº166, ano VI.

O Homem de Mato Grosso. *Folha de Dourados*, 27 de novembro de 1971, p.1, nº 185, ano IV.

Poupe gasolina, use o telefone. *Folha de Dourados*, 16 de janeiro de 1975, p.4, nº 607, ano VIII.

Praça Mário Corrêa – Obra prima da administração João da Câmara, seu custo atingiu NCr\$ 305.027,41, foi concluída em apenas 20 meses e entregue ao povo. *Folha de Dourados*, 24 de janeiro de 1970. p. 1. nº 93, ano III.

Salve 31 de março – 8 ° Aniversário da Revolução. Brasil 150 anos de Independência. *Folha de Dourados*, 29 de março de 1972, p. 01, nº 211, ano V.

SANEMAT deixa mais de 200 quilômetros de redes de água, sub-adutoras e anéis. *Folha de Dourados*, 6 de fevereiro de 1975, p. 1, nº 616, ano VIII.

Super Produção agrícola na Grande Dourados. *Folha de Dourados*, 26 de janeiro de 1977, p.1, nº 971, ano X.

Temporal inunda Marcelino Pires. *Folha de Dourados*, 15 de fevereiro de 1977, p. 1, nº 985, ano X.

Toque de Retirada. *Folha de Dourados*, 17 de janeiro de 1970, p. 1, nº 92, ano III.

Tratores para a mecanização de MT. *Folha de Dourados*, 13 de junho de 1970, p.1, nº113, ano III.

Três mil vagões para transportar a safra. *Folha de Dourados*, 08 de março de 1977, p. 1, nº 998, ano X.

SUDECO

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Ações da Sudeco no Mato Grosso do Sul: Subsídios para a Palestra do Superintendente em Campo Grande. Outubro de 1979.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Novas Diretrizes para o Centro-Oeste. [s.d.],[n.p.].

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO - Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste: PLADESCO. Brasília, 1973.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO - Plano Experimental e Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste: PLADESCO. Outubro de 1970.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Política de Comunicação Social da Sudeco: formulações básicas. 1980.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. PRODEGRAN - Desempenho até junho de 1977. Brasília, 1977.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. PRODEGRAN - Programação para 1976.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. PRODEGRAN – Primeiro semestre de 1977.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. PRODEGRAN – Relatório Final: desempenho de 1976 a 1978. Brasília, 1979.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Programa Especial da Região da Grande Dourados (a). Panfleto. Brasília, 1976.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Programa Especial da Região da Grande Dourados (b). Brasília, 1976.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Programas Especiais de Desenvolvimento no Centro-Oeste. Agosto de 1981.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Relatório de Atividades – 1968.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Relatório Anual - 1970

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Relatório de Pesquisa na área da Grande Dourados. Sistema de Produção e êxodo rural – 1984.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Relatório de Acompanhamento do II PND: 1º Semestre de 1979.

Outras fontes

DECRETO-LEI Nº 1.192, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1971. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11192.htm. Acessado em março de 2012.

Dourados: dados referente à cidade, município e a região da Grande Dourados. Dourados, [s.n], [s.d.],[n.p.].

Governo de Mato Grosso do Sul. Estudo Sócio-Econômico: Dourados. [s.d.].

IMPROVISO EM DOURADOS: lançamento do PRODEGRAN. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1976/14.pdf>. Acessado em novembro de 2012.

Jaime Lerner Planejamento Urbano. Dourados: Estrutura Urbana.. Curitiba, 1978.

Prefeito Municipal, 1967-1970 (João da Câmara). Relatório. Dourados, 1970.

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio. Diagnóstico Econômico da Grande Dourados. Dourados, 1979. [n.p.].